

**JUDEUS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA,
SÉCULOS XIX E XX**

**Maria Liberman
Tese de Doutorado -
USP - 1990**

Elias Salgado

Av. Venceslau Brás, 14/307
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22290-140
eliassalgado@hotmail.com
Tel: 541-0663 / 537-5205

	iv
5. A posse da terra -----	70
6. Os "novos brasileiros" -----	73
PARTE II - A RELIGIÃO ABRE CAMINHO -----	87
Capítulo III - UM ESPAÇO PARA A FÉ -----	88
1. As Sinagogas em Belém - a) "Shaar Hashamaim" - Porta do Céu - Atas e Estatutos -----	
b) "Essel Abraham" - Dedicção a Abraham Atas -----	91
2. Ajuda teu próximo - "Hebra Guemilut Hassadim" - Sociedade Caridade de Israel -----	98
a) A secularização dos cemitérios -----	99
b) A necessidade de uma organização - A "Gue milut" e seus estatutos -----	102
3. A missão ética - a) "Kahal Kadosh" - Comuni dade Sagrada da Congregação Hebraica do Pará	
b) A Associação Beneficente Israelita - Atas	104
4. A conquista da Maturidade - O Comitê Israeli ta do Pará - Atas -----	107
5. E os Judeus de Manaus? -----	109
PARTE III - UMA OPÇÃO CONSCIENTE: A IDENTIDADE ---	124
Capítulo IV - O ANTI-SEMITISMO EUROPEU E A SUA RE- PERCUSSÃO NAS "INTELLIGENTSIAS" JU- DIAS DO BRASIL -----	125

X 1. Um pioneiro do Sionismo político no Brasil - David José Perez - Seu papel e seu mundo ---	125
2. Nasce um jornal -----	127
3. A conscientização para o Sionismo -----	131
4. Os velhos mitos anti-semitas -----	137
5. Um não judeu pela causa judaica - Alvaro de Castilho	141
6. J. Benedito Cohen - Poeta marroquino na lite- ratura paraense -----	144
X Capítulo V - OS MARROQUINOS E O "AMOR A SION" ----	166
1. Um ideólogo sionista no Exército Brasileiro- Major Eliezer Levy -----	166
2. "Kol Israel" - Voz de Israel - Atravessa o Brasil -	168
3. A mensagem da Terra Prometida -----	173
4. Aspectos da vida marroquina nas páginas do "Kol Israel" -----	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	190
FONTES E BIBLIOGRAFIA -----	194
1. Fontes primárias -----	195
1.1. Manuscritas -----	195
1.2. Impressas -----	196
2. Bibliografia geral e específica citadas no texto -----	198
3. Bibliografia geral e específica não citada no texto -----	207
4. Depoimentos... -----	219
5. Arquivos e Bibliotecas onde foram realizadas as pesquisas -----	220
ADENDOS -----	222
ANEXOS	

Elias Salgado

Av. Venceslau Brás, 14/307
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22290-140
eliassalgado@hotmail.com
Tel: 541-0663 / 537-5205

PRELIMINARES

A necessidade das comunidades em conhecer e buscar as raízes históricas que moldaram a sua herança cultural, despertou nestes últimos anos um grande interesse entre os pesquisadores estrangeiros. Entre esses estão os judeus de ascendência sefaradi que buscam reconstituir a trajetória de vida dos seus antepassados que, expulsos da Península Ibérica nos séculos XV e XVI, se dispersaram pelos quatro cantos do mundo inclusive para o Brasil.

Sabemos, através de várias monografias e de importantes obras publicadas, da existência e participação do grupo sefaradi no Brasil da época Colonial, sendo então conhecidos como cristãos-novos. A pretensão desta pesquisa é dar continuidade a esse conhecimento, mostrando igualmente a sua presença efetiva no Brasil desde a época Independente até o período de entre guerras no século XX. Esse período da História dos judeus — no caso o marroquino — representa um vazio historiográfico não só aqui no Brasil como no exterior.

Neste trabalho demonstramos a presença do grupo em questão, especialmente na Amazônia brasileira, evidenciando as causas que os fizeram abandonar seu país de origem e associando-as às condições internas do Brasil da época. Nossa intenção ao nos debruçarmos sobre este assunto foi acompanhar tanto o processo de integração do grupo, como a reafirmação, em terra estrangeira, de sua identidade religiosa, cultural e social.

Desde o princípio, a execução deste trabalho revelou-se nos um desafio, em razão das muitas dificuldades encontradas. Uma dessas dificuldades foi a inexistência, entre nós, de obras estrangeiras gerais que fizessem referência aos marroquinos. Por outro lado, a bi-

bibliografia específica sobre a Amazônia da época nós só a pudemos localizar em bibliotecas particulares, às quais chegamos após uma intensa busca. O acesso à documentação da comunidade propriamente dita e de sua formação religiosa, social e cultural foi, igualmente, difícil, pois o grupo judeu marroquino, no afã de salvaguardar o seu passado histórico, remeteu-a a Israel, não tendo conhecimento do seu destino final. Não foi senão depois de vários meses de procura, que a pudemos localizar em Jerusalém, no Central Archives for the History of the Jewish People.

Uma vez de posse dessas fontes — impressa e manuscrita — partimos à procura de pessoas da comunidade, a fim de que através de seus depoimentos pudéssemos reconstituir a sua trajetória no Brasil em seus diferentes aspectos, o que constitui atualmente uma das preocupações da "Nouvelle Histoire" no estudo do mental coletivo.

Se dificuldades houve na elaboração do trabalho, as colaborações recebidas foram inúmeras, às quais aqui registramos os nossos mais sinceros agradecimentos.

Àqueles que nos forneceram informações, dados, contactos, proporcionando-nos condições para o preenchimento de lacunas: Dr. Abner Perez, Prof. Antonio José Souto Loureiro do Instituto Histórico e Geográfico de Manaus, à Família Eliezer Levy, Da. Eldah Bitton, Da. Clara Zagury, Dr. Elias Lipiner, funcionários do Central Archives for the History of the Jewish People, o casal Frieda e Egon Wolff, Sr. Isaac Salomão Assayag, Dr. Moyses Garson Serfaty, diretor da revista "Escudo da Venezuela", Norma Shimshi, Prof. Samuel Benchimol, à historiadora francesa de origem marroquina, Sara Leibovici, Família de Yuda Elias Israel e ao Dr. Leão Zagury.

À comunidade judia-marroquina, nas pessoas do Rabino Abraham Hamu, Alberto Jacob Serruya, Alegria Levy Baruel, Alegria Nahon Zagury, Anita Salomão Zagury, Chana Levy Soares, Clara Zagury, David Jacob Serruya, Eldah Bitton,

Estrela Anijar, Isaac Athias, Isaac Elias Israel, Isaac Salomão Assayag, Jacob Lancry, Jacob Zagury, José Abrahão Serfaty, José Zagury, Josephine Baruquiel, Léa Baruquiel, Léa Serruya, Leão Israel, Miriam Serruya, Moises Barcesat, Moises Benquiqui, Moyses Zagury, Nair Abensur, Piedade Cohen Athias, cujos depoimentos nos auxiliaram na reconstituição da sua História.

Um especial agradecimento ao amigo Jacques Chocron, descendente desse bravo grupo sefaradi, que nos auxiliou, ao longo dos anos, na coleta da bibliografia.

À Professora e Mestre Dra. Anita Novinsky, responsável pela nossa formação acadêmica e que, durante os anos de convívio mostrou-nos os caminhos a serem percorridos para a elaboração de uma pesquisa.

Às Professoras Suely Robles Reis de Queiroz e Laima Mesgravis pelas sugestões apresentadas.

À Maria Luiza Tucci Carneiro, Norma Marinovic Doro, Rachel Misrahy e Yara Nogueira Monteiro, colegas de estudo durante tantos anos, amigas e confidentes.

À Nancy Rosenchon, Ruth Leftel e Walter Rehfeld, amigos e colegas de trabalho.

À Maria do Rosário de Castro e Paula, amiga e revisora deste trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

E, finalmente, ao meu esposo Bernardo que, durante toda a minha formação, sempre esteve presente com sua compreensão, conselhos e apoio.

PARTE I

OS JUDEUS MARROQUINOS E O NOVO MUNDO.

INTRODUÇÃO: OS JUDEUS NO MARROCOS

1. Os judeus e a criação das comunas judaicas

Vários fatores explicam a presença de judeus no Marrocos. A tradição oral judaica registra-os nessa região desde a época bíblica. A partir da destruição do Templo de Jerusalém por Nabucodonozor, em 586 a.C., e posteriormente por Tito, imperador de Roma, em 70 d.C., grandes contingentes de judeus deslocaram-se de Jerusalém e instalaram-se no Marrocos.

Quando da perseguição religiosa empreendida pelos reis visigodos nos séculos VI e VII, na Espanha, outros contingentes de elementos judaicos rumaram para o Norte da África, dispersando-se por toda a região do Magreb. Esses últimos, conseguiram, uma vez estabelecidos, uma razoável situação econômica, cultural e política.

Contudo, a maior afluência deu-se por ocasião da Inquisição na Península Ibérica, nos séculos XV e XVI, quando o Marrocos tornou-se um dos excelentes locais de refúgio para os cristãos-novos de Espanha, Portugal, Ilha da Madeira, Açores e Ilhas Canárias. Uma vez no Marrocos, esse grupo auto denominou-se "Castilhanos", denominando, ao mesmo tempo, "Forasteros" aqueles que lá já se encontravam. Com o passar do tempo houve uma simbiose cultural entre esses dois grupos, embora alguns costumes se mantivessem inalterados, como por exemplo, o rito religioso. Essa diferença persistiu mesmo depois de sua emigração para o Brasil.

Em locais como Tetuã, Fez, Meknes e Marrakesh criaram-se, por essa ocasião, centros de reconversão desses judeus recém-chegados. Muitos deles conseguiram trazer consigo as suas fortunas e posteriormente contribuir com os seus conhecimentos para o progresso da re-

gião, como no novo processo de extração de açúcar da cana—de-açúcar. O Marrocos tornou-se então, durante os séculos XVI e XVII, o produtor por excelência desse produto⁽¹⁾.

Já instalados na região, os judeus engajaram-se nas mais variadas profissões. Foram fazendeiros, plantadores de tabaco, de arroz, pequenos comerciantes e mascates. Trabalharam nas indústrias de cera de abelha, comercializaram borracha, lã, penas de avestruz, peles, especiarias, mel e artigos exóticos. Por motivos religiosos, os muçulmanos cederam-lhes a comercialização do vinho e das pedras preciosas, bem como a sua lapidação. Até o ano de 1912, quando se iniciou o protetorado francês no Marrocos, a maior parte do comércio marítimo e o monopólio sobre certos portos eram controlados por uma forte sociedade de judeus mercadores. A fortuna, passando de geração para geração, fez com que muitos deles se tornassem oficiais graduados, representantes consulares, diplomatas e banqueiros⁽²⁾. Esses elementos gozaram da confiança de países europeus e foram por várias vezes os intermediários oficiais ou semi oficiais dos Sultões⁽³⁾.

Entretanto, a situação econômica e cultural desses judeus marroquinos diferenciava-se de região para região. Embora houvesse regiões em que eles ocupavam lugar de destaque na sociedade, a maioria dessa população sofria privações.

No que diz respeito à religiosidade, a grande massa dos judeus de Marrocos dedicava-se aos estudos rabínicos em seus inúmeros seminários. As várias sinagogas espalhadas por todo o Marrocos exerceram papel preponderante na sociedade com respeito à tradição. Essas sinagogas possuíam não só um caráter religioso, como tinham uma função social, ou seja a de garantir a coesão do grupo em torno de sua história, filosofia, cultura e costumes. Foi essa sua função social que conferiu ao judaísmo o seu caráter popular, na medida em que a sinagoga abrigou não só os indivíduos privilegiados cultural e economicamente, como a grande massa da população.

A história dos judeus do Norte da África é, portanto, a história da diversidade populacional de um povo, pois cada comunidade formava um microcosmo. Os judeus e cristãos novos procedentes da Península Ibérica que procuraram um lugar para viver, tendo escolhido na época o Marrocos, trouxeram e mantiveram intacta a tradição de seus antepassados espanhóis, no que se refere à língua espanhola e aos costumes, como a música, a alimentação, o vestuário⁽⁴⁾. Introduziram igualmente na região o dialeto denominado "Hakitia", que é a fusão do espanhol antigo, do árabe e do hebraico, e que se propagou rapidamente. Por ocasião de sua emigração para o Norte do Brasil, esse grupo trouxe consigo esse dialeto, do qual ainda hoje podemos encontrar resquícios entre os mais velhos representantes da comunidade judia-marroquina⁽⁵⁾.

2. As "mellahs" e a "Alliance Israélite Universelle"

A medida que aumentava o número de judeus no Marrocos, algumas providências passaram a ser tomadas. Uma delas foi a construção das chamadas "mellahs", ou quarteirões judaicos, sendo a primeira construída em Fez, em 1438⁽⁶⁾. Essas "mellahs" foram construídas pelos Sultões, em locais próximos aos palácios e tinham a finalidade de dar maior proteção aos judeus. Dentro de cada "mellah" montou-se uma mini-república, com suas próprias leis, seu sistema de justiça, seu sistema escolar, sem nenhuma interferência externa.

O grande mérito das "mellahs" foi que, sendo um universo fechado, garantiu a união entre seus habitantes e a manutenção de seus preceitos religiosos. Essas comunidades conseguiram quase sempre cumprir com suas obrigações sociais, tanto em relação aos mais necessitados como em relação aos enfermos⁽⁷⁾. Contudo, os judeus ali viviam confinados, à margem da vida da região como um todo. Com o passar do tempo, as "mellahs" entraram num processo de super-população, acarretando, como consequência, a de-

terioração das condições de vida de seus habitantes (8).

Apesar do Norte da África estar geograficamente próximo da Espanha, França e Itália, o Marrocos muçulmano esteve, até o século XX, praticamente afastado do contato com a Europa cristã. Embora um certo número de judeus mantivesse relações comerciais e até culturais com cor^{re}igionários de outros países, a maioria desses judeus vivia na miséria econômica e cultural de suas "mellahs".

No ano de 1862, a Alliance Israélite Univer^sselle, juntamente com a Anglo Jewish Committee ao perceber essa situação, decidiu tomar as primeiras providências com o objetivo de alcançar uma melhoria nas condições de vida dos judeus. Fundaram-se então escolas mais ajustadas ao pensamento moderno e voltadas para a cultura universal.

A adaptação à nova escolaridade não foi fá^ccil, pois ela se antagonizava com o estudo religioso. A Alliance dentro de seus propósitos desejava unir a educa^ção religiosa à profana, e estendê-la ao sexo feminino. Em 1862, 50 anos antes da fase do protetorado francês no Marrocos, essa sociedade abriu a sua primeira escola em Tetuã, sendo aceitas as primeiras 110 crianças. Em 1864 seguiu-se a escola de Tanger, em 1883 a de Fez, Mogador, Monastir, Casablanca e Marrakesh. Em 1899 a Alliance introduziu - se por completô em toda a região, abrindo escolas em Meknes, Larache, Mazagão, Rabat, Safi, Setar. Quando o protetora^do francês foi instituído, em 1912, 4.500 crianças judias já se encontravam matriculadas em suas escolas, recebendo uma educação moderna.

Esse fato, influenciou notavelmente o comportamento da população atingida, na medida em que ampliou os seus horizontes, despertando-a para outras possibilidades de vida (9).

Uma vez imbuídos desta nova visão de mundo, os judeus do Norte da África passaram a questionar as condições em que viviam nas "mellahs". Situa-se já aí uma das

causas da emigração dos judeus do Marrocos. Muitas das crianças que frequentaram tais escolas entre os anos de 1862 e 1869, por exemplo, partiram para o Brasil, onde chegaram por volta de 1879. Entre essas estão Joseph Acriche, Joseph Yamin, Isaac Abitbol, Ruben Bengio, Schao Bandayan, Samuel Benoliel, Isaac Benlala, Joseph Benzecry, Ruben Larache, Elias Hassan, Israel Hazar (10).

3. A busca de novos caminhos

Tomando conhecimento de novas formas de vida e de trabalho e considerando o interesse europeu sobre o Magreb — principalmente por parte de Portugal, Espanha e Inglaterra, seguidos, posteriormente, pela França e Estados Unidos, que assentaram bases militares e portos comerciais no país —, muitos judeus passaram a recorrer a esses protetorados com o objetivo de emigrar. Esse fato gerou certos problemas ao governo marroquino, dando margem à criação de uma Convenção Internacional em Madrid, no ano de 1879, assinada por países como Marrocos, Estados Unidos, Inglaterra, França, Dinamarca, Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, Suíça, Noruega, Holanda. Através dessa Convenção tentava-se cercear o aumento do volume emigratório. Segundo a Convenção, cada marroquino que tivesse obtido nacionalidade estrangeira seria, uma vez de volta ao Marrocos, novamente acolhido como cidadão marroquino, depois de um certo período de permanência no país (11).

É sabido que muitos judeus abastados deixaram o Marrocos com passaporte estrangeiro, principalmente ingleses, sem mencionarmos o francês e o espanhol. Esse fato traria como consequência a dificuldade de se estimar com mais precisão o número real dos judeus que chegaram ao Brasil, uma vez que aqui eram registrados de acordo com esse passaporte. Entretanto, a problemática de emigração do Marrocos é bem anterior à instalação das escolas da Alliance Israélite Universelle, e à Convenção Internacional de Madrid.

Nos anos de 1790 e 1818 o Marrocos enfrentou graves epidemias, responsáveis por importantes movimentos migratórios que, por sua vez, ocasionaram a super-povoação de determinadas "mellahs". Essas epidemias foram também responsáveis pela emigração de pessoas economicamente privilegiadas para países como Inglaterra, Estados Unidos e Brasil. Acreditamos que a permanência da maioria dos judeus no Magreb, nessa época, deveu-se à absoluta falta não só de recursos econômicos como também de uma visão de mundo mais ampla.

Outro fator que, provavelmente, ocasionou o movimento emigratório do início do século XIX, no Marrocos, foi a introdução de "mellahs", a partir de 1807, em regiões como Rabat, Tetuã, Salé, Mogador, cujas populações não assimilaram esse fato (12).

Novamente na metade do século XIX acentuou-se o movimento de saída de judeus do Marrocos, desta vez fugindo de epidemias como a peste bubônica e o cólera, que assolavam toda a região, inclusive as populações das "mellahs".

Dos judeus que permaneceram no Marrocos, aqueles que possuíam situação econômica estável ou privilegiada ocupariam, posteriormente, cargos diplomáticos em diversos países. Entre esses estão Judas Benoliel, que foi embaixador em Gibraltar, Meyer Macnin, embaixador em Londres, Abraham Corcos, Moses Aflalo, que tiveram missões diplomáticas, Altaras, Benchimol, Abensur, que desempenharam papéis importantes no governo marroquino.

Desses nomes, os de Benoliel, Aflalo, Benchimol, Abensur, são ramos familiares que figuram entre os primeiros grupos que emigraram para o Pará e Amazônia, segundo levantamento feito pelo Prof. Samuel Benchimol (13).

No livro "Memórias de un Viejo Tangerino" de Isaac Laredo, o autor, discorrendo sobre a população de Tanger, dá a perceber a semelhança de nomes que se encon-

travam naquela região com os que emigraram para o Norte do Brasil. Entre esses podemos citar: Abitbol, Amzalag, Azan^{cot}, Athias, Azulay, Aflalo, Benchimol, Benatar, Bemergui, Benquiqui, Bengio, Benzecry, Bendayan, Benayon, Barsessat, Benoliel, Belisha, Benlolo, Bentes, Benzaquem, Chocron, Cohen, Dray, Essayag, Ezaqui, Gabay, Garzon, Hamu, Israel, Levy, Laredo, Lasry, Marques, Medina, Melul, Nahon, Obadia, Pariente, Pinto, Perez, Roffê, Serruya, Sicsu, Serfaty, Sabá, Tobelem, Toledano (14).

Podemos fazer uma correlação entre a data da ocorrência desses fatos apontados como causas de emigração e as datas do aparecimento dos "hebraicos" no Norte do Brasil, desde as primeiras décadas do século XIX.

No entanto, é sabido que, desde a época colonial, cristãos novos, judaizantes ou não, já se encontravam na região, e supõe-se que esses judeus tenham mantido contato com os seus correligionários do Marrocos, através do comércio de produtos silvestres, levando até lá o conhecimento da Amazônia e de sua riqueza.

NOTAS

- (1) - JEWISH ENCYCLOPAEDIA KETER. Jerusalém, Keter Publishing House, 1971, vols. VI, pp. 1255-1258; XI, pp. 1015-1017; XII, pp. 326-346; XIV, pp. 680-683; XV pp. 790-793 e 1029-1031.
- (2) - LAREDO, Abraham. Les noms des juifs du Maroc. Madrid, Instituto B. Arias Montano, 1978.
- (3) - ELNECAVÉ, Nissim. Los Hijos de Ibero-Franconia. Buenos Aires, Ediciones La Luz, 1981. O autor faz um painel do mundo sefardi, desde as suas origens até o presente, passando por todas as dinastias, governos e sultões.
- (4) - DIAZ MAS, Paloma. Los sefardies - Historia, Lengua y cultura. Barcelona, Riopiedras Ediciones, 1986.
- (5) - BENTES, Abraham Ramiro. Os Sefardim e a Hakitia. Mitograph Ed., 1985, pp. 73-76.
- (6) - ELNECAVÉ, Nissim. Op. cit., pp. 731-735.
- (7) - CHOURAQUI, André. Between East and West. New York, Atheneu, 1973, pp. 95-97.
- (8) - AMICIS, Edmundo. Marrocos. Lisboa, Casa Editora David Corazzi, 1880, pp. 149-243.
- (9) - LASKIER, M. Michael. The Alliance Israélite Universelle and the Struggle for Recognition within Moroccan Jewish Society, 1862-1912. In ISSACHAR BEN AMI. Shephardi and Oriental Jewish Heritage. Jerusalém, Studies - Magnes Press, The Hebrew University, 1982.
- (10) - LEIBOVICI, Sarah. Chronique des Juifs de Tetouan - 1860-1896. Paris, Maisonneuve & Larose, 1984, p. 264. A autora trabalha nesta obra com os judeus de Tetuã, fornecendo dados sobre a emigração de alunos da Alliance para todo o globo terrestre no ano de 1879.

- (11) - No século XIX, os judeus residentes no Marrocos formavam a quarta comunidade judaica do mundo, depois dos Estados Unidos, Rússia e Israel. Contudo, sua população era superior à das comunidades que residiam na Inglaterra, Argentina, Romênia e França. Estima-se a sua população em mais de 7.200 famílias. JEWISH ENCYCLOPAEDIA KETER - Op. cit.
- (12) - ELNECAVÉ, Nissim - Op. cit., pp. 707-746.
- (13) - BENCHIMOL, Samuel. Amazônia, um pouco antes e além - depois. Manaus, Ed. Umberto Calderaro, 1977, p. 541 (Coleção Amazoniana).
- (14) - LAREDO, Isaac. Memórias de un Viejo Tangerino. Madrid, C. Bermejo Impresor, 1935, pp. 44-45.

Capítulo I - A AMAZÔNIA BRASILEIRA

1. O mundo que a borracha criou

Os pioneiros da colonização do vale amazônico foram os espanhóis e os anglo-holandeses. Os espanhóis, como descobridores nas primeiras décadas do século XVI, e os anglo-holandeses, como os primeiros ocupantes e exploradores, no final do mesmo século, seguindo-se depois os portugueses (1).

A preocupação portuguesa em atingir o Amazonas começou a partir do ano de 1614. Contudo, somente após a ocupação efetiva de São Luís do Maranhão, no ano de 1616, e, vencidos os franceses, é que a conquista do Amazonas foi iniciada. O ano de 1616 é a data da fundação de Santa Maria de Belém por Francisco Caldeira de Castelo Branco. Numa ponta de terra, Castelo Branco iniciou a construção de uma Casa Forte por ele denominada Presépio, e a terra ocupada foi chamada de Feliz Lusitânia. Construiu uma igreja matriz e habitações permanentes, projetando um núcleo urbano sob a proteção de Nossa Senhora de Belém. Com isto, assegurou o domínio português na foz do rio Amazonas.

A expansão do domínio português na Amazônia compreende, a princípio, dois períodos bem distintos: 1616/1750 e 1750/1840.

O primeiro período começou com a fundação de Santa Maria de Belém e terminou com a assinatura do Tratado de Madrid. O segundo teve início com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, terminando com o movimento popular da Cabanagem.

Entretanto, somente a partir de 1640, data em que Portugal se separou do domínio espanhol, é que a ocupação do solo amazônico ganhou força. A preocupação com

a defesa militar da região foi então substituída por uma consciência de que só a ocupação do solo poderia trazer resultados positivos. Apareceram então núcleos coloniais que seriam no futuro as vilas e cidades da Amazônia (2).

A descoberta do ouro nas regiões do Peru e do México contribuiu para a colonização do Amazonas, onde, imaginava-se, também poderia o ouro ser encontrado. Como ocorreu nas demais regiões brasileiras, afluiu ao Amazonas toda sorte de imigrantes-colonos, degredados, e cristãos-novos.

Entretanto, Portugal, dentro de sua política expansionista, desejava ir além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas (3). Sabendo-se da existência das "drogas de sertão" (cacau, salsa, canela, anil, sementes oleaginosas, raízes aromáticas, puxuri, baunilha), produtos florestais (madeira), produtos animais (manteiga e ovos de tartaruga), estimulantes, condimentos, produtos medicinais, gomas e fibras, entre outros, Portugal pretendia restaurar suas finanças através do comércio desses produtos, uma vez que era muito grande a sua procura.

Assim, pois, dentro de um espírito colonialista, colonos e missionários se entregaram à extração desses produtos, com a ajuda da mão-de-obra tupinambá.

Antes de findar-se o primeiro momento da história da Amazônia, Belém por exemplo, possuía uma população de, aproximadamente, 6.574 habitantes e o bispado já havia sido criado. No ano de 1748 estabeleceu-se o uso de moedas de metal, cobre, prata e ouro, em substituição aos novelos de algodão e os produtos nativos, que eram o dinheiro corrente na época.

Em 1750 Portugal e Espanha se reúnem em Madrid para tratar das linhas divisórias entre as duas possessões. As fronteiras ficam então demarcadas praticamente da mesma forma como hoje se encontram, considerando que Alexandre de Gusmão conseguiu que o critério usado fosse o do

"*Uti Possidetis*".

Com a ascensão de Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, iniciou-se o segundo período da história da Amazônia. O Marquês de Pombal, empossado Secretário dos Negócios Estrangeiros no reinado de D. José I, é identificado na história do Brasil, não só como um personagem de pensamento anti-clerical, como também possuidor de uma visão política ampla. Possuía planos bastante claros em relação à Amazônia e seu objetivo era o desenvolvimento dessa região.

Junto com ele surgiu a figura de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, seu irmão, que desempenharia um papel chave no processo de demarcação de limites e no processo de povoamento da região Norte.

Em 1751 criou-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sua administração em Belém. Até então esse Estado, que se denominava Estado do Maranhão e Grão-Pará, possuía São Luís como sede. Furtado foi designado governador, tomando posse já de Belém do Pará.

Essa nova administração teve como principal preocupação acelerar o processo de colonização da Amazônia brasileira. Sendo assim, surgiram leis com o objetivo de atrair colonos. Nesse espírito, terras foram doadas, isenções de impostos foram concedidas, ferramentas de trabalho foram fornecidas gratuitamente. Dentro do mesmo espírito, foi fundada, em 1755, uma Companhia de Comércio, denominada Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Amazonas, com o objetivo de incentivar o comércio regional. Essa Companhia foi extinta em 1778 ⁽⁴⁾.

Ao findar-se o século XVIII, já se podiam perceber, na Amazônia, os efeitos da política pombalina em relação a essa região. Lá já se encontrava uma população bastante miscigenada, com casais oriundos dos Açores, localizados em regiões como Macapá, Ourem e Bragança. Outras po

voações surgiram em Tupinambaranas, hoje Parintins, Crato, hoje Manicoré, Lusea, hoje Maués.

Data dessa época a vinda de 340 casais oriundos do castelo real de Mazagão no Norte da África. Parte dessas famílias formou um núcleo no Brasil denominado Nova Mazagão, que em 1833 foi anexado ao município de Macapá. Outra parte dirigiu-se para Macapá, Belém e Vila Viçosa de Madre de Deus.

Mazagão foi uma região densamente habitada por cristãos novos portugueses, muitos dos quais constam dos registros inquisitoriais. Foi um dos estabelecimentos portugueses no Marrocos e data da expansão de Portugal em 1385. Em 1768 a cidade foi retomada pelos mouros, e os portugueses que lá viviam, através de ação do Conde de Oeiras, ministro de D. José I, foram enviados ao Brasil. Essas 340 famílias com 1022 pessoas aportaram no Pará em 1770 ⁽⁵⁾. Acreditamos que foram os precursores da vinda para o Brasil de judeus marroquinos alguns anos mais tarde.

Segundo o historiador J. F. de Almeida Prado, que não cita fontes, muitos cristãos novos que aqui chegaram assinavam seus nomes como Fonseca, Pereira, Mendes e Ribeiro. Após a extinção do Santo Ofício, no início do século XIX, esses indivíduos retomam seus antigos nomes. Surgem então na Amazônia os Bensaude, Elbas, Alcaim, Amzalag, Barjonas, Abecassis, Bensabat ⁽⁶⁾.

Entretanto, a povoação das várias regiões amazônicas foi feita com pequenos contingentes. Muitas vezes 20 a 30 pessoas eram suficientes para se formar uma pequena vila. Esses colonos que aqui chegaram recebiam um título provisório de terra, título esse que seria mais tarde substituído por outro, definitivo, quando fosse ultimado o pagamento do terreno. No entanto, sabemos que muitas vezes essas terras foram concedidas gratuitamente ⁽⁷⁾. Sobre isso trataremos mais adiante.

Atraídos por toda uma política de colonização

vieram para a Amazônia, além daqueles já citados, colonos de procedência suíça, alemã, americana, italiana, síria, libanesa, inglesa, japonesa e marroquina. Podemos adiantar que esses últimos radicaram-se com o tempo em locais como Afuá, Alenquer, Almeirim, Aveiros, Baião, Obidos, Mocajuba, Monte Alegre, Breves, Santarém, Cametá, Gurupá, Itaituba, Macapá, no Estado do Pará (8) e Parintins, Itacoatiara, Maué, Coari, Manacapuru, Tefé, Manicoré, Humaitá, no Estado do Amazonas.

O "boom" da extração e aproveitamento da borracha fez surgir na Amazônia um terceiro período, denominado o "Ciclo do Ouro Negro".

A borracha, ou leite da seringueira, é conhecida desde o século XVI. Contudo, só ao iniciar-se o século XVIII é que um religioso, Frei Manuel de Esperança, tomou conhecimento da sua utilidade, enquanto viveu com os índios da região do Amazonas. O produto era usado, então, como impermeabilizante de vasilhames e tecidos.

O seu comércio, entretanto, provavelmente incrementou-se a partir do ano de 1745, quando o Amazonas foi visitado pelos naturalistas franceses François Fresneau e Charles Marie de La Condamine, da Academia de Ciências de Paris. Consta que este último enviou de Quito para a França rolos de massa negra para estudos.

A exploração do látex, no entanto, era atividade econômica ainda rudimentar no tempo da Independência do Brasil. Em 1823, o escocês Charles Mackintosh verificou que a borracha era solúvel na benzina, divulgando então para a Europa o que no Brasil já era conhecido: o látex servia para impermeabilização. A partir de 1850, com a difusão do processo de vulcanização, iniciado em 1839 por Charles Goodyear, cresceu a exploração do látex. A vulcanização dava

maior resistência ao produto, tornando-o insensível às variações de temperatura ⁽⁹⁾.

Nos anos de 1853 e 1869 surgiram no Brasil, inicialmente na região do Purus, depois na do Juruá e Madeira, os primeiros estabelecimentos de seringais e seringueiros.

A borracha começou a ser conhecida e tida como a matéria prima da indústria moderna. A extração da goma no Brasil foi de extrema importância, concorrendo, quase no final do século passado, com 61% da produção mundial. No entanto, em 1876, iludindo a vigilância das autoridades brasileiras, que proibiam a saída das sementes ou plantas da Amazônia, Henry Alexander Wickman, representante oficial da Inglaterra, leva do Brasil, no vapor inglês Amazonas, sob a pretexto de serem espécimes de orquídeas, algumas milhares de sementes da *Hévea Brasiliensis*. Após experiências realizadas por cientistas ingleses nos jardins de Kew (Londres), e no Ceilão, iniciou-se a sua plantação na Malásia Britânica e nas Índias Orientais Neerlandesas ⁽¹⁰⁾, passando assim a borracha silvestre para borracha de plantação. Veremos que os seringalistas anglo-orientais suplantariam, com o tempo, os seringalistas brasileiros, não só em qualidade, como em quantidade ⁽¹¹⁾.

Dentre as causas atribuídas ao declínio da borracha brasileira incluem-se:

- a) a falta de um processo organizado para a extração, em termos de técnica e mão-de-obra, como o utilizado no estrangeiro;
- b) grande dispersão das seringueiras pela região Amazônica, ocasionando demora na colheita;
- c) falta de experiência industrial e mercantil;
- d) falta de condições de transporte;
- e) doenças tropicais como paludismo, desintéria, que dizimavam e repeliam levadas de trabalhadores;

- f) falta, sobretudo, de uma visão voltada para a preservação e replantio do produto e, utilização, em larga escala, de uma política predatória.

Com a extração da borracha, abandonou-se o sítio, o cacau, o cafezal, o engenho, estabelecendo-se o seringueiral. Houve uma corrida para a floresta, para a colheita do látex, o que atraía centenas de milhares de nordestinos, principalmente do Ceará. Estes, acossados pela seca em sua terra natal, eram bastante sensíveis à propaganda da borracha, que prometia riquezas fáceis.

Dentre os imigrantes que para lá afluíram estavam os judeus provenientes do Norte da África. Estes últimos tiveram uma grande penetração na região Amazônica, chegando mesmo até algumas regiões do Peru, onde fundaram núcleos, como os de Iquito e Loreto, Caballococha (Amazonas), Santa Izabel (Javari), Yurimaguas (Hualлага), Contamana (Ucayali). A fundação desses núcleos coube aos Irmãos Moisés, Abraão e Jaime Pinto. Segundo o historiador Alfredo Rosenzweig, esses judeus eram provenientes do Pará, de onde saíram em 1870 (12).

Como no Brasil, ocuparam lugar de destaque na comunidade, atuando como prefeitos em várias regiões. Fundaram, em 1895, um cemitério israelita, no qual estão enterradas 34 pessoas, todas da época do "rush" da borracha. Estima-se que entre os anos de 1890 e 1912 viveram na Amazônia peruana 150 judeus marroquinos. Entre os nomes dos que lá se encontravam temos: Pinto, Toledano, Cohen, Barcessar, Benzaquen, Levy, Coriat, Dahan, Serfaty, nomes também encontrados no Brasil (13).

O esplendor, portanto, do ciclo da borracha não se circunscreveu somente às regiões brasileiras (14), estendendo-se ao Peru, como vimos, à Bolívia, ao Equador, à Colômbia e à Venezuela. Decorreu dessa expansão o alargamento de nossas fronteiras, com a anexação do Acre ao espaço físico do atual Brasil, pelo Tratado de Petrópolis, em 1903.

A efervescência das atividades ligadas à borracha, impôs a formação de uma imensa frota fluvial e a melhoria dos estaleiros, assegurando ao país grande parte das divisas que lhe garantiram maior mobilidade no comércio internacional. Multiplicaram-se os núcleos urbanos do interior e estabeleceu-se contato com as grandes capitais industriais da Europa. Belém e Manaus deixaram de ser pequenos centros urbanos, para se tornarem centros cosmopolitas, a ponto de merecerem comentários como

... "região em que os ingleses e os norte-americanos dominam o comércio, porém o povo vive à francesa. Há revólveres Smith & Wesson, máquinas de escrever, Whisky, leite condensado e outros gêneros alimentícios, que chegam pelos navios da Booth Line. A Libra circula tão livremente como os mil réis. Os barões da borracha gastam à larga com suas esposas, e, de contrapeso com as amantes, coquetes vindas especialmente de Paris. Um dono de seringal tem que ter uma gringa para revelar, de público, o seu bom gosto. As casas comerciais são 'Ao Bon Marché', 'Parc Royal', etc que anunciam os últimos modelos de Madame Marie. Os cardápios dos restaurantes são em francês e nos banquetes só se serve champagne importado. Algum milionário, a custa da Hévea possivelmente finge que lê, sentado na calçada de um Restaurant Français, enquanto a orquestra executa Strauss e Schubert".

"Os seringalistas ganham tanto dinheiro com a borracha, que mandam buscar companhias francesas para o Teatro da Paz e Amazonas. No Teatro da Paz, por exemplo, dançou Pavlova. Segundo uma lenda, acendiam chá ruto com notas de 500 mil réis" (15).

Nair Abensur, de ascendência marroquina, entrevistada durante a elaboração deste trabalho, filha de brasileiros nascidos no final do século passado, forneceu-nos diversos dados sobre a ligação de sua família com as de Toledano - Soares - Benchimol - Benoliel, como de outras famílias marroquinas que viviam e trabalhavam com borracha no interior da Amazônia, informando-nos que todos possuíam boa situação econômica. A sua família, por exemplo, plantou borracha ao longo do rio Javari e possuíam grandes propriedades em Benjamin Constant e na ilha Mansal. Exportavam borracha para a Inglaterra e os navios da Booth Line aportavam próximo ao comércio de seus avós. A

boa condição financeira de que gozava a família permitiu que os filhos recebessem educação na Inglaterra e na Suíça. Vestiam-se com roupas trazidas da França e eram consumidores de chocolate inglês da Mackintosh ⁽¹⁶⁾.

Um pouco antes da Proclamação da República, no ano de 1882, a goma amazônica já influía, poderosamente, no progresso econômico do país, ocupando o terceiro lugar no quadro de exportação do Império. Apenas o café e o açúcar se lhe mantiam à frente. As grandes praças importadoras da borracha eram Nova York e Liverpool, e as menores Havre, Hamburgo, Antuérpia e Lisboa.

Convencionou-se situar o ciclo da borracha entre os anos de 1870 e 1912, quando se iniciou a sua crise. O ano de 1911 é considerado o ponto mais alto da produção da borracha, com 44.296 toneladas ⁽¹⁷⁾.

A produção dos seringais das colônias britânicas, até o final do século XIX, não figurava nas estatísticas de produção mundial da borracha. Entretanto, a partir de 1908 começou a dar sinais de um desenvolvimento progressivo ⁽¹⁸⁾ e em 1913, ela ultrapassou, pela primeira vez, a brasileira. Em 1914 já representava 50% de toda a produção mundial.

A época da borracha foi bastante compensadora para o Brasil, especialmente para a Amazônia ⁽¹⁹⁾, que se tornou a região mais rica do país. Com uma população estimada em um milhão de habitantes, produzia 39% das exportações nacionais, enquanto os 22.969 brasileiros de outras regiões da União concorriam com apenas 61% do total das mesmas.

2. Belém e Manaus no século XIX

Ao findar-se o século XVIII, Belém, que fora o núcleo receptor dos imigrantes, possuía uma população aproximada de 10.620 habitantes e 1083 casas. No início do século XIX, esta paisagem começou a se modificar. No plano político-administrativo havia duas capitais: a do Grão Pará, com sede em Belém, e a do Rio Negro, hoje cidade de Manaus (20).

O progresso maior, no entanto, ainda estava em Belém, em detrimento do Rio Negro. Para uma estimativa populacional de 67.987 habitantes no Pará, Rio Negro apresentava 14.480 habitantes. Ativavam-se as relações de comércio interno e externo especialmente com Lisboa. Era significativa a exportação de produtos como cacau, arroz, café, algodão, açúcar, aguardente, couros, secos e molhados, cravo fino e grosso, canela, salsaparrilha, puxuri, anil, óleo de copaíba e de andiroba, urucu, castanha, madeiras em toros e pranchas (21).

Os melhoramentos na cidade de Belém avolumavam-se. Criaram-se linhas de correio para o interior e capitâneas vizinhas e houve o reaparelhamento das forças militares.

Com a presença da Corte no Brasil, o Pará não perdeu o ímpeto de seu desenvolvimento, contrastando com o Rio Negro, que não apresentava, por essa ocasião, quase nenhum progresso, a ponto de ser solicitada a sua separação de Belém. A mão-de-obra era a indígena, a contribuição africana menos expressiva. Havia estabelecimentos industriais montados no interior e mantidos pelo Estado. Havia também um estaleiro, que produzia segundo as necessidades internas e externas.

A exportação, por sua vez, alcançava a cifra

considerável de 452.715\$633, e de 299.103\$103 era o valor da importação. A população do Estado do Pará crescia para 79.730 habitantes, dos quais 24.500 só em Belém. Segundo os cronistas Spix & Martius a cidade apresentava uma "feição agradável", com 1935 casas, 35 ruas, 31 travessas, e 12 largos" (22).

Em 1822, ano da Independência do Brasil, começou a circular o primeiro jornal em Belém, "O Paraense", que iniciava uma campanha contra o absolutismo, pregando a igualdade entre os homens. Em 1823, a tipografia do jornal foi confiscada, passando daí em diante a circular sob o nome de "Luso Paraense" (23).

No campo político houve o movimento da Cabanagem, que eclodiu na Província do Grão Pará em 1835, alastrando-se depois pela Província do Amazonas. Esse movimento foi um grito de liberdade política, econômica e social das camadas inferiores contra as classes dominantes portuguesas. Essa revolta contra os portugueses estendeu-se contra os brancos em geral, naturais ou estrangeiros, ocasionando o assassinato de dois judeus e um francês na Vila de Vigia(Pa). Súditos britânicos solicitaram, então, proteção do governo inglês (24). Queremos, com esse fato, ilustrar a presença, já nessa época, de judeus no interior da Amazônia brasileira.

O século XIX foi o século da exploração de produtos naturais e seus reflexos na indústria, no comércio e na sua comercialização. A riqueza decorrente desse processo dinamizou a arte nessa região, trazendo reformas urbanísticas e paisagísticas. Cientistas como Humboldt, Agassiz, Bates, Spix, Martius, H. Smith, Castelnau foram atraídos à Amazônia, difundindo o conhecimento de suas riquezas para além das nossas fronteiras.

Algumas impressões retiradas dos "Relatórios dos Presidentes", dão-nos uma amostragem do que foi Belém, principal cidade da Amazônia na metade do século XIX. Em

1848, o Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, ao tomar posse do cargo de Presidente da Província do Pará assim se expressou:

... "O Pará na hierarchia social brasileira é uma província de primeira ordem; ela é a primeira do Império por sua vasta extensão territorial, por sua especialidade geológica e fluvial, por sua prodigiosa riqueza vegetal e animal, pelos infinitos exquesitos, variados e preciosos produtos, que expontaneamente surgem à porfia do seu fertilíssimo solo. Neste abençoado paiz a natureza faz tudo e o homem só tem o trabalho da escola. E pois, senhores, a capital desta grande Província deve preparar-se para vir a ser um dia em opulência e grandeza a primeira cidade do Norte, como já é geographicamente; mas para vir a ser opulenta e grande, não basta só a riqueza natural: a natureza produz mas não edifica: esta tarefa compete às artes e ao engenho humano; e uma grande cidade se reconhece à primeira vista pelos seus monumentos, pelas suas obras, pela sua architettura e pelas suas construções públicas e particulares..." (25).

Mencionou entre outras, a necessidade da edificação urgente de um cemitério, questão básica, no seu entender, por razões de hygiene. Esse cemitério foi construído durante seu governo e denominou-se "Soledade". Até essa época o sepultamento era feito nas igrejas e reservado aos mais abastados. Os escravos e a gente humilde eram sepultados longe da cidade.

Os judeus marroquinos presentes na Amazônia, entretanto, obedientes aos preceitos de sua religião judaica com relação aos mortos, muito cedo construíram quarteirões com a função de cemitérios. Em 1842 o pequeno grupo "hebraico" em Belém do Pará já possuía o seu campo santo, do qual uma parte hoje se encontra agregado ao Colégio Kennedy (26).

No ano de 1859, no governo de Manoel Frias e Vasconcelos, Belém já tinha dado um passo a mais no seu desenvolvimento. O comércio exportador, as indústrias extrativas e a lavoura tornavam-se cada vez mais promissoras como forças do organismo econômico. Já havia um serviço de transporte de cargas e passageiros para o interior da província,

o valor da exportação para o estrangeiro atingia a soma de 5.920.207\$340 e o da importação de 4.802.193\$724. Subia a arrecadação de impostos, deixando saldos nos cofres públicos (27).

No terceiro quartel do século XIX, no ano de 1875, Belém já era considerada uma grande capital. Seu comércio era ativo, rico e suntuosos prédios despontavam, notáveis edifícios públicos apareciam. Já havia 12 jornais, entre os quais 5 diários, um bom porto com navios que vinham do estrangeiro, barcos que navegavam nas diversas linhas do Amazonas e Tocantins. Os velhos lampiões a querosene foram substituídos por iluminação a gás e as carruagens das praças concorriam com trens urbanos (28).

Na época da transição política, 1889, o cronista Alfred Marc, visitando a região paraense traduz as suas impressões no livro "Le Brésil - Excursion à travers ses 20 provinces", tecendo comentários elogiosos à região e ao seu desenvolvimento (29).

No final do século XIX, Belém estava totalmente remodelada em termos de urbanismo, representava o maior empório comercial do vale. Além de edifícios públicos como o Palácio do Governo, a Cadeia, o Arsenal de Guerra, os Armazéns da Marinha, Belém contava com iluminação elétrica, serviço de bondes, calçamento de granito em substituição à madeira. Possuía pontilhões e largos ajardinados. Data dessa época a construção do Teatro da Paz. Sua população no final do século XIX era de, aproximadamente, 130.000 habitantes (30). Nas palavras do Prof. Ernesto Cruz "de burgos de colonos, Belém transformava-se no opulento pórtico da Amazônia, imensurável e rica" (31).

Todo este desenvolvimento esteve ligado ao ciclo da borracha e atingiu também a cidade de Manaus, que teve a sua origem na fundação da fortaleza de São José do Rio Negro, em 1669, por Francisco da Mota Falcão. Por lei provincial do Pará de 24 de outubro de 1848, Manaus foi elevada

ã categoria de cidade e em 1º de janeiro de 1852 passou a ser a capital do Estado do Amazonas (32).

Manaus mostrava-se, da mesma forma que Belém, digna de figurar ao lado das melhores do Brasil, devido à beleza de suas praças e jardins; de sua Catedral, do Colégio D. Pedro II, do Palácio do Presidente e de seus grandes magazines de moda. O Teatro Amazonas foi decorado pelo italiano, De Angelis e era a expressão consumada da opulência do período da borracha (33).

Encantado com o que encontrara na região amazônica e referindo-se, sobretudo, a Belém e Manaus, as duas principais cidades amazônicas, o naturalista Jean de Boncours em sua obra "En Amazonie", observa que Manaus não era o lugar de selvagens, a cidade de índios exibindo os seus arcos e flechas, mas sim "... la civilisation la plus raffinée est parvenue jusqu'au Rio Negro" (34).

3. Uma economia original: o Regatão e as Casas Aviadoras

Entre as atividades econômicas básicas exercidas no século passado no Norte do Brasil, estão o Regatão, como meio de transporte e abastecimento do "hinterland" amazônico, e as Casas Aviadoras, como suporte financeiro do regatão e das contingências comerciais da época.

3.1. O Regatão

Denominou-se "regatão" a atividade econômica típica da região amazônica, conhecida e praticada desde a época Colonial. Com a expansão da borracha, essa atividade ganhou força, consolidando-se como elemento intimamente ligado ao próprio processo de extração do látex.

O termo "regatão", de regatar significa

"aquele que regateia no preço de alguma coisa, pessoa que compra por grosso para vender a miúdo ou a retalho, comprador, vendedor, aquele que em barco ou canoa, percorre os rios, parando de lugar em lugar" (35).

Entretanto, com o passar do tempo, o termo "regatão" passou a referir-se à própria atividade de comércio que esses indivíduos desenvolviam.

Não se pode, pois, dentro do panorama histórico brasileiro, desvincular o processo do regatão do personagem — indivíduo que, com canoas transformadas em lojas, penetrou os rios em todos os sentidos, entrando nos igarapês e lagos, vencendo as correntes dos rios, indo internar-se nas florestas virgens. Esse "mascate fluvial", produto original da Amazônia, foi um homem decidido, com grande força para vencer e enriquecer.

Repetindo José Veríssimo

"... o regatão é o que o mascate é para o sul do Império, o bufarinheiro para a Europa, apenas com a diferença da proporção dos respectivos negócios. Como eles, é um negociante ambulante" (36).

A figura do regatão despertou controvérsias. Elogiado e defendido por alguns, recebeu, entretanto, acusações como a de atravessador de gêneros e aventureiro perspicaz, que cedo percebeu os lucros e vantagens

que poderia auferir ao regatear pela Amazônia. Foi tido por historiadores como um ousado desbravador do espaço amazônico, que, voltado exclusivamente para o interesse de seu negócio, não se apercebia de que ampliava, inconsistentemente, a fronteira econômica e geográfica do Brasil. De certa maneira, eles repetiram, no Norte do Brasil, o feito dos bandeirantes paulistas (37).

Essa atividade foi perseguida por grandes proprietários e os regatões tiveram de enfrentar leis tributárias estaduais e municipais bastante rígidas. Entretanto, a sua importância para o comércio da região era tanta, que houve um momento em que essa atividade passou a ser permitida e oficializada por leis imperiais (38).

O regatão, produto das condições precárias em que se vivia antes da abertura dos rios ao comércio internacional, foi um elemento indispensável à população ribeirinha. Era impossível ao produtor vir à cidade com suas canoas, trazer a sua borracha ou os demais gêneros e comprar os artigos de que necessitasse. Era impossível se aceitar que cada índio ou família que vivesse dentro dos igarapés tivesse de interromper o seu trabalho para atravessar enormes distâncias, gastando com isso muitos dias. Ele foi o intermediário que economizava tempo e despesa de produção, fazendo o transporte em proveito de todos (39).

Esse elemento típico desempenhou um papel importante não só em termos econômicos, como também foi o elo entre a civilização da cidade e do interior da Amazônia, atuando ali como o elemento de desenvolvimento social. Para o interior, ao lado dos produtos de primeira necessidade como medicamentos, alimentos, combustível, o regatão levava violas e outros instrumentos musicais, gramofones, cordas musi-

cais. Com ele iam, também, notícias da Corte, cartas, recados e jornais (40).

Em troca dessas mercadorias, os indígenas supriam os regatões dos produtos naturais, as chamadas "drogas do sertão", como também castanha, mandioca, peles, borracha, pirarucu seco, juta, balata, sorva, manteiga de tartaruga, mantas de peixe-boi, fibras diversas, óleos, redes, esteiras, louças de barro e couros de animais silvestres.

Os barcos dos regatões eram identificados por nomes como Monte Líbano, Constantinopla, Sinai, o que evidência a procedência levantina dos proprietários. Nomes como "Acreana", "Juruá", "Deusa dos Rios", "Sempre Viva", "Concórdia", "Brasileira", "Vencedora", "Ideal", indicavam propriedade de brasileiros — nordestinos e nortistas — ou portugueses.

Para acompanhar a evolução das atividades ligadas à extração da seringueira, os regatões tiveram de aprimorar seus meios. Suas canoas foram, então, substituídas por pequenas, médias e grandes embarcações. Alguns, entretanto, permaneceram fiéis à canoa, a fim de poderem penetrar nos mais estreitos igarapês. Os de médio porte, embora ainda a remo, eram barcos mais evoluídos, também conhecidos como "galeolas" ou "cobertas". Esses barcos chegavam aonde a navegação de maior porte não podia alcançar. Os primeiros proprietários deste tipo de embarcação foram os "hebraicos" (41). O grande regatão era aquele que já possuía armazéns nas bocas dos rios e que fazia o seu comércio por meio de lanchas motorizadas.

Através de depoimentos de representantes da comunidade judia-marroquina, muitos dos marroquinos possuíam casas de comércio na beira dos rios, vendendo os mais variados produtos, desde agulhas até espingardas. Em troca essas casas recebiam a borracha, peles, castanhas e outros produtos florestais, os quais eram vendidos em Belém e Manaus. Além das casas nos igarapês, possuíam canoas ou barcos peque

nos, onde juntamente com seus empregados embrenhavam-se pela
Amazônia adentro ⁽⁴²⁾.

Entre os anos de 1845 e 1858 houve 78 pedidos de licenciamento e em 1861 havia, no Amazonas, um trânsito de 96 canoas. Em 1870, quando se iniciou o ciclo da borracha, 54 proprietários estrangeiros engrossaram esses números ⁽⁴³⁾.

Não nos foi possível levantar o número de regatões "hebraicos" existentes, considerando-se que, pelas estatísticas, muitos dos imigrantes entraram como "de outras raças", e, na maioria das vezes, nem mesmo a palavra marroquina foi citada ⁽⁴⁴⁾. Além disso, tem-se que acrescentar que nem todos os regatões eram licenciados, pois os impostos cobrados eram muito altos.

Contudo, cabe aqui ser colocada a impressão sobre os regatões de Auguste Plane, historiador e viajante ⁽⁴⁵⁾.

... "arrivés à chaque station, à chaque port, ils ouvrent leurs malles sur le pont et font étalage de leurs camelotes à l'exemple des petits marchands de nos places publiques. D'autres ont un centre d'opérations sur la rivière, petit commerce dans un village, ou barracão de marchandise établi dans le voisinage des seringas et, comme les colpoteurs plus fortunés qui roulent un magasin dans nos campagnes, ils parcourent toute la région voisine, menant péniblement une barque magasin, et s'arrêtant, aux petites agglomérations de la rivière, pour échanger leurs cotonnades et bibelots de passementerie contre du caoutchouc. Ces petits commerçants, presque tous sont juifs marocains ou arméniens ⁽⁴⁶⁾ payent une patente variante de 400 à 500 mil reis suivant le municipe dont ils relèvent" ⁽⁴⁷⁾.

A importância do regatão para a história da Amazônia Brasileira, foi constatada pelo historiador Mário Ipiranga Monteiro na sua obra "O Regatão..." "diga-se o que se disser e apesar do amontoado de catilinárias assacadas, é o regatão com todo o seu pernicioso processo de ciganagem, um elemento útil ao ribeirão a quem explora e satisfaz os vícios. Torna-se mais útil e necessário quando se tornam mais difíceis as intercomunicações na bacia. Ele dá ao nativo

aquilo que as condições precárias da economia vigente nega . Transmite-lhe pela usura, certas possibilidades de bem estar e conforto, em lugares onde a sobrevivência só se torna possível por imperativos de ordem hereditária ou processo de transumância" (48) .

No entanto, apesar de toda a importância, deve-se assinalar a existência de algumas leis discriminatórias a estrangeiros, tanto do ponto de vista de aquisição de barcos como do exercício do regatão. Sabemos que os marroquinos não tiveram autorização para tirar as suas licenças de embarcações, devido a uma lei imperial de 1847 que impunha a condição de serem cidadãos brasileiros os proprietários e mestre das embarcações. Diz a lei textualmente... "a matrícula será feita na conformidade das leis e regulamentos de administração geral e do artigo 55 da Lei Provincial nº 137 da 27-4-1848, com tanto que se reconheça visivelmente que o dono e o mestre da embarcação são cidadãos brasileiros ou que provem por documentos autênticos ou por meio de justificação essa qualidade..." .

Em 1854, houve algumas pequenas concessões , mas a lei na sua essência permaneceu a mesma... "é permitido aos estrangeiros irem de passagem e até encarregados de comércio nas canoas e embarcações pelos rios, canais e igarapés do interior da Província, com tanto que não sejam donos ou mestres nem tenham a menor parte como armadores delas" (49) .

A presença constante de judeus regatões atuando como proprietários, revela a dicotomia tão conhecida na realidade brasileira desde os tempos coloniais, entre a legislação e sua aplicação prática.

3.2. As Casas Aviadoras

Ao se iniciar o ciclo gomífero não havia rede bancária, nem capital que pudesse suportar o ônus de um empreendimento como foi o da extração, transporte e comerciali-

zação da "Hévea Brasiliensis". Surgiram, então, as Cas
Aviadoras, que tomaram para si a tarefa de dar suporte fin
ceiro ao desenvolvimento desse processo econômico, denomina-
do processo de aviação, processo esse intrinsecamente ligado
à borracha e às significativas mudanças em relação à questão
da mão-de-obra. O termo aviar significa expedir, executar,
concluir, despachar.

Por ocasião do Ciclo da Borracha, a mão-de-
obra disponível era representada, predominantemente, por ín-
dios, caboclos-tapuios (índios afastados da vida selvagem) e
mamelucos. A mão-de-obra escrava, além de reduzida, era pra-
ticamente absorvida pelo trabalho das lavouras de cacau, da
cana, da mandioca, ou em serviços domésticos. Além disso,
começavam a surgir na região Norte no ano de 1866, várias so-
ciedades que trabalhavam em prol da emancipação do elemento
negro. Jornais diários, como o "Abolicionista Amazonense",
mantido pelas lojas maçônicas Libertadora, Vinte e Cinco de
Março e Amazonas (50), circulavam com artigos referentes ao
assunto. Datam também dessa época leis criando impostos
proibitivos à entrada de escravos (51). Embora tenha sido o
Ceará a primeira província a abolir a escravidão, em 25 de
março de 1884 (52), coube ao Amazonas a glória de ter sido o
berço do movimento abolicionista no norte do país. Nesse mes-
mo ano de 1884 o Amazonas contava com, aproximadamente, 1.000
negros, libertados em 10 de julho, quatro anos antes, portan-
to, da data oficial da abolição em todo o Brasil (53).

Quando da concretização da abolição no norte,
já se percebia na região a militância política de imigrantes
de origem marroquina, em prol da causa abolicionista. São
eles Isaac David Benchimol, delegado de polícia, Salomão Za-
gury, vereador, Abraham Benchimol e Elias José Salgado, que
assinaram a ata da solenidade comemorativa ao fato (54).

A Amazônia, entretanto, necessitava de mão-de-
obra para poder explorar a sua grande riqueza florestal. Des-
ta forma estrangeiros e nordestinos afluíram à região, quer
espontaneamente, quer atraídos por uma política de imigração

contratual, todos com vista a um enriquecimento rápido (55).

Começou a surgir, então, no Amazonas um novo tipo de sociedade. Essa sociedade, que fora até então formada, como vimos, de índios, caboclos e mamelucos, como força de trabalho, verá a introdução de contingentes de imigrantes estrangeiros e de nordestinos, sobretudo, cearenses, que fogem de regiões assoladas pelas secas. Essa nova mão-de-obra entrou na Amazônia e dirigiu-se, especificamente, ao trabalho da extração do látex.

Essa nova sociedade emergente dominou, com o correr dos tempos, todo o seu novo ambiente. Conheceu seu solo, a flora, a fauna, a época das chuvas, a época das cheias, a época das secas, os perigos dos insetos e as doenças endêmicas e foi personagem importante do Ciclo da Borracha no Brasil e do processo de Aviação.

Embora a motivação desses imigrantes fosse alcançar os tesouros das minas do México e do Peru, não foi o que encontraram na realidade, fato que os obrigou a buscar novas fontes de riqueza. A busca dos produtos naturais da floresta amazônica e sua comercialização tornou-se uma promessa atraente. Os seringais tornaram-se a sua grande meta, aparecendo, então, com toda a força a figura do seringueiro. A população regional de Belém e de Manaus em decorrência de uma propaganda ostensiva aumentou consideravelmente. Em Manaus, por exemplo, a população, que em 1879 era de aproximadamente 5.000 pessoas, passou, em 1890, a atingir cinquenta mil. A população de Belém, estimada no ano de 1848, em ... 15.000, atingiu, em 1890 a cifra de 100.000 habitantes.

Foi nesse contexto que se estabeleceu, dentro do processo de aviação, o envolvimento entre seringueiro, seringalista e casa de aviação ou aviadores.

A nova mão-de-obra ativa, ao chegar aos altos rios, passou a morar em palhoças denominadas "Barraca de Seringueiros" ou, em outros casos empregar-se junto a algum co-

merciante que, à beira desses rios, possuía o seu barracão com sua casa de comércio.

Esse barracão era constituído de tal maneira que facilitava o recebimento e a entrega de mercadorias, através de uma rudimentar ponte. O dono do barracão era, geralmente, um comerciante que havia se matriculado ou licenciado em Belém. Nesse barracão ele armazenava, não só a colheita de seus seringais, como também recebia os produtos de outros negociantes menores, fornecendo-lhes, em troca, utensílios de trabalho e gêneros de primeira necessidade.

O dono do barracão, também chamado Seringalista, fornecia os produtos florestais, entre os quais a borracha, o cacau e a castanha, recebidos dos seringueiros, a seu patrão, que eram as Casas Aviadoras ou os Aviadores, também conhecidos como Companhias de Exportação e Importação de Belém e Manaus. Em troca, o seringalista recebia todo o necessário à continuação do trabalho e à vida do seringueiro.

Desde o início estabeleceu-se entre o seringueiro e o seringalista uma relação de débito. O seringueiro devia a passagem do navio até o Pará, o dinheiro que gastara com o preparo da viagem, o barco que o levava de Belém aos postos onde iniciaria o seu trabalho, os utensílios para colher o látex, a espingarda e a munição para a sua proteção na selva, o alimento para a sua sobrevivência, a quinina para curar a malária, que certamente contrairia. Enfim, devia tudo.

Todo esse débito era marcado em um livro caixa e quando da entrega do látex ou dos demais produtos era-lhes creditado o valor de seu trabalho. Contudo, novos utensílios, novos alimentos, nova munição eram-lhes entregues e, novamente, debitado em sua conta (56).

A borracha, que ele, o seringueiro levava, era sempre cotada por um valor mais baixo que o valor dos produtos que lhe eram entregues, criando então uma dívida que

se tornava quase impossível de ser saldada ⁽⁵⁷⁾. O mesmo acontecia em relação a outros produtos, como por exemplo, o cacau e a castanha, segundo e terceiro principais produtos, respectivamente ⁽⁵⁸⁾.

Além disso, o seringueiro era obrigado a fazer as suas compras no barracão de seu afluente, ou seja, no barracão ao qual ele estava ligado. Se, por acaso, desconfiassem de que o mesmo havia feito alguma compra em qualquer outro barracão ou vendido o seu produto a qualquer outra pessoa, seu débito era acrescido de uma multa. Esse seringueiro não podia jamais deixar o seu emprego e o vínculo com o seringalista não podia ser desfeito, sem que antes liquidasse o seu débito, o que dificilmente acontecia.

A única alternativa que lhe restava era a fuga e, quando essa se dava, era por sorte, considerando que os comerciantes mantinham uma vigilância constante nas embocaduras dos afluentes ⁽⁵⁹⁾.

Fica claro que a característica desse tipo de atividade no século XIX na Amazônia foi o débito em cadeia, em que cada um dos elementos ficava a dever ao outro: o seringueiro ao seringalista, o seringalista às Casas Aviadoras. Estas últimas, as Casas de Exportação e Importação, como também eram conhecidas, deviam a importantes firmas de Londres, Nova York, Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos, de quem muitas vezes eram agentes ou representantes no Brasil.

O ciclo do látex foi responsável não só pelo surgimento, na Amazônia, de um sistema peculiar de economia, baseado no crédito, como também fez surgir um vago sistema de arrendamento de terras.

A problemática da terra é bastante antiga na Amazônia. O direito a ela foi concedido em épocas diferentes, e, muitas vezes, gratuitamente, pelos governos provinciais, conforme trataremos mais adiante. Entretanto, queremos adiantar que foi o controle da terra e não o documento legal de

posse que determinou a propriedade da mesma, sendo esse fato uma das causas da corrida para o "hinterland" amazônico.

O comerciante ou o seringalista que instalava o seu barracão ou posto comercial na embocadura de um pequeno rio ou afluente, considerava como sua propriedade as margens desse rio e os seringais vizinhos. Muitas vezes também se notou que, estando o proprietário ausente, havia um comerciante que o arrendava.

Assim, durante o ciclo da borracha, extensas áreas foram muitas vezes controladas por um único indivíduo, outras vezes pelas Companhias de Exportação ou Casas Aviadoras. Esses proprietários, embora sem o documento legal de posse, exerciam controle absoluto sobre as terras ocupadas pelos seringais.

As Casas Aviadoras foram a estrutura que permitiu a dinamização da empresa gomífera e representou, sem dúvida alguma, o sistema de crédito da região. Essas Casas foram para a época a sua salvação, pois, funcionando como bancos ou como fornecedores de crédito, financiaram expedições de reconhecimento florestal, criaram frotas que alcançaram os altos rios, e foram responsáveis pela exploração dos seringais e, conseqüentemente, pelo seu abastecimento.

Se por um lado essas Casas assumiram os riscos do trabalho junto aos seringais, por outro lado tornaram-se os representantes legais do capital estrangeiro.

No princípio, não foram numerosas. Aquelas que se estabeleceram no Pará possuíam suas sucursais em Manaus, seja com os mesmos nomes, seja com nomes diferentes. Entre as principais, podemos citar as Casa Germano britânica dos Senhores Schrader, Gruner & Cia. de Londres, com sede em Liverpool e Nova York, a de Adalbert H. Alden, americana, a Casa Frank da Costa & Cia., que em Manaus chamou-se Witt & Cia. e que depois denominou-se Scholz, Hartje & Cia da Alemanha⁽⁶⁰⁾. Os marroquinos também estiveram presentes neste aspecto econômico da época⁽⁶¹⁾.

Todos os depoimentos colhidos nos indicaram que os judeus participaram de todo esse complexo de atividades em seus três níveis. Alguns poucos foram seringueiros, muitos foram proprietários de barracões e, como proprietários de Casas de Aviação há nomes como o de J. Marques & Cia., Israel & Cia., J. M. Marques, J. Soares e a Casa Bancária de Benchimol & Irmãos (62).

Quase no final do século passado, surgiu a firma A. Fiorita & Cia., que, além de agir como Casa de Importação e Exportação, serviu também como agência de navegação, tendo uma ligação direta com a firma Companhia de Navegação "Ligure Brasileira", cujos navios transitavam de Belém ao Marrocos. Sobre esse aspecto trataremos mais adiante.

As Casas Aviadoras no início do século XX proliferaram (63) e, entre elas, estava a do judeu marroquino B. Levy & Cia., também conhecido como "O Rei de Manaus", pela sua participação no comércio e na área de navegação no norte.

A família de B. Levy ligava-se, por laços matrimoniais, à família Baruel ou Baruquiel, ambas exemplos da participação marroquina na vida social, política, cultural e econômica do país.

Segundo depoimento de seus familiares, o primeiro Baruel (64), Abraham Baruel esteve entre os primeiros marroquinos a aportar na Amazônia. Lá chegou ao redor de 1830, estabelecendo-se na região de Tefé, adquirindo grandes seringais e dedicando-se ao comércio e exportação das riquezas locais. Casou-se com Helena, filha de Abrão Sarraf, também de ascendência marroquina, e teve 10 filhos. Estando intimamente ligado com representantes do governo imperial, desempenhou papel de relevância do ponto de vista humano e social durante a Guerra do Paraguai. De Tabatinga até Belém, participou durante o conflito fornecendo capital, provisões alimentícias e transporte. A sua atuação humanística fez-se presente

igualmente na ocasião em que a região de Tefé foi assolada por um surto de malária, quando então organizou um comitê com a finalidade de socorrer as vítimas dessa epidemia.

Por esses e outros trabalhos beneficentes, recebeu, em 1875, das mãos da Princesa Isabel, Regente do Império, a medalha de Cavaleiro da Ordem das Rosas, a mais importante honra conferida a um cidadão por serviços prestados à pátria. Faleceu em Manaus em 1907.

Ainda, seu filho Elias Baruel, nascido em Tefé em 1896, após a morte de seu pai foi levado para Portugal por seus tios ligados à família Sarraf-Acris. Lá fez todos os seus estudos, graduando-se em medicina. Casou-se com Dona Alegria Levy, filha de B. Levy, proprietário da Casa de Aviação B. Levy & Cia., e teve duas filhas: Clara e Lena. A primeira reside hoje no Rio de Janeiro e a segunda em Nova York.

Tratando-se este trabalho da atuação dos marroquinos brasileiros, merece destaque especial o papel desempenhado pelo Dr. Elias Baruel na comunidade judaica de Lisboa, sobretudo durante a II Grande Guerra.

Judeu convicto e obediente às tradições, sem ser religioso, teve um papel decisivo na formação e preservação dos primeiros núcleos judaicos de Lisboa. Vivendo dentro dos valores do judaísmo, exerceu durante 40 anos, e gratuitamente, profissão de único "mohel" que na tradição judaica, é o responsável pela circuncisão. Tornou-se um dos mais famosos líderes da comunidade judia portuguesa.

O que transformou o Dr. Elias Baruel num homem reconhecido e respeitado na sociedade lisboense, foi sua extraordinária personalidade, que irradiava simpatia e calor humano (65). Judeus e não judeus, diplomatas, cientistas e pensadores o louvaram pelo seu empenho em salvar criaturas humanas, fugitivas do terror hitlerista. Dedicou longos anos de sua vida, apoiado por políticos portugueses, a

salvar e abrigar refugiados de guerra, possibilitando assim a salvação de milhares de vidas.

Juntamente com o então chefe da comunidade judaica de Lisboa, também presidente da Academia de Ciências e ex-Reitor da Universidade, Dr. Moyses Amzalak, igualmente de origem marroquina, e com o Dr. Santos Sequerra, organizou um plano para abrigar os judeus refugiados em sua pequena aldeia denominada Caldas da Raíña, situada fora de Lisboa. Durante anos, numerosas famílias salvas por suas mãos e residentes em Israel ou outras regiões do mundo, mantiveram contato por correspondência, sempre expressando profundamente a sua gratidão por ter-lhes salvo a vida.

Sua morte, aos 77 anos de idade, abalou profundamente a comunidade portuguesa e as 500 pessoas que a constituíam compareceram ao seu funeral.

Foi um ativo batalhador em prol da Independência de Israel, tornando-se um elo entre o Sionismo Internacional e o português.

Até os últimos anos de sua vida, teve seus interesses sempre voltados para o combate à discriminação das minorias.

Além das famílias Levy-Baruel, muitas outras de ascendência marroquina tiveram igual desempenho na sociedade nortista. Podemos mencionar Paulo Levy, Isaac Perez (66), Isaac J. Roffé, Moyses E. Serfaty, Menasses Ben-simon e outros (67) que, mesmo depois da decadência da borraça, quando as firmas estrangeiras deixaram de funcionar na Amazônia, lá permaneceram, lutando e incentivando a produção, a colheita e a comercialização dos produtos naturais no país e no exterior.

salvar e abrigar refugiados de guerra, possibilitando assim a salvação de milhares de vidas.

Juntamente com o então chefe da comunidade judaica de Lisboa, também presidente da Academia de Ciências e ex-Reitor da Universidade, Dr. Moyses Amzalak, igualmente de origem marroquina, e com o Dr. Santos Sequerra, organizou um plano para abrigar os judeus refugiados em sua pequena aldeia denominada Caldas da Raíña, situada fora de Lisboa. Durante anos, numerosas famílias salvas por suas mãos e residentes em Israel ou outras regiões do mundo, mantiveram contato por correspondência, sempre expressando profundamente a sua gratidão por ter-lhes salvo a vida.

Sua morte, aos 77 anos de idade, abalou profundamente a comunidade portuguesa e as 500 pessoas que a constituíam compareceram ao seu funeral.

Foi um ativo batalhador em prol da Independência de Israel, tornando-se um elo entre o Sionismo Internacional e o português.

Até os últimos anos de sua vida, teve seus interesses sempre voltados para o combate à discriminação das minorias.

Além das famílias Levy-Baruel, muitas outras de ascendência marroquina tiveram igual desempenho na sociedade nortista. Podemos mencionar Paulo Levy, Isaac Perez (66), Isaac J. Roffê, Moyses E. Serfaty, Menasses Ben-simon e outros (67) que, mesmo depois da decadência da borraça, quando as firmas estrangeiras deixaram de funcionar na Amazônia, lá permaneceram, lutando e incentivando a produção, a colheita e a comercialização dos produtos naturais no país e no exterior.

NOTAS

- (1) - REIS, Arthur César Ferreira - "A ocupação portuguesa do vale Amazônico". In HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) - História Geral da Civilização Brasileira.S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, tomo I.
- (2) - SILVA, Luiz Osiris - A luta pela Amazônia. São Paulo, Ed. Fulgor, 1962, pp. 21-22. A divisão geográfica brasileira baseada na organização política estadual, identifica a Amazônia como a região Norte, constituída pelos Estados do Amazonas, Pará, Acre, incorporado no século XX, e, ainda, pelos territórios federais do Rio Branco, Amapá e Rondônia. Pelo artigo 2º da Lei 1806 de 6 de janeiro de 1953, a Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará, Amazonas, territórios federais do Acre, Amapá, Rondônia, Rio Branco, parte do Mato Grosso (norte do paralelo 16), Goiás (norte do paralelo 13) e Maranhão (oeste do meridiano 44) e se denomina Amazônia Legal.
- (3) - SALATI, Eneas e colab. - Amazônia, desenvolvimento, integração, ecologia. São Paulo, Editora Brasilense, 1983, pp. 176-215.
- (4) - DIAS, Manuel Nunes - Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão - 1755-1778. São Paulo, Coleção Revista de História, 1971.
- (5) - Esses mazagonistas vieram pelo navio São Francisco Xavier e pela galera São Joaquim. Anais da Biblioteca e Archivo Público do Pará, tomo IX, 1916.
- (6) - PRADO, J. F. de Almeida - Primeiros povoadores do Brasil, 1500-1530. São Paulo, Editora Nacional, 1976, p. 26.
- (7) - CRUZ, Ernesto - Colonização do Pará. Belém, Instituto Nacional da Pesquisa da Amazônia, 1958, p. 66.

- (8) - Depoimento colhido de Jacob Zagury, São Paulo, 1984 e Piedade Cohen Athias, Rio de Janeiro, 1986.
- BRAGA, Theodoro - No centenário de seu nascimento. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1972.
- (9) - SOARES, José Carlos de Macedo - A borracha. Paris, Librairie de Jurisprudence L. Chauny et L. Quinsac, 1927, pp. 33-35. Este autor explica a evolução da borracha, esclarecendo que, em 1770, Priestley vulgariza na Inglaterra o uso da goma para apagar traços deixados por lápis. Em 1780, Berniaud colore a borracha, misturando-a com corantes minerais. Em 1791, Grossart aconselha o emprego da borracha na fabricação de objetos cirúrgicos. Benson & Wampion começam, antes de Mackintosh, a descobrir a impermeabilização que poderia ser feita sobre tecidos. Em 1820, Hancock começa a estudar o meio de tornar a goma elástica mais resistente. Em 1839, há a vulcanização por Goodyear. Em 1850, Reithofer fabrica em Viena as primeiras botinas de borracha. Em 1868, empregam-se, pela primeira vez, as cintas de borracha nas rodas dos velocípedes. Em 1888 Dunlop consegue construir os pneumáticos para automóveis.
- (10) - REIS, Arthur César Ferreira - O seringal e o seringueiro. Documentário da vida rural nº 5. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1953, pp. 66-71.
- (11) - SOARES, José Carlos de Macedo - A borracha. Op.cit., pp. 41-58. Este autor explica detalhadamente as diferenças entre a borracha silvestre, a borracha brasileira e a borracha plantada.
- (12) - ROSENZWEIG, Alfredo - Judios en la Amazonia Peruana, 1870-1949. Lima, Jewish Telegraphic Agency, 1981.
- (13) - BOHN, Gunter - Judios en el Peru durante el siglo XIX. Santiago, Universidad de Chile, 1985, pp. 98-103.
- (14) - REIS, Arthur César Ferreira - O seringal... Op. cit., p. 63. O autor mostra, estatisticamente, a exportação pelos rios Amazonas, Juruá, Purus, Madeira, Rio Negro,

entre os anos de 1858-1902. À p. 65 existe um quadro sobre a produção da borracha entre os anos de 1891-1911.

- (15) - MOREL, Edmar - Amazônia saqueada. São Paulo, Ed. Global, 1984, pp. 37-40.
- (16) - Entrevista dada pela Sra. Nair Abensur em São Paulo, em 25 de fevereiro de 1984.
- (17) - REIS, Arthur César Ferreira - O seringal... Op. cit., p. 65.
- (18) - LOUREIRO, Antônio José Souto - A grande crise, 1908 - 1916. Manaus, 1986, pp. 22-23. O mesmo apresenta tabelas demonstrando a produção e o consumo mundial da borracha nos anos de 1898 a 1934. Vide especialmente pp. 61, 64, 65, 66, 90, 100, 103, 115, 119.
- (19) - LOUREIRO, Antônio José Souto - Op. cit., pp. 139-141 e 148-156. Uma série de tabelas sobre a produção de borracha da Amazônia, com destino aos portos de Manaus e Belém, são apresentadas.
- (20) - Com a Carta Régia de 1772 criou-se o Estado do Grão Pará e Rio Negro, pondo fim ao então denominado Estado do Pará e Maranhão.
- (21) - CRUZ, Ernesto - Colonização... Op. cit.
- (22) - CRUZ, Ernesto - Belém, Aspectos geo-sociais do Município. São Paulo, Liv. José Olímpio, 1945.
- (23) - REIS, A. César Ferreira - "O Grão Pará e o Maranhão" In HOLLANDA, Sérgio Buarque de - História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, tomo II.
- (24) - Protesto dos negociantes britânicos estabelecidos em Belém. Coleção de Manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Códice 982. In CRUZ, Ernesto - História de Belém. Belém, Universidade Federal do Pará, 1973, pp. 324-326.

- (25) - CRUZ, Ernesto - Belém... Op. cit., pp. 205-206.
- (26) - MOREIRA, Eidorfe - A presença hebraica no Pará. Belém, 1972.
- (27) - Fala do Presidente Manoel Frias de Vasconcelos. In CRUZ, Ernesto - Belém... Op. cit., pp. 209-213.
- (28) - Impressões do Dr. Pedro Vicente de Azevedo. In CRUZ, Ernesto - Belém... Op. cit., pp. 213-214.
- (29) - CRUZ, Ernesto - Belém... Op. cit., pp. 215-216.
- (30) - Idem, p. 97.
- (31) - Idem, ibidem, pp. 215-220.
- (32) - BITTENCOURT, Agnello - Corografia do Estado do Amazonas. Manaus, ACA Fundo Editorial, 1985.
- (33) - TOCANTINS, Leandro - O rio comanda a vida - Uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1983, pp. 188-195.
- (34) - BONNEFOUS, Jean - En Amazonie - Paris, 1898. In TOCANTINS, Leandro - Amazônia, natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1960, pp. 123-124.
- (35) - DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA CALDAS AULETE.
- (36) - VERÍSSIMO, José - "As populações indígenas e mestiças da Amazônia". In GOULART, José Alípio - O Regatão .. São Paulo, Editora Conquista, 1968, p. 24.
- (37) - GOULART, José Alípio - Op. cit., p. 33.
- (38) - Pelo romance de Alvaro MAIA - Gente dos seringais. Rio de Janeiro, Ed. Borsol, 1956, pode-se perceber a luta e os estágios dos regatões e entre eles os dos judeus marroquinos na Amazônia, durante o Ciclo da Borracha.

- (39) - BASTOS, A. C. Tavares - O Vale do Amazonas. São Paulo, 1937, p. 35.
- (40) - MONTEIRO, Mario Ipiranga - O Regatão. Notícias históricas. Manaus, Edições Planície, 1958, p. 32. O autor fornece uma lista detalhada de todas as mercadorias que os regatões comercializavam.
- (41) - MORAES, Raimundo - O meu dicionário das coisas da Amazônia, e VERÍSSIMO, José - As populações... Op.cit. In GOULART, José Alípio - Op. cit., p. 73.
- (42) - Depoimento colhido em 1983 em Belém do Pará de Alberto Jacob Serruya, Alegria Nahon Zagury e Estrela Aníjar.
- (43) - MONTEIRO, Mário Ipiranga - Op. cit., pp. 43 a 68.
- (44) - MONTEIRO, Mário Ipiranga - Op. cit., pp. 37-38. Apesar de fornecer uma relação de regatões por ano, não traz a origem dos mesmos.
- (45) - PLANE, Auguste - Atravers l'Amérique Equatoriale - L'Amazonie. Paris, Librairie Plon, 1903, pp. 90-91.
- (46) - Grifo nosso.
- (47) - MOURA, Levy Hal - Esquema da origem e da evolução da Sociedade Paraense. Belém, 1957. Também nos dá essa informação no decorrer de sua obra.
- (48) - MONTEIRO, Mario Ipiranga - Op. cit., p. 25.
- (49) - Lei Provincial nº 264 de 14-10-1854.
- (50) - Diário Oficial nº 8325 Manaus de 7-9-1922 dá o histórico sobre a abolição da escravidão na Amazônia.
- X (51) - BITTENCOURT, G. R. Antonio - Memórias do Município de Parintins. Manaus, Liv. Palais Royal, 1924, p. 78.

- (52) - REIS, Arthur César Ferreira - Sûmula da história do Amazonas. Manaus, Ed. Governo do Estado do Amazonas, p. 62.
- (53) - NERY, Barão de Sant'Anna - O país das Amazonas. São Paulo, Ed. da USP, 1979, p. 140.
- (54) - BITTENCOURT, G.R.Antonio - Op. cit., pp. 77-81.
- (55) - REIS, Arthur César Ferreira - A Amazônia e a cobiça internacional. Rio de Janeiro, Edinova, 1965.
- (56) - ITUASSU, Oyana Cesar - A escravidão no Amazonas. Manaus, Ed. M tro Cúbico, 1981.
- (57) - SANTOS, Roberto - História econômica da Amazônia, 1800-1920. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979, p. 160.
- (58) - VERÍSSIMO, José - Estudos Amazônicos. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, pp. 178-190.
- (59) - CASTRO, Ferreira - A selva. Lisboa, Ed. Guimarães, 1975.
- (60) - SANTOS, Roberto - Op. cit., p. 129.
- (61) - CALAMAI, O. - Di retorno dal Pará. Genova, L. A. Cam podonico, 1899, pp. 122-125.
- (62) - Depoimento colhido em 13 de julho de 1983, em Belém do Pará com os Srs. Alberto Jacob Serruya, Jacob Lancry e Leão Israel.
- (63) - REIS, Arthur César Ferreira - Seringal... Op.cit., pp. 84-93. D  os seguintes nomes: B. Antunes & Cia.; Monte negro & Cia.; J. G. Araujo Melo & Cia.; Freitas e Ferreira & Cia.; J. C. Arana & Hermanos; Tavares Gomes & Cia.; Gomes & Pereira; A. C. Araujo M. Lobo, M. Vicente Carioca, Fernandes & Cia.; Gaspar Almeida & Cia.; A. Leite & Cia.; Luiz de Mendonça & Cia.; João Martins & Cia.; Neves Castro & Cia.; João Alves de Freitas Ribas & Cia.; J. C. de Arguilla.

- (64) - Depoimento feito em 16-5-1986 no Rio de Janeiro pelas Sras. Alegria Levy Baruel, Josephine Baruquiel, Léa Baruquiel e Clara Zagury.
- (65) - Depoimento colhido em São Paulo em 15-6-1989, com Dra. Anita Novinsky.
- (66) - Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas, 18-6-1971. Manaus, Ed. Umberto Calderaro, 1971.
- (67) - CRUZ, Ernesto - História da Associação Comercial do Pará, 1864-1964. Pará, 1964.

Capítulo II - OS MARROQUINOS NA AMAZÔNIA

O povoamento do Brasil está ligado aos movimentos de imigração e migração interna ocorridos ao longo da nossa História.

Depois da descoberta do Brasil, várias correntes imigratórias chegaram ao nosso litoral: brancos, negros, asiáticos. O fator político, evidentemente, entre outros fatores, contribuiu para essa imigração, considerando-se a preocupação da Metrópole em preservar as fronteiras brasileiras.

Esses movimentos, por sua vez, estão ligados à ocorrência dos diversos ciclos econômicos: a saber:

1. O Ciclo do Pau Brasil ou da indústria extrativa no século XVI.
2. O Ciclo da Cana-de-açúcar, com o seu período áureo no século XVII quando as imigrações convergiam para os engenhos.
3. O Ciclo da Mineração no século XVIII, que atraiu imigrantes para os sertões.
4. A Época do Café, no século XIX, juntamente com a pecuária, que atraiu um grande contingente para os sertões.

Um fator comum esteve presente em todos esses ciclos: a necessidade de imigrantes para sanar a carência da mão-de-obra, que foi crônica desde a época da nossa descoberta, e que se acentuou devido à abolição da escravidão (1).

Com a vinda de D. João VI, em 1808, uma série de medidas governamentais favoreceram a colonização e a imigração para todo o Brasil (2). Uma dessas medidas foi a Abertura dos Portos.

Quando D. João chegou ao Brasil, José da Silva Lisboa, posteriormente Visconde de Cairu, insistiu com o mesmo para que os portos do Brasil fossem abertos ao comércio internacional, medida que aboliria as restrições impostas ao comércio no período colonial ⁽³⁾. D. João atendeu ao pedido e não só abriu os portos brasileiros às nações amigas, como, pelo Decreto de 1-4-1808, concedeu aos estrangeiros, de qualquer país, permissão de se estabelecerem no Brasil com fábricas de manufaturas de qualquer tipo ⁽⁴⁾.

Ainda em 1808 foi emitido outro decreto, concedendo a qualquer estrangeiro que se estabelecesse no Brasil, independentemente de religião, dotes de terra por Sesmaria, nos mesmos moldes em que foram concedidos aos portugueses e brasileiros.

A fase iniciada por D. João VI se prolongou até as primeiras décadas do século XX, com pequenas flutuações. Durante todo esse período houve somente um ato restritivo à imigração, que foi o de nº 528, de 28-6-1890, que dizia: ... "ser proibida a entrada nos portos da República de indígenas da Ásia e da África e que estes somente poderiam ser admitidos com a autoridade do Congresso Nacional" ⁽⁵⁾.

O Decreto de 1808 repercutiu no estrangeiro e a Inglaterra, por exemplo, através de um jornal londrino publicou uma notícia onde o ministro português convidava os comerciantes a se reunirem para uma conferência, a fim de se decidirem a negociar com o Brasil. Por esta ocasião, comerciantes ingleses, em número de 113, atenderam a esse chamado e elegeu-se um Comitê permanente da Associação dos Comerciantes Ingleses em comércio com o Brasil. Esse Comitê mantinha contato com os comerciantes do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, justamente os portos responsáveis pelo comércio externo. Esse grupo tornar-se-ia elemento importante nas relações comerciais anglo-brasileiras ⁽⁶⁾.

Pelo tratado de Comércio e Navegação de 19-2-1810, a Inglaterra obtém de D. João, pelo artigo nº 12, "to-

lerância religiosa e o direito de culto em suas casas ou nas Igrejas e capelas que fossem construídas, desde que as mesmas se assemelhassem a domicílios particulares, e não se tocassem sinos para anunciar o culto público". Ainda por esse decreto, ninguém seria perseguido por causa de sua crença, a não ser que discursasse contra a religião católica, religião oficial do país, ou fizesse proselitismo. Se por acaso houvesse infração, os infratores seriam tratados pela polícia civil e punidos com multas ou confinamentos em seus domicílios e não mais por tribunais religiosos, como fora na época colonial (7).

A liberdade comercial e religiosa obtida, portanto, através desse decreto pela Inglaterra, determinou o afluxo de profissionais de todas as crenças e de todas as espécies como artistas, capitalistas, negociantes, artesãos, todos em busca de fortuna.

Os judeus marroquinos estiveram entre esses imigrantes e a partir daí instalaram-se paulatinamente em quase toda a Amazônia brasileira. A data da imigração desses judeus não pode ser definida com exatidão. Contudo, um decreto datado de 1838 determinava que "para o estabelecimento de casas de negócio pertencentes a estrangeiros, cuja nação não tinha tratado com o Brasil, estes estrangeiros não poderiam ter casas ou lojas de negócio, nem mascatear sem qualquer licença prévia para o primeiro caso e para o segundo caso licença da Câmara Municipal. Esta licença somente poderia ser concedida se fosse abonada por fiança idônea da capacidade de quem a requeresse" (8).

Dois meses após a expedição desse decreto, surgiu uma lista de estrangeiros solicitando licença para poderem comerciar, licença prontamente concedida pelo Presidente da Província, o Marechal de Campo Francisco José Soares D'Andrea. Entre os que a solicitaram constavam os nomes dos seguintes marroquinos: "... Simão Benjô de nação marroquina, por ter no presente anno financeiro a sua loja aberta no largo do Pelourinho com seis portas entrando a do corredor

para vender nella fazendas seccas por grosso e miudo e fazendas molhadas por atacado, visto ter preenchedo o determinado no artigo 2 e parágrafo 1 do artigo 3 da mesma lei e foram seus fiadores João da Gama Lobo de Anvers, Francisco de Ponte e Souza, Domingos Pereira Ribeiro, Cordullo Candido de Gusmão Borrallyo e o Padre Salvador Royz da Costa".

"Fortunato Vendelak & Cia. para abrir uma loja com uma porta a rua do Pelourinho; Anna Fortunata com loja de fazendas com duas portas no largo do Pelourinho; Salomão Levy & Irmão com uma porta na mesma rua; Fortunato Car dozo com duas portas à rua Boa Vista; Duarte Aflalo, Judah Arrobas, Marcos Dias Cohen, Fortunato Bocaxis com armazém a rua dos mercadores, Fortunato Benchetrit & Cia., Leão Serfatty, Moyses Benzimram, Fortunato Assemonth, Isaac Benchetrit & Cia." (9).

As licenças concedidas a judeus marroquinos, mesmo tratando-se de um pequeno grupo, faz supor não só a já existência de um grupo maior, como sua possível ligação com pessoas de projeção na região. Por outro lado, a abertura de lojas com várias portas denota que esses "hebraicos", como eram conhecidos, gozavam, na ocasião, de uma posição econômica razoável, como também nos dá uma indicação do local onde se concentrava o comércio marroquino.

No entanto, somente a partir de 1850, com D. Pedro II é que realmente se deu o renascimento econômico do Brasil dessa época, e um grande aumento no afluxo de imigrantes. D. Pedro, entre outras ações, fundou a segunda casa do Banco do Brasil (10), inaugurou uma linha telegráfica no Rio de Janeiro, com extensão para vários pontos provinciais e abriu a primeira linha de estradas de ferro.

Aos produtos até então exportados como açúcar, algodão, cacau, couro, tabaco, café, juntou-se a borraça da Amazônia. Este último produto foi o responsável pelo aparecimento de novas problemáticas regionais, que teriam como consequência a abertura do Amazonas e o surgimento das Companhias de Navegação.

1. Abre-se o Amazonas

Abrir o Amazonas, franquear a sua navegação ao comércio a todas as nacionalidades, dar plena liberdade de religião eram necessidades imperiosas para o Brasil. Acreditava-se que, com a abertura do Amazonas, a imigração européia afluiria e traria consigo o trabalho e uma população que saberia labutar.

Antonio Domingos Rayol, Barão de Guajará, contemporâneo à abertura do Amazonas e à problemática imigratória, em apoio aos teóricos da abertura (11), afirmava: "a imigração já não é hoje o que era há 20 anos e anteriormente. Então o imigrante era geralmente um refugiado político, fugindo ele e os seus a perseguições jurídicas mais ou menos violentas. O que buscava era asilo e uma proteção segura. A pátria ficava-lhe no lugar onde nascera. Hoje a imigração é mais espontânea e refletida. O imigrante deixa geralmente o seu país para melhorar a sua sorte e associar-se aos destinos de um novo mundo. O que procura é uma nova pátria que lhe ofereça vantagens superiores às de que estava em gozo. Considerá-lo como um mercenário é geralmente fazer injustiça ao imigrante" (12).

Segundo ele, a abertura deveria ser ampla, incluindo toda a liberdade religiosa. Citava como exemplo a União Americana, onde o indivíduo não era obrigado a seguir, honrar ou sustentar um culto diferente do seu, e lembrava o posicionamento do historiador A. J. Macedo, segundo o qual "... Nenhum poder humano pode em caso algum interpor-se aos direitos de consciência. Ninguém pode ser privado em todo ou em parte de seus direitos civis e políticos de sentimentos religiosos ou de seu culto particular. O direito de liberdade religiosa é natural e inalienável" (13).

A luta pela abertura do Amazonas foi, portanto, a luta pela imigração e para que os imigrantes tivessem todas as regalias e direitos dos aqui nascidos. Essa lu

ta se estendeu a vários teóricos e políticos e, entre eles, está o deputado alagoano Tavares Bastos, que escrevia sob o pseudônimo de "O Solitário". Em suas cartas estava clara a sua consciência a respeito da estreita ligação entre esses dois fatos (14).

Através de sua correspondência mostrou os erros que se avolumavam e os perigos a que se expunha a nação se perseguisse na teimosia de ignorar a Amazônia. Dizia que a cada minuto podia se sentir a cobiça das nações poderosas e que a omissão do governo em relação àquela região acarretaria ao país sérios problemas, entre eles o desfalque de uma riqueza que apenas despontava e que poderia ser um elemento vital para a economia do país. Evidentemente referia-se à borracha. Sugere, pois, a abertura do Amazonas à navegação das bandeiras amigas, o que segundo ele, significaria a maturidade e o domínio do Brasil na Amazônia (15).

Ainda sobre a problemática, o historiador Manuel Diegues Jr., no prefácio da obra de Tavares Bastos, afirmava que "... o imigrante não nos tem dado apenas uma co laboração física com o preenchimento de nossos vazios geográficos, sua contribuição cultural é da mais alta relevância pela integração que se verificou. E neste sentido diz ele aliás, mais que em qualquer outro que devemos situar hoje a importância da imigração para o Brasil (16).

Ao lado disso, pressões internacionais contribuíram para a abertura do Amazonas à navegação estrangeira. Essa abertura foi autorizada em setembro de 1866, pelo Decreto 3.749 (17). O decreto de abertura estendia-se também aos rios Tocantins, Madeira, Negro, São Francisco e Tapajós. A partir de então vêm-se os rios penetrados por navios de todas as bandeiras. A abertura do Amazonas foi, sem dúvida, uma complementação da Carta Régia de 26-1-1808, quando D. João VI abriu os portos do Brasil ao comércio das nações amigas.

2. Um elo que se cria - As grandes Companhias de Navegação

A luta pelo desenvolvimento da Amazônia incluiu também a luta pela navegação fluvial, pois toda a história econômica da região estava condicionada aos meios de transporte (18). Quando se falava em dominar o "hinterland", um dos itens que predominava no programa era o estabelecimento de estaleiros para construção naval, e reparos de embarcações.

A Amazônia, como sabemos, durante o período colonial, permanecera fechada aos estrangeiros. Portugal defendeu-a dos países que concorriam com ela na aventura colonial (19) e, em particular, no aproveitamento dos cursos fluviais. Assim, quando se dá a Independência do Brasil, o acesso ao interior da Amazônia por estrangeiros que desejavam instalar-se nela, a fim de possuírem um melhor giro mercantil, foi logo percebido. Agentes consulares da França, Inglaterra, Estados Unidos logo se instalaram no norte, indício de que mais cedo ou mais tarde o extremo norte seria procurado, considerando que a navegação do Amazonas não poderia continuar da maneira como vinha sendo feita — à vela ou a remo.

Contudo, o transporte fluvial para poder se desenvolver tinha a necessidade do auxílio direto do governo imperial. O comércio por si só não suportava os encargos de tal empresa, pois era por demais dispendioso. Percebendo esse atraso na região, muitos batalharam em prol não só da abertura do Amazonas como também dos demais rios, conforme já exposto (20), o que criaria possibilidades para um desenvolvimento mais rápido e moderno (21).

Considerando então essa prioridade, em 1853, um primeiro financiamento foi concedido, através de um decreto imperial, a Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, que organizou a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (22). Essa Companhia foi criada com acionistas, es

tabelecendo-se que a primeira linha navegaria entre Belém e Manaus (23). Com o navio "Marajó", utilizado na primeira linha, Irineu Evangelista organizou, ainda em 1853, a sua segunda linha, que chegava até Nauta no Peru, com escala em Loreto.

Além do "Marajó", a Companhia possuía ainda o "Monarca", que fazia o Rio Negro, o "Cametã", que circulava pelo rio Tapajós, e o "Solimões", que navegava pelas águas do Tabatinga.

É interessante frisar que, em 1854, o vapor "Monarca", saindo da cidade da Barra do Rio Negro, capital da Província do Amazonas, em direção a Nauta, no Peru, levava a bordo o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da Província do Amazonas. Esse vapor aportou no posto de abastecimento de propriedade de um judeu marroquino de nome David Abdarham, a fim de refazer os seus suprimentos de lenha. Esse posto ficava na foz do lago Coari (24).

A terceira linha surgiu dois anos mais tarde, navegando o Tocantins (25), e a quarta linha, no mesmo período, percorria os povoados do Rio Negro.

Da mesma maneira que os navios brasileiros aportavam no Peru, o Brasil também recebia navios da flotilha peruana, intensificando-se assim a troca comercial entre os dois países (26).

Esse tipo de atividade tornou-se lucrativo e o fato não passou despercebido de outras empresas de navios a vapor e armadores isolados, que então se aventuraram nessa direção, impulsionados, evidentemente, pela valorização da "Hévea brasiliensis".

Por essa época, coexistia ainda o comércio feito pelos Regatões, em rios aonde as grandes embarcações não chegavam. O número de regatões aumentava cada vez mais, apesar de todo o imposto cobrado pelo fisco provincial. Es-

se comércio de regatões pelos rios Purus, Madeira e Negro se-
ria, em 1866, substituído pela Companhia Fluvial do Alto Ama-
zonas, que teve como organizador Alexandre Paulo de Brito
Amorim ⁽²⁷⁾.

As duas companhias de navegação existentes
até então, a Companhia Fluvial do Alto Amazonas e a Compa-
nhia de Navegação e Comércio do Amazonas acabaram por se
fundir ⁽²⁸⁾, dando origem à Amazon Steam Navigation Compa-
ny, com sede em Londres, que englobaria, em 1892, a Compa-
nhia Pará e Amazonas, fundada em 1883 ⁽²⁹⁾.

Quanto às linhas estrangeiras, a primeira a
se estabelecer no Amazonas foi a Booth Line. Essa Compa-
nhia foi inaugurada em 1866, fazendo o trajeto: norte do
Brasil, Madeira, Lisboa, Leixões, Vigo, Havre, Hamburgo, Lon-
dres e Liverpool, e mantendo um serviço regular de carga e
de passageiros ⁽³⁰⁾, serviço esse que se estendia, igual-
mente, aos Estados Unidos, com saída para Nova York e com
escala em Barbados. Mantinha, ao mesmo tempo, uma linha
regular entre Manaus e Iquitos ⁽³¹⁾.

A segunda linha estrangeira foi a Red Cross
Line, que iniciou o seu curso em 1877 ⁽³²⁾, funcionando
sob essa denominação até o início do século XX, quando então
foi adquirida pela Booth Line ⁽³³⁾. Depois dessa fusão pas-
sou a denominar-se The Booth Steam Ship Company Limited,
obtendo a credencial do Royal Mail ou Mala Real Inglesa ⁽³⁴⁾.

O interesse estrangeiro pelas possibilidades
oferecidas pelo comércio fluvial do Amazonas atraiu ainda a
Ligure Brasileira. Essa Companhia, de procedência italiana,
assinou, em 1897, um contrato de dez anos, contrato esse
que seria rescindido três anos antes de expirar o seu prazo.
Durante a sua permanência no Brasil, ligou Manaus, Belém, San-
tarém e Óbidos a Lisboa, Açores, Barcelona, Marselha, Gên-
ova e Tânger. Ligou-se, em Belém do Pará, com a firma A.
Fiorita & Cia., proprietária de uma Casa Aviadora de Importa-
ção e Exportação desde o final do século passado ⁽³⁵⁾.

... "L'esistenza della Casa Fiorita è così strettamente legata con quella della Ligure Brasileira che non è possibile parlare dell'una senza dire al tempo stesso dell'altra".

Essa firma sob a direção do Sr. Angelo Fiorita começou a ocupar-se também da introdução de imigrantes no Brasil. Por contrato datado de 1896, obrigou-se a introduzir, no Estado de São Paulo, num prazo de 12 meses, 55.000 imigrantes, sendo 45.000 de procedência européia (italianos, holandeses, suíços, alemães, noruegueses, ingleses, austríacos, portugueses e espanhóis) e 10.000 de procedência americana (Quebec e Porto Rico) (36). Acreditamos que muitos desses imigrantes dirigiram-se para Belém do Pará, devido à estreita ligação existente entre a Ligure Brasileira e a Casa Fiorita do Pará e ao fato de seus navios fazerem escala do norte do Brasil ao norte da África.

Segundo depoimento da Sra. Eldah Bitton Telles da Rocha, de Manaus, gerenciou, durante certo tempo, os escritórios da Ligure Brasileira em Marrocos, o Sr. Abraham Bitton, judeu procedente de York, Inglaterra, filho de Abraham e Simy Bitton. Em carta depoimento, Eldah nos informa que seu tio-avô mudou-se de Marrocos para Belém, a chamada de seu irmão Jacob Bitton (avô de Eldah), que já se encontrava no Brasil, morando em Fortaleza, onde havia se casado com Maria Eliza, filha de Thelesforo de Abreu, homem rico e de elevado nível social. Abraham Bitton ficou em Belém pouco tempo, seguindo para Manaus. Sabendo que a cidade ainda era iluminada a carbureto, mandou buscar na Inglaterra uma pequena usina elétrica, que montou perto do palácio do governador, fornecendo, assim, luz elétrica para o palácio e suas imediações. Por ocasião da inauguração da Manaus Tramways, que viria iluminar toda Manaus, vendeu sua pequena usina para o governo, seguindo em 1910 para os Estados Unidos. Nessa carta-depoimento Eldah afirma que sua família descende de judeus de York e de Marrocos e que muitos de seus parentes ligaram-se pelo matrimônio a elementos de outras religiões.

Seu pai Oscar Abreu Bitton casou-se com uma católica, Taciana Telles, indo residir em Portugal. Lá ela nasceu e foi batizada, de acordo com o rito judaico. Casou-se com um católico e durante toda a sua vida conviveu com ambas as religiões.

Incluam-se entre as firmas estrangeiras, que aportavam em Belém do Pará, as alemãs como a Hamburg Amerika Line e a Hamburg Sud Amerikanische Dampschiffhartz. Seus navios partiam uma vez por mês de Hamburgo, com escala em Antuérpia, Havre, Porto, Lisboa, Ilha da Madeira.

Por ocasião da Primeira Grande Guerra e da crise econômica da Amazônia, a então chamada navegação de longo curso viu-se prejudicada. Das firmas estrangeiras, somente a Booth Line resistiria. Após a Segunda Grande Guerra inaugurou-se uma linha para Nova York, através de navios da Moore MacCormack.

No quadro de navegação, ao lado desses navios estrangeiros, a navegação costeira era feita pela Lloyd Brasileira. Essa companhia realizou, no ano de 1907, o seu primeiro embarque de borracha brasileira para Nova York, num total de 93 toneladas. Até então esse transporte era feito somente por navios de companhias estrangeiras (37). Também em outros Estados, como o Maranhão, estabeleceu-se uma linha mensal, com barcos que saíam do Ceará, com escala no Piauí, Maranhão e Pará. Visualizava-se, igualmente, a presença de uma Companhia Paraense, que mantinha em sua frota três vapores (38), realizando uma viagem mensal com saída de Pernambuco e escala no Ceará, Paraíba, Maranhão e Pará.

Ao lado dessas empresas de maior porte, comerciando quer no país, quer no exterior, co-existiam micro empresas que, com suas embarcações engrossavam o volume de tráfego nos grandes rios (39), transportando tanto passageiros como carga. Muitas dessas empresas, nessa época, pertenceram a judeus marroquinos como Benzecry & Cia., com seu navio "Belém", E. Levy & Cia, com o "Tocantins", Isaac J. Roffé com "Cassio Reis" e "Isaac Roffé" (40).

Através do jornal "Kol Israel" - Voz de Israel, do qual trataremos oportunamente, tivemos condição de enriquecer o levantamento de empresários e navios mencionados acima com os nomes dos vapores "Walter" e "Mazaltov", de propriedade de S. M. Marques, o "Annita" de propriedade de Isaac Roffé, o "Tupã", de Marques e Benchimol, o "União" de Abraham Chocron. Ao lado desses está também o nome de B. Levy, grande armador e proprietário de navios, com a sua firma B. Levy & Cia.

A abertura do Amazonas e o desenvolvimento da navegação a vapor, foram, portanto, entre outros, os fatores responsáveis para que a Amazônia saísse de seu marasmo, fazendo com que seus produtos naturais fossem mais conhecidos e a sua exploração agilizada. A borracha, o principal produto, foi, sem dúvida, a mola propulsora do desenvolvimento do transporte fluvial. Foi ela, também, responsável pela importação, por parte dos comerciantes do "hinterland", das chamadas "gaiolas", pequenos vapores de navegação fluvial, que chegavam da Inglaterra, isso já no século XX. Os portos de Manaus e Belém foram concluídos ⁽⁴¹⁾, ligando-se diretamente com o resto do país e com a Europa.

Esses dois fatores estiveram estreitamente ligados a um terceiro aspecto de igual importância nessa época, na Amazônia — a imigração.

3. A nova política de imigração — Peculiaridade amazonense

Para efeito de uma melhor compreensão do movimento migratório para o Amazonas, pode-se dividi-lo em três períodos:

- de 1616 a 1823 - 1º período
- de 1823 a 1889 - 2º período
- de 1889 a 1920 - 3º período

O primeiro período começou com a fundação de Belém do Pará no ano de 1616 por Francisco Caldeira de Caste

lo Branco e os colonos provenientes dos Açores. Estes não conseguiram se dedicar aos trabalhos agrícolas devido às lutas que ali aconteciam e por ser o plantio dos produtos da terra como cacau, cravo, salsa, entre outros, insuficiente para sua subsistência. O ouro e as pedras preciosas é que constituíam o sonho de todos.

É nas aldeias fundadas pelas missões religiosas, de então, que vamos encontrar a origem dos atuais municípios amazônicos.

Segundo o historiador Ernesto Cruz "... a ociosidade dos homens ricos, a preguiça dos nativos e a indiferença dos colonos pelo progresso da terra foram causas da decadência dos principais produtos de exportação e da lavoura em geral" (42). Essa situação estendeu-se, praticamente, por todo o período colonial e somente começou a se modificar quando da vinda da família real.

Este primeiro período caracterizou-se pela coexistência do trabalho escravo. Embora nessa época fosse quase nulo o número de escravos no Grão Pará, considerando-se as outras regiões do Brasil, esse fator foi um grande empecilho à vinda sistemática de novos contingentes. A principal mão-de-obra desse período foi a indígena, o que criou polêmicas vitais sobre a sobrevivência e o desenvolvimento regional entre as missões jesuíticas, governadores e colonos (43).

No segundo período, uma certa conscientização já podia ser percebida. Desde a instalação da Assembléia Legislativa Provincial, em 1838 (44), discutiam-se os problemas da imigração e as medidas que se deveriam tomar em relação a isso.

Para essa conscientização também contribuíram muito as Falas dos Presidentes das Províncias da época onde se proclamava que "sem população não se formam nem se enriquecem e nem se sustentam os estados e se uma província há

no Brasil que mais necessite de braços e braços laboriosos é seguramente o Pará" (45).

Essas Falas foram em parte responsáveis pela vinda de imigrantes e, posteriormente, pela abertura de núcleos coloniais, que teriam como decorrência o desenvolvimento regional. Esses núcleos muitas vezes foram formados com apenas duas dezenas de pessoas (46).

Pode-se perceber que com a gradual extinção da escravidão, esses núcleos formados com imigrantes não só substituíram a mão-de-obra escrava, como se afirmaram, aos poucos, como a mão-de-obra necessária e imprescindível na Amazônia no Ciclo da Borracha (47).

A partir do momento em que a borracha se tornou um produto requisitado internacionalmente, mormente depois da descoberta do processo de vulcanização (48), ficou patente o problema, na Amazônia, da escassez de mão-de-obra para a colheita do látex, problema esse que preocupava não só o governo como os financistas particulares. A necessidade, portanto, da mão-de-obra de um lado e de povoamento do outro, fez com que o governo se decidisse por uma ação visando atrair imigrantes estrangeiros ou não, de forma mais sistemática do que se vinha fazendo até então.

Foi desse segundo período que a imigração programada estrangeira deu seus primeiros passos, isto em 1865, quando o promotor da colonização polaca chega ao Grão Pará para estudar as suas terras. Logo em seguida houve a imigração americana (1866) e a inglesa (1871) para Santarém, criando ambas um núcleo colonial (49).

No mesmo ano da imigração inglesa, o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, ministro do Império, consciente da importância vital da imigração, alertava para a necessidade de se incentivá-la a nível de Brasil, aproveitando-se das circunstâncias vividas pela Europa naquele momento.

Em seu discurso declarava que era necessário se promover a criação de associações de lavradores que introduzissem imigrantes, que teriam, através dessas associações, a ajuda do governo imperial. Esse arcaria com uma série de despesas, entre as quais a de transporte.

Em Belém, criou-se, então, em 1885, a Sociedade Paraense de Imigração, que imprimiu um Guia de Imigrantes com o duplo objetivo de servir a uma política imigratória, e orientar os estrangeiros recém chegados. Dez anos mais tarde seria criada a Hospedaria dos Imigrantes.

No entanto, no que se refere ao Amazonas, até a proclamação da República, todos os atos com referência à imigração foram atos isolados, sem programa algum estabelecido e sem constância ⁽⁵⁰⁾.

Apesar de todo o esforço para se trazer o imigrante desde o início desse segundo ciclo, o resultado não foi satisfatório ⁽⁵¹⁾, considerando-se a imagem negativa que o Brasil tinha no exterior com relação à escravidão, que ainda imperava no país, às condições de higiene e à febre amarela que, a partir de 1850, matou grandes contingentes no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará ⁽⁵²⁾.

Evidentemente, outros fatores fizeram com que os imigrantes procurassem outras regiões como Argentina e Estados Unidos. Apenas para elucidar, um navio, para ir de Hamburgo para Nova York gastava 35 dias, enquanto que para o Brasil levava praticamente o dobro desse tempo. Esse fato, no entanto, não afetava os imigrantes portugueses e espanhóis ou aqueles que viessem através desses dois países ⁽⁵³⁾.

O terceiro período caracterizou-se, por excelência, pela utilização do imigrante, principalmente no trabalho dos produtos florestais. Esse imigrante chega através de um dos três programas imigratórios: o induzido, o contratual e o espontâneo, que por muitas vezes asseguraram aos estrangeiros o direito de propriedade territorial.

A imigração realmente se avolumou quando se iniciou, no exterior, um serviço organizado de propaganda, mostrando as vantagens do país e oferecendo passagens e fundos necessários aos imigrantes. As facilidades iam desde o encaminhamento para o trabalho até sua orientação e manutenção, em um país em que os processos de agricultura e comércio não eram comparáveis com os dos países de onde provinham os imigrantes (54).

Em Portugal, por exemplo, foi criada uma Sociedade Central de Imigração, que tinha como fim dirigir os imigrantes a núcleos específicos da Amazônia, como foi o caso da região de Araripe (55). No Pará estudou-se uma maneira de atrair esse contingente e uma das formas adotadas foi a distribuição de um folheto, através de escritórios centrais situados na Espanha, denominados "Escritorio de Emigración de España y las Islas Baleares y Canarias al Estado del Para" (56). Este folheto teve por título "Información a los Españoles que desean emigrar al estado del Para".

Nele constava que para o Pará estavam afluyendo todas as riquezas do país e que, devido a isso, Belém possuía importantes edificações: hospitais, mercados, aquedutos, cemitérios, templos, teatros, gás, eletricidade. A todos os estrangeiros que quisessem dirigir-se ao Pará e que estivessem aptos a trabalhar havia a promessa de serem bem recebidos. No entanto, ficava clara a preferência por aqueles que viessem com suas famílias. A passagem ia desde Vigo, na Barcelona e outros portos da Espanha, até Belém, em ótimos navios ingleses ou italianos, com alojamentos espaçosos e com acomodações separadas por sexo, ou individuais.

A comida, segundo o folheto, era abundante e eram oferecidos pão e carne fresca durante toda a viagem. Havia médicos e enfermeiras e toda a assistência a bordo era gratuita.

Uma vez em Belém, os imigrantes teriam hospedagem, alimentos e assistência médica na Hospedaria do Outei

ro, até que fossem encaminhados a seus locais de trabalho. Tudo era gratuito, como o era a sua passagem de Belém às cidades ou vilas em que iriam trabalhar. Seria, outrossim, concedido a um preço mínimo, um lote colonial de 250 metros de frente por 1.000 de fundo e fornecidas, sem ônus, as provisões e ferramentas necessárias ao primeiro tratamento dado à terra. Para aqueles que permanecessem durante dois anos num lote agrícola seria concedido, gratuitamente, um lote urbano em substituição ao primeiro. Durante esse tempo os imigrantes poderiam contar, também, com atendimento médico.

As informações contidas no folheto eram as mais diversas: divisão geográfica do Brasil, as raças que aqui viviam — branca, indígena e seus cruzamentos — o sistema monetário, idiomas falados, além do espanhol e do português, como o francês, o italiano, o alemão e o inglês. Frisava a liberdade religiosa existente, esclarecendo ser a católica a religião oficial do país.

Especificava os documentos necessários para a vinda do imigrante, como cédula pessoal, certificado de batismo para menores, certidão de casamento, certidão de viuvez e, principalmente, certidão de boa conduta, que poderia ser estendido a toda a família. Fazia uma menção segundo a qual os imigrantes menores de 25 anos deviam ter a permissão de seus pais, avós ou tutores para viajar, como também fornecia uma relação de profissões que poderiam ser encontradas, tais como: ama de leite, camareiro de hotel, cozinheira de família, cozinheiro de hotel, dama de companhia, lavadeira, confeitoiro, barbeiro, bordadeira, carpinteiro, encanador, fotógrafo, jardineiro, maquinista, marmorista, modista, relojoeiro, tipógrafo, sapateiro, com os respectivos salários.

O objetivo do folheto era atingir os imigrantes em geral. Assim, várias regiões do país mereciam destaque como o Estado de São Paulo, os portos de Santos, Rio de Janeiro e Espírito Santo, estes devido ao café, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais devido ao gado, Ba-

hia, Pernambuco e Maranhão, devido à cana de açúcar. Entretanto, havia uma ênfase sobre a Amazônia e, dentro da Amazônia, ao Estado do Pará. Evidentemente, devido à sua principal riqueza, a borracha.

Embora fossem muitas as facilidades oferecidas, o governo brasileiro, segundo o folheto, estava atento à qualidade das pessoas que aqui chegassem. Era requisito imprescindível a vontade de trabalhar e de produzir, sobretudo em relação ao Pará, "Um Estado que necessitava de braços aptos e vigorosos para o cultivo e para o trabalho".

A partir daí o folheto discorria sobre a Amazônia e suas riquezas, focalizando a história do Pará desde a sua descoberta pelo espanhol Francisco de Orellana, em 1543, até a colonização feita pelos portugueses em pleno período espanhol. Apresentava o Pará como o melhor lugar do mundo"... Para se obter o necessário presente, acumular fortuna para o futuro devido a sua liberal e protetora lei de colonização, e também ao grande homem que era o governador da época, Dr. José Paes de Carvalho, que concedia aos imigrantes favores jamais concedidos por qualquer país do mundo...".

O folheto enfatizava que "los patricios atraen y acojen al extranjero para ofrecerle trabajo, ocupación y todos los medios y facilidades de hacerse rico y para darle el dulce nombre de hermano, de brasileiro. La vida del Brasil es la vida de los hombres libres, allí está el presente fácil, cómodo, placentero, allí está el porvenir seguro, rico, inevitablemente rico para los hombres de bien y toda su familia. Y el Estado del Pará es la nueva Jerusalém del trabajo esplendidamente retribuido".

A propósito, chamava-se a atenção dos leitores interessados para o livro de Francisco Cepeda - Al Pará (57) -, que mostrava todo o empenho feito pelos dirigentes locais para trazer imigrantes. Essa obra foi prefaciada por Lauro Sodré, governador, Antonio Lemos, Barão de Marajó, presidente da Câmara Municipal de Belém e Ignácio M. de Mou-

ra. Segundo Lauro Sodré: "... El extranjero que quiera venir con nosotros encontrara una tierra hospitalaria y un clima benigno que le garantiza la salud y la robustez principalmente si el recién llegado no desdena las prescripciones higiénicas que es de su interés observar. Sólo de la emigración, sólo de la población de estas grandes tierras depende el desarrollo de las fuerzas vivas que en prodigiosa abundancia ofrece la naturaleza, para que se realice la profecía de Humboldt, conjeturando que aqui más temprano y más tarde se há de concentrar la civilización del globo".

Para o Barão de Marajó: "... La Amazonia es un mundo nuevo que se abre ante el fin de nuestro siglo. Cuando en Europa el area de las tierras cultivables se estrecha, la vida tropieza con dificultades crescientes y la miseria aconseja la emigración, la Amazonia presente terrenos infinitamente ricos, con facilidad sorprendente y maravillosa de comunicaciones y de transportes, dos cosechas anuales de la mayor parte de todo lo que se cultiva y un clima benigno cuya dulzura evita al proletario las duras precauciones y los gastos que le cuesta defenderse de los rigores del frio en el invierno".

Ainda no intuito de oferecer informações sobre o Pará, havia também a obra do historiador Tristão de Alencar Araripe (58), contemporâneo à época em estudo, que traz dados a respeito do clima, topografia, vegetação, riquezas naturais como a borracha, a castanha, a salsa, o cravo, o cumaru, a estopa, o guaraná, o óleo de copaíba, o azeite de andiroba e os diversos tipos de madeiras e de peixes. Através dessa obra tem-se a notícia sobre a já existência de cemitérios, assunto que trataremos adiante, sendo três católicos, um protestante e dois hebraicos. Esse fato demonstra, ao mesmo tempo, a liberdade religiosa já existente no Pará, e a existência de grupos não católicos de porte considerável.

Em relação ao aspecto cultural, Araripe apontava a existência já de uma biblioteca pública, onde os in-

interessados poderiam encontrar obras que diziam respeito à filosofia, geografia, história, artes, teatro, medicina, história natural e direito, em idiomas como português, latim, inglês, francês, italiano, grego, alemão, espanhol e hebraico.

Em síntese, toda a propaganda se fazia ostensivamente, mostrando que as vantagens oferecidas aos imigrantes eram ilimitadas.

Ainda nesse terceiro período, ao lado dessa propaganda, começaram a surgir leis destinadas a incentivar a imigração para a Amazônia ⁽⁵⁹⁾. Essas leis autorizavam os governadores a promover a introdução de estrangeiros que pretendessem estabelecer-se no Estado como agricultores, ou mesmo daqueles que quisessem vir como industriais. Essas leis concediam, como explicava o folheto, "indenização de passagem, hospedagem em lugar conveniente por um período de dez dias, transporte gratuito, agasalho e comida durante o trajeto até o lugar escolhido pelo imigrante, tratamento médico gratuito por espaço de dois anos, concessão gratuita de um lote colonial ⁽⁶⁰⁾ de 25 hectares, fornecimento gratuito de ferramentas e utensílios indispensáveis para o trabalho, adiantamento de 30 mil réis mensais por pessoa adulta, ou 80 mil réis por família, proteção do Estado, durante dois anos, tanto para aqueles que se estabelecessem em núcleos coloniais, como aos que se ligassem por contrato a proprietários agrícolas ou industriais. O Estado se colocava como intermediário na obtenção de seus contratos, como também dava proteção às viúvas e órfãos, facilitando a sua repatriação, quando se mostrassem impossibilitados de prover a sua própria manutenção ⁽⁶¹⁾.

Outras leis foram ainda promulgadas, sempre no intuito de incentivar a mão-de-obra. Houve, por exemplo, uma lei que estabelecia prêmios a quem plantasse cacau, café, algodão e árvores gomíferas ⁽⁶²⁾, ou trouxesse 300 quilos de tabaco preparados para exportação ⁽⁶³⁾, ou se dedicasse à criação de gado ⁽⁶⁴⁾. Contudo, o maior atrativo, quer nos parecer, estava na lei de concessão gratuita de ter

ras ou nas facilidades para a sua obtenção, dependem do do caso.

A gratuidade de terra, no entanto, acarretou muitas vezes um ônus muito grande e, em certos casos, essa lei passou por uma modificação, quando, então, era concedido um título provisório com o prazo de pagamento de cinco anos, passados os quais seria concedido o título definitivo (65). No entanto, muitas vezes, findo o prazo, a terra era concedida independentemente do pagamento (66). É importante frisar que nenhum outro Estado estendeu essa gratuidade ou as formas de assentamento a todos os imigrantes, sem exceção, como fez a Amazônia (67).

Foi a soma de todos esses fatores — a propaganda, a época do látex, a descoberta do processo de vulcanização, a procura da borracha no mercado mundial, a abertura do Amazonas — que determinou o aumento do volume de imigrantes brasileiros nordestinos e estrangeiros para a Amazônia. Estes últimos atraídos por contrato (68).

Ao lado da imigração contratual e dirigida entraram espontaneamente estrangeiros como ingleses, italianos, portugueses, espanhóis, alemães, barbadanos, sírios, libaneses. Entre esses imigrantes estavam também os judeus provenientes do Norte da África, que entraram como súditos de alguns países que tinham ligação consular com o Brasil, aproveitando-se, com certeza, de todas as regalias das aos demais estrangeiros que vieram sob contrato (69). Esses judeus, sob contrato ou não, espalharam-se por quase todas as regiões da Amazônia, engrossando o número de "hebraicos" já existentes, ajudando a fundar vilas e cidades como Alemquer, Cametã, Óbidos, entre outras, e dedicando-se aos seringais e ao comércio da borracha e produtos silvestres.

Durante o colapso da borracha nos primeiros anos do século XX alguns desses judeus dirigiram-se para outros Estados do Brasil. Outros, no entanto, permaneceram em Belém e Manaus e muitos se desvincularam da religião moisaica. Seus descendentes tiveram um papel de relevo na vida

econômica, política, cultural e social do Estado, quando as firmas inglesas, alemãs, portuguesas e francesas deixaram de operar no mercado de exportação regional.

Cruzando os dados fornecidos pelo Prof. Samuel Benchimol ⁽⁷⁰⁾, pela obra de Eidorfe Moreira ⁽⁷¹⁾, pela lista de naturalizados ⁽⁷²⁾ e por informações dadas pelo Prof. Antonio José Loureiro do Instituto de História de Manaus ⁽⁷³⁾, chegamos ao número de 202 famílias-tronco presentes na época, na Amazônia.

A

Abecassis
Abechdid
Abenathar
Abensur
Abenuahes
Abicera
Abiquisis
Abishara
Abissro
Abitbol
Abohbot
Abraham
Acris
Aflalo
Aguiar Alves
Alcaim
Alfon
Algrably
Almhalem
Almshaby
Ammar
Amzalak
Anijar
Appelbom
Appenseler
Ashras
Assayag
Athias
Auday
Azancoth
Azulay

B

Bainerman
Barcessat
Barchifore
Barnel
Barros
Barsol
Baybot
Belicha
Belilo

Bemergui
Bemayel
Bemuyal
Benacon
Benahaum
Benalal
Benárros
Benassuly
Benayon
Bencauca
Benchaya
Benchimane
Benchimol
Bendahan
Bendelak
Bendrihen
Benemond
Benesby
Benesven
Benhirehen
Beniflah
Benjo
Benoliel
Benomo
Benquiqui
Bensabat
Bensadon
Bensaya
Bensayon
Bensimon
Bensussan
Bentes
Bento
Bentobi
Rentolila
Benuahes
Benulielle
Benzaquen
Benzecry
Bergel
Bern
Bibas

Bohadana
Bortman

C

Cagy
Cahen
Cazes
Chaves
Chocron
Cohen
Cohin

D

Dabilla
Dadon
Dahan
Danan
Dray
Dris

E

Ederhy
Efima
Elazar
Elgraby
Eljarrat
Encauca
Epstein
Esaqui
Esquenazy
Essucsy
Ezany

F

Fachena
Fahri
Farache
Fima
Fink
Foinquinos
Friza

G

Gabay
Garson
Gassman
Gerzwolf
Gonçalves
Greininger
Guinun

H

Hamiel
Hamoy
Hamu
Hanan
Hazan
Henriques
Hombres

I

Israel

K

Kabacnik
Kahane
Karp
Kislanov
Klein
Krause

L

Laboz
Lancry
Lanry
Laredo
Larrat
Lasry
Lassary
Lerihen
Levinthal
Levy

M

Maimarão
Malca
Mandelstan
Marache
Maraty
Marques
Mathias
Medina
Mello
Melul

Minev
Morluf
Mosseto

N

Nahmias
Nahon

O

Obadia
Ohana
Ohayon
Oliveira
Ornstein

P

Pacifico
Pazuelo
Perez
Pinhakov
Pinto

Q

Querub

R

Raichel
Revan
Rial
Roffe
Rozelio

S

Sabba
Salgado
Sananes
Saraga
Schuterschitz
Schwartz
Sebbag
Semmana
Semtob
Serfaty
Seriqui
Serraf
Sicsu
Sinay
Siqueira
Soares
Suissya

T

Tapleiro
Taub
Tittam
Tobelem
Toledano

W

Weil
Windhoppf

Z

Zagury
Zecry

Repetindo as palavras do Prof. Benchimol, "po demos ver muitos desses nomes colorindo o caleidoscópio humano e cultural da Amazônia, ao lado das vozes e origens familiares portuguesas, sírias, nordestinas e caboclas" (74).

Todo o movimento pró-imigração que se viu durante o século passado, dirigido tanto para lavoura como para formação de núcleos, teve continuidade até o ano de 1921. Nesse ano promulgou-se um decreto, segundo o qual a entrada de imigrantes no território nacional passou a ser restrita e controlada, e a naturalização dificultada, surgindo uma política de discriminação durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (75).

4. Estudos estatísticos — A necessidade de uma revisão crítica

Um trabalho que trate do aspecto imigratório da colonização do Brasil não pode prescindir de dados estatísticos. Contudo, as estatísticas e tabelas publicadas, às quais tivemos acesso, embora baseadas em dados oficiais existentes, usaram critérios que muito deixam a desejar, prejudicando a visão do número real de estrangeiros marroquinos encontrados no Brasil no período entre 1820 e 1920.

Analisando os números das estatísticas da época, verificamos que a maior atenção foi dada aos grandes contingentes como espanhóis, italianos, portugueses, incluindo-se os grupos minoritários, na categoria de "Diversos", como é o caso dos provenientes do Norte da África (76). As estatísticas privilegiam localidades como o Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Nova Friburgo, Paraná e Rio de Janeiro, que eram as que mais imigrantes recebiam. Estes como o Amazonas que absorviam um número menos significativo de imigrantes, se comparados às regiões acima citadas, apesar de toda uma política voltada à problemática imigratória, eram incluídos no item "Outros", quanto à questão da destinação.

Os censos existentes, que nos poderiam subsi-

diar nesta questão, mostraram-se, igualmente, insuficientes para o nosso trabalho. Até o terceiro quartel do século XIX não houve preocupação alguma do governo brasileiro em fazer um censo da população, sendo o de 1872 o primeiro do período Imperial. O segundo censo realizado data do período republicano, ou seja, ano de 1890. Em 1900, houve uma tentativa no sentido de um novo censo, que não se concretizou. No entanto, os dados fornecidos pelo conjunto desses censos são falhos e deficientes, considerando — se que as tabelas apresentadas pelos mesmos não discriminam os imigrantes por sua nacionalidade ou religião, apresentando, apenas, o número global dos que aqui chegaram.

O Prof. Arthur Hehl Neiva, estudioso do assunto imigração brasileira, apresenta, em sua obra, uma série de tabelas sobre o movimento migratório entre os anos de 1820 e 1920. De acordo com essa obra, a primeira leva de marroquinos, em número de 192, teria entrado no Brasil somente entre os anos de 1894 e 1903, registrando uma segunda leva entre os anos de 1904 e 1913, quando então teriam entrado 31 marroquinos ⁽⁷⁷⁾. No entanto, através de notícias de jornais da comunidade, depoimentos de viajantes estrangeiros, pedidos de naturalização, títulos de posse de terra, é possível constatar a presença desses marroquinos já no início do século passado na Amazônia brasileira.

Fatos como esses reforçam a nossa posição de que as fontes oficiais das quais os estudiosos podem se servir, no que se refere às estatísticas migratórias ou populacionais da época, são deficientes e não conclusivas ⁽⁷⁸⁾. Em vista disso, a listagem apresentada neste trabalho se constitui em dados da maior relevância para se estimar o número, senão exato, pelo menos mais real, de imigrantes marroquinos presentes no Brasil desde o século passado.

5. A Posse da Terra

Aspecto diretamente ligado à questão da imigração no Brasil é o da fixação do homem à terra. Pensando nisso, recorreremos à consulta de documentação específica e encontramos judeus marroquinos como proprietários de grandes extensões de terra, usufruindo, como qualquer outro imigrante, das facilidades oferecidas pelo Estado brasileiro. Já na época colonial, aos cristãos novos pertenceu grande parte do território brasileiro que, como sabemos, lhes foi confiscado (79).

Os mecanismos de assentamento de terras sempre se constituíram em problema bastante complexo. Durante a primeira fase da nossa colonização, iniciou-se o processo de concessão de terras, cuja base foi a doação das Capitâneas Hereditárias e das Sesmarias. O ato régio que dividiu o Brasil em Capitâneas estabeleceu os direitos e os deveres dos donatários, assim como regulou o modo de concessão de terras aos colonos, o processo legal para a sua aquisição e os direitos e deveres dos posseiros. Os donatários tinham a faculdade de conceder Sesmarias, indicando a situação geográfica do terreno requerido, sua extensão, com frontação e limites. O requerimento recebia informações do provedor da fazenda real, da Câmara municipal e do procurador da Coroa e o deferimento era dado ou não pelo Capitão mor ou governador. Em caso de deferimento, este assinava a carta de data e Sesmaria, que se constituía num título provisório, cuja confirmação era necessário solicitar ao Rei dentro do prazo de três anos (80).

Entretanto, não se desenvolveu paralelamente um sistema de assentamentos legais que acompanhasse a dinâmica da concessão de terras no Brasil, isto devido à grande extensão do território e às facilidades na aquisição de lotes.

Com a chegada de D. João VI reconheceu-se a necessidade de se organizarem, efetivamente, os arquivos de

registros de propriedades. Serão, então, tomadas algumas medidas legais como o Alvará de 3-6-1809 e, mais tarde, a Lei nº 601 de 18-9-1850 e o Decreto nº 1318 de 30-1-1854 que, em síntese, determinavam que em todo o Brasil os ocupantes de terras fizessem declarações que seriam registradas em livros competentes, a fim de garantir os terrenos ocupados. Isto seria feito após a verificação de que o declarante ocupava e cultivava, de fato, a terra em questão (81).

Por efeito da Lei de 1850 e do Decreto de 1854, estabeleceu-se, então, o registro de terras em 65 freguesias, tendo sido na ocasião escriturados 79 livros. Esses livros foram cometidos aos vigários das diversas freguesias e neles constava a transcrição das declarações de posse apresentadas pelos posseiros, indicando a extensão de suas propriedades e os seus limites, tudo de acordo com as determinações governamentais.

Em 1907, por ordem do Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado do Pará, o engenheiro civil João Palma Muniz, chefe da Terceira Secção da Secretaria de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação, iniciou um índice a partir da coleta de alguns registros de terra expedidos no ano de 1861. Entretanto, o que se percebe da análise desse Índice é que a maior parte dos registros nele contidos refere-se à década de 1880.

Como o próprio Palma Muniz salienta, apesar de ser este Índice de grande valia por apresentar um número importante de propriedade de terra no Estado do Pará, o mesmo não espelha ainda a realidade total da posse, por vários motivos, entre os quais destacam-se os seguintes:

- 1) Muitos deixaram de registrar as suas terras por ocasião das determinações imperiais dos anos de 1850 e 1854 e por ocasião das medidas tomadas pelo decreto nº 410 de 8-10-1891 e pela Lei nº 82 de 15-9-1892, já na época republicana;
- 2) dos registros feitos, muitos livros se perderam e não constam no Índice;

- 3) muitos livros deixaram de ser enviados pelas paróquias.

Apesar de todas essas dificuldades, o Índice organizado durante o governo do Dr. Montenegro compôs-se de 9 livros, contendo os títulos de legitimação de posse, os títulos definitivos de vendas de terras, os títulos concedidos gratuitamente, os lotes coloniais vendidos em 1901 e os títulos de terra concedidos a ex-praças da Brigada Militar (82).

Nesse Índice, que se constituiu na fonte para o nosso trabalho, encontramos registros da posse de terras por parte de judeus marroquinos em várias localidades do interior da Amazônia e em diferentes núcleos coloniais. O Índice, no entanto, embora fonte importante, possui a falha de trazer somente a data do registro, omitindo a da concessão da terra, dado que poderia nos indicar a data da posse efetiva dos lotes.

Queremos observar em relação a esta listagem, que, embora reforce a tese sobre a presença hebraica no "hinterland" amazônico, ela ainda não representa, a nosso ver, o número real desses imigrantes, donos de terra. Para tanto, devem-se levar em conta pelo menos dois fatores:

- 1) as dificuldades encontradas pelo próprio Palma Muniz na organização do Índice, já apontadas anteriormente;
- 2) dificuldades na inclusão de nomes como José Duarte Rodrigues Bentes, Benedito Pinto David, Profiro Marques Soares, Manoel Bentes Alfaia, entre outros, como sendo de descendência marroquina, embora os sobrenomes indiquem essa origem. Optamos, assim, apenas por aqueles cuja ascendência é certa, mostrando-nos a intensa integração e penetração dos judeus na Amazônia. Esses nomes vêm em adendo (83).

5. Os "novos brasileiros"

A primeira Constituição Brasileira de 1824 passou a amparar os direitos individuais estendendo-os aos imigrantes em geral. A partir de então, esses imigrantes adquiriram o direito de viajar por todo o Império, de usar do *habeas corpus*, de comerciar ou exercer livremente qualquer indústria ou profissão. Podiam possuir bens de raiz, usar de sua propriedade com toda a plenitude, gozar da liberdade de consciência, sem receio de serem perseguidos por motivos de religião. Seus filhos nascidos no Império, quando chegassem à maioridade, entrariam no direito de cidadão brasileiro e a naturalização, quando desejada, era fácil de ser conseguida.

Os dispositivos legais baixados durante o Império que garantiram as novas conquistas foram: a Lei de 23-10-1832, o Decreto nº 291 de 30-8-1843, a Lei nº 601 de 18-9-1850, o Decreto nº 712 de 16-9-1853, o Decreto nº 808 de 23-6-1855, o Decreto nº 1950 de 12-7-1871, a Lei nº 3140 de 30-10-1882. Após a proclamação da República, surgiram o Decreto nº 13-A de 26-11-1889 e o Decreto nº 58-A de 14-12-1889.

A facilidade para a naturalização concedida a qualquer estrangeiro maior de 21 anos, proporcionada pela legislação anterior é ampliada por decreto datado de 1871. De acordo com esse decreto bastava ao estrangeiro confirmar sua permanência no país há mais de dois anos e apresentar um atestado de boa conduta. O imigrante estaria ainda dispensado da exigência de tempo de residência, se fosse casado com uma brasileira, possuisse bens de raiz, fizesse parte de estabelecimentos industriais, fosse inventor ou introdutor de qualquer gênero de indústria, ou, ainda, se fosse recomendado por pessoa idônea, por seu talento, letras ou aptidão profissional. Não nos esqueçamos de que este é um período de plena necessidade de mão-de-obra e toda essa legislação teve como consequência imediata o aumen-

to significativo nos pedidos de naturalização (84). Esses pedidos constituem-se hoje, sem dúvida alguma, em importante fonte para o estudo de imigração judia no Brasil.

No entanto, o único trabalho de que se tem notícia com relação à naturalização de judeus foi realizado pelo casal Frieda e Egon Wolff (85). Em pesquisa realizada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, esse casal levantou um montante de 455 solicitações de naturalização de judeus no século passado. Desses, 100 imigrantes, aproximadamente, são de proveniência francesa, alemã, romena, egípcia, dinamarquesa, turca, italiana, húngara, síria, russa, prussiana, argentina, austríaca, alsaciana, americana do norte, indu, espanhola, belga, suíça e inglesa. Os demais pedidos, ou seja, os 355 restantes são de estrangeiros provenientes de Marrocos.

Além dos naturalizados relacionados pelo casal Wolff, tivemos conhecimento, através do Dr. Antonio José Loureiro, de outros pedidos de naturalização, que por não terem sido enviados ao Arquivo Nacional, não foram relacionados pelos Wolff. É o caso de: Salomão Benoliel, Moisés Pinto, Moisés Abitbol, Jacob Pinto, Leon Rolin Farache, Isaac Benarrus, Salomão Abraham, Salomão Abraham Landredo, Leon Nahon, Benjamin Alfon (86). Isaac Benahaum, Antonio Francisco Oliveira, Abraham Zagury Lanry, Ernesto Vasconcelos Chaves, Marcos Jacob Azancoth, Leão Barchifore, Fortunato Cohen, Marcos Saul Cohen (87).

Analisando, portanto, as datas dos pedidos de naturalização apresentados pelo casal Wolff, pudemos perceber a presença de judeus que afirmam estar no país desde a década de 1830, como é o caso de David Serraf, natural do Marrocos francês, que entrou no Brasil com passaporte francês e que se encontrava em São Luís do Maranhão (88); de Salomão Saraga, que se encontrava, igualmente, no Maranhão desde a década de 1840 e que também entrou no Brasil com passaporte francês (89).

Entre os que se encontravam no Brasil desde

a década de 1850, estão os nomes de Fortunato Laredo (Vila de Coari, Am), Isaac David Benchimol (Silves, Am), Salomão Laredo (Aveiros, Pa), Mair Bergel (Belém, Pa), Menagem Cagy (Rio de Janeiro), Isaac Joaquim Cohin (Vila Bela de Imperatriz, PA), Samuel Cohin (Vila Bela de Imperatriz, Pa), David Nahmias (Baião, Pa), Luiz Judah Nahon (Rio de Janeiro), Salomão Zagury (Vila Bela de Imperatriz, Pa), Jacob Sabbá (Belém), Abraham Serfaty e Elias Serfaty (Vila do Melganço, Pa), Rubin Nahmias (Vila do Melganço, Pa), Fortunato Sicsu (Rio de Janeiro), Guilherme Sicsu (Belém), Leon Tittan (Cametá, Pa), Isaac Fortunato Sabbá (Tefé, Am).

Entre os que solicitaram sua naturalização durante a década de 1860 estão: Benjamin Abitbol (Maranhão), Marcos Cohin Corte Rail (Vila Bela de Imperatriz, Pa), Fortunato Laredo (Vila do Coari, Am).

Na década de 1870, encontram-se, segundo a análise feita na obra de Wolff, Ayas Abicera (Cametá, Pa), Isaac Aliqua (Rio de Janeiro), Menahem Malqui (Pará), Abraham Amzalak (Vila Bela de Imperatriz, Pa), Jaime Jacintho Abenathar (Gurupá, Pa), José Benoliel (Pará), Isaac Bensimon (Pará), Abraham Bensimon (Santarém, Pa), Moysés Bento (Prainha, Pa), Moysés Samuel Marques (Pará), Abraham Marques (Pará), Salomão Marques (Pará), Joseph Maraty (Pará), Salomão Cohen (Pará), Abraham Cohen (Pará), Lion Buenos Hombres (Belém, Pa), Shalom Elazar (Pará), Jacob Benathar (Pará), Leon Abraham Farrache (Vila do Coari, Am), Abraham Marrache (Santarém, Pa), Abraham Mathias (Pará), Elias Zagury (Pará), Mosseto David Sabah Somão (Pará), Semmana Joseph (Pará), Salomão Abraham Pariente (Rio de Janeiro), Samuel Sicsu (Rio de Janeiro), Salon Sananes (Pará), Salomão Serfaty (Pará), Júlio Serigue (Santarém, Pa), Leão Schocron (Pará), Moysés Toledano (Manicoré, Am).

Nos pedidos de naturalização referentes à década de 1880, constam os nomes de Sara Attila (Rio de Janeiro), Alfredo Roffé (Macapá, Pa), Messod Schoron (Rio de Janeiro), Isaac Salama (Rio de Janeiro), S. Domingos

(Rio de Janeiro), H. Josephe Abraham (Rio de Janeiro), Eliezer Benarroch (Rio de Janeiro), José Benarros (Rio de Janeiro), Joseph Bensmiel (Rio de Janeiro), Isaac Bensusan (Rio de Janeiro), Josuah Levy (Rio de Janeiro) (90).

Os nomes aqui relacionados referem-se apenas a pedidos de naturalização apresentados antes do período da República. Estes, mais os mencionados pelo Prof. Loureiro perfazem um total de 373 estrangeiros marroquinos que solicitaram a sua naturalização como cidadão brasileiro.

Dado o seu caráter pioneiro, os levantamentos feitos então pelos Wolff e por Loureiro são de fundamental relevância para o nosso trabalho. Através deles pudemos concluir, 1) que o número de judeus marroquinos no Brasil é superior àquele apresentado pelos censos e estatísticas (91), embora sejam aqueles dados oficiais; 2) Esses levantamentos, enfim, corroboram a nossa tese de que os judeus marroquinos estiveram presentes na Amazônia, quer nas capitais, que no interior, mesmo antes do ciclo da borracha. Uma vez no país, nele se entrosaram, aproveitando-se, como os demais imigrantes, de todas as regalias que a terra lhes oferecia, sem que tivessem sido lembrados pela historiografia brasileira como uma força de trabalho, ao lado das maiorias que aqui aportaram.

NOTAS

- (1) - SIMONSEN, Roberto - História econômica do Brasil (1500-1820). São Paulo, Editora Nacional, 1937.
- (2) - NEIVA, Arthur Hehl - O problema imigratório brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p.22.
São desta época as colônias agrícolas de Santo Agostinho, no Espírito Santo, a colônia de Santa Leopoldina, na Bahia, a imigração de suíços para Friburgo e a imigração alemã para Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- (3) - MANCHESTER, Alan K. - Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1973, pp. 13-17.
A Inglaterra, através do Tratado de Methuen tinha privilégios sobre Portugal e, conseqüentemente, sobre o Brasil. Por esse tratados os lusos deviam admitir em Portugal as manufaturas de lã dos britânicos que, em troca, admitiriam o vinho português na Inglaterra. Com o tempo, a Inglaterra passou a receber não só o vinho português, como o ouro brasileiro. A Inglaterra teve sua preeminência no Brasil de 1808 a 1914, quando então a Alemanha se sobressaiu. No entanto, durou pouco essa supremacia e a Inglaterra retomou o seu posto, para perdê-lo, mais tarde, para os Estados Unidos.
- (4) - No entanto, para favorecer a navegação portuguesa, a navegação costeira foi fechada aos navios estrangeiros e o comércio externo ficou restrito aos portos do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará.
- (5) - NEIVA, Arthur - Op. cit., p. 23.
- (6) - MANCHESTER, Alan K. - Op. cit., pp. 77-78 dá a notícia do jornal londrino de 1-6-1808.
- (7) - MANCHESTER, Alan K. - Op. cit., pp. 79-94.
- (8) - Decreto nº 12 de 12-5-1838 da Assembléia Legislativa.

- (9) - Jornal "Kol Israel" - "Voz de Israel", ano II, nº 12, de 8-12-1919 - "Os Israelitas no Pará".
- (10) - Este seria o terceiro Banco do Brasil. O primeiro fora fundado em 1808, funcionando até 1828. O segundo, embora autorizado em 1833, nunca se constituiu. Quando esse terceiro Banco do Brasil foi fundado, existiam no Brasil apenas quatro bancos. Dois localizados na Bahia, um no Maranhão e um no Pará, denominado Banco do Comércio do Pará, fundado em 1847.
- (11) - RAYOL, Domingos Antonio, Barão de Guajará - Obras, colonização, liberdade religiosa e vários outros assuntos. Belém, Conselho Estadual da Cultura, 1970.
Esta obra, reeditada em 1970, refere-se à obra que possuía como título "Abertura do Amazonas, ano 1867", publicada em 1894, pela Revista da Sociedade de Estudos Paraenses.
- (12) - RAYOL, Domingos Antonio - Op. cit., p. 123.
- (13) - SOARES, A. J. Macedo - Liberdade religiosa no Brasil. Rio de Janeiro, 1865, in RAYOL, D. A. - Op. cit., p. 115.
- (14) - Tavares Bastos nasceu em 1839 e faleceu em 1875, portanto, contemporâneo aos fatos tratados. Escreveu uma série de cartas onde se nota a co-relação entre a abertura do Amazonas e a imigração.
- (15) - BASTOS, A.C. Tavares - Cartas de O Solitário de 23-3-1862; 27-12-1862, pp. 206-225. São Paulo, Editora Nacional, 1975.
- (16) - BASTOS, A.C. Tavares - Op. cit., pp. 11-16.
- (17) - SANTA ROSA, Renato B. - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, v. V, ano VIII, 1926, relaciona todas as cláusulas referentes ao decreto da abertura do Amazonas.

- (18) - O navio Guapiassu da Armada Imperial foi o primeiro navio que subiu o Amazonas em 1843. Essa viagem foi realizada em dez dias, enquanto que Martius & Spix, em 1819, fazendo o mesmo percurso em canoa, levaram três meses e meio. In BITTENCOURT, Agnello - Navegação do Amazonas e Portos da Amazônia. Rio de Janeiro, S.P.V.E.A., 1959 (Coleção Araújo Lima), pp. 11-13.
- (19) - A primeira tentativa para a navegação a vapor data de 1826, com o barco denominado "Amazonas", de incorporação americana, seguindo-se mais tarde outras tentativas sem êxito. Somente com o Decreto 1037, com Irineu Evangelista de Souza, foi levado a efeito o desejado empreendimento. REIS, Arthur Cesar Ferreira - A Amazônia e a cobiça internacional. Rio de Janeiro, Edinova, 1965, pp. 60-62.
- (20) - Veja Capítulo II - 1. Abre-se o Amazonas, p. 49.
- (21) - BITTENCOURT, Agnello - Op. cit., p. 14. Além de Tavares Bastos, outros políticos tomaram parte na luta pelo desenvolvimento do Amazonas como Tenreiro Aranha, Bernardo de Souza, Franco Carneiro de Campos, João Maurício Wanderley.
- (22) - Decreto nº 1037, de 30-8-1852.
- (23) - SANTA ROSA, Renato B. de - Op. cit., pp. 73-73. Esta linha possuía escalas em cidades como Breves, Gurupá, Prainha, Santarém, Óbidos, Vila Bela de Imperatriz, Serpa, Parintins, Itacoatiara. O autor informa o tempo de duração de cada viagem realizada pelo navio Marajó.
- (24) - Informação cedida pelo Prof. Antonio José Loureiro do Instituto Histórico e Geográfico de Manaus. Boletim de Pesquisa da Cedeam. Roteiro da primeira viagem do vapor Monarca, p. 17.
- (25) - Essa terceira linha parava em Belém, Cametá e Baião.

... a respeito da ... e ... a ... de
... e de ... até Manaus e Belém no ano de
1864.

- (27) - Lei nº 158 de 7-10-1866.
- (28) - Ambas se fundiram em 21-3-1874, pelo Decreto 5.575.
- (29) - Pelo Decreto-Lei 2.154 de 1940, esta companhia foi en-
campada pela SNAPP — Superintendência da Navegação
da Amazônia e Administração do Porto do Pará —.
- (30) - Nos navios dessa companhia — Hildebrand, Albaan, Al-
dan Peneras, Stephen e Denis — muitos judeus marro-
quinos chegaram ao Amazonas.
- (31) - COSTA, Cândido - O Livro do Centenário - O Estado do
Pará - Belém, 1924, pp. 430-431. A sede da Booth Li-
ne ficava em Liverpool e eram seus agentes a "The
Booth Steamship Company Limited". Em Nova York ela
era representada pela "Booth American Shipping Corpo-
ration". Seu agente em Londres, Pará, Manaus, Iqui-
tos, Maranhão, Ceará, Paraíba, era a "Booth & Cia. de
Londres, que, por sua vez, era representada no Brasil
pelo Sr. Charles Good.
- (32) - O seu curso iniciou-se com o vapor "Terezina", pos-
suindo, em 1883, nove paquetes.
- (33) - A "Booth Line", no ano de 1877, chegou a ter 28 pa-
quetes circulando na Amazônia.
- (34) - GONÇALVES LOPES - O Amazonas. Esboço histórico, choro-
graphico e estatístico até o ano de 1903. New York,
Hugo J. Hanf, 1904.
- (35) - "La Casa Fiorita e La Ligure Brasiliana". In Il Brasi-
li e gli italiani. Rio de Janeiro, Pubblicazione del
Fanfulla, E. Bemporad & Figli, Editore Firenze.
- (36) - Contrato para introdução de 55.000 imigrantes, cele-
brado com A. Fiorita & Cia - 7-3-1896. São Paulo, Ty-
pographia do Diário Oficial, 1895.

- (37) - A Lloyd Brasileira possuía os navios "Olinda", "São Salvador", "Alagoas", "Maranhão", "Brasil", "Manaus" e realizava cinco viagens mensais. MEIRA, Octavio - Memórias de quase ontem. Rio de Janeiro, Lidador, 1976, p. 131.
- (38) - "Belém", "Fortaleza" e "Recife".
- (39) - GONÇALVES LOPES - Op. cit., pp. 54-55.
- (40) - MUNIZ, João Palma - Imigração e colonização - História e Estatística. Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916. Este autor relaciona os nomes dos navios estrangeiros, brasileiros ou particulares, que circulavam pelo Amazonas.
- (41) - Manaus em 1900 e Belém em 1906.
- (42) - CRUZ, Ernesto - Colonização do Pará. Belém, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958, pp. 9-14.
- (43) - LIBERMAN, Maria - O Levante do Maranhão - "Judeu Cabeça do Motim" Manoel Beckman. São Paulo, Centro de Estudos Judaicos, FFLCH/USP, 1983.
- (44) - Lei Provincial nº 13 de 12-5-1838.
- (45) - Fala do Presidente João Antônio e Miranda em 15 - 8 - 1840. Presidente da Província do Pará em 1840. In CRUZ, Ernesto - Op. cit., p. 17.
- (46) - CRUZ, Ernesto - Op. cit., pp. 25-26.
- (47) - Veja capítulo As Casas Aviadoras e o Processo de Aviação.
- (48) - A vulcanização consistia em juntar enxofre à borracha, a uma temperatura elevada, durante certo número de horas. Esse processo ampliou as possibilidades do uso da borracha e aumentou sua durabilidade, fato que impeliu a indústria do setor a uma posição destacada na economia mundial. SANTOS, Roberto - História

ria econômica da Amazônia, 1880-1920. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980, pp. 47-49.

(49) - MUNIZ, João Paula - Op. cit., p. 31.

(50) - Idem, p. 59.

(51) - CARNEIRO, J. Fernando - Imigração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, 1950, pp. 18-19.

(52) - GUILLON, Norma de Azevedo - Confederados em Santarém. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1979. A autora menciona a fundação, em 1866, da colônia americana, que, embora tendo apoio financeiro e um contrato favorável, viu-se dizimada quase que totalmente depois de quatro anos, devido às condições precárias da região.

(53) - CARNEIRO, J. Fernando - Op. cit., pp. 9-37.

(54) - CRUZ, Ernesto - Op. cit..

(55) - Muitas vezes os imigrantes, quando vinham para núcleos dirigidos, tinham facilidades de terra ou terra gratuita, como foi o caso da Colônia Benevides.

(56) - Adendo nº 1.

(57) - CEPEDA, Francisco - Al Pará. Barcelona, 1895. Adendo nº 2.

(58) - ARARIPE, Tristão de Alencar - Dados Estatísticos para os imigrantes. Belém, Tipografia do Diário das Notícias, 1886.

(59) - Leis nº 223 de 1894 e 583 de 21-6-1898.

(60) - Grifo nosso.

(61) - MUNIZ, João Palma - Op. cit., p. 67.

(62) - Lei nº 336 de 20-3-1896.

(63) - Lei nº 488 de 1-5-1897.

(64) - Lei nº 612.

- (65) - Lei nº 583 de 21-6-1898.
- (66) - MUNIZ, João Palma - Op. cit., pp. 35-54, nos dá uma visão sobre os núcleos coloniais e as formas pelas quais se formaram.
- (67) - MUNIZ, João Palma - Op. cit., pp. 79-84.
- (68) - Foram feitos contratos com imigrantes das Antilhas, Cuba, Porto Rico, Ilhas Baleares, Canária, Madeira, Açores, Espanha, Itália e Portugal, através dos Srs. Francisco Cepeda, Heleodore Jaramillo, Emilio Adolpho de Castro Martins e Drs. Wenceslau Alves de Oliveira Bello e William Brice.
- (69) - WOLFF, Egon & WOLFF, Frieda - Dicionário Biográfico - IV - Processo de Naturalização de Israelitas, século XIX. Rio de Janeiro, 1987, pp. 58-60. Consta que houve judeus que vieram sob contrato para o Brasil, como é o caso da família Appelbom - Alter Moyses T., Benjamin Moysés T., José Moysés T., Salomão Moysés T., que vieram como colonos contratados na América do Norte para a colônia 24 de agosto, no Estado do Maranhão. Essa família, no entanto, em 1889, encontrava-se trabalhando no Pará e lá solicitou a sua naturalização.
- (70) - BENCHIMOL, Samuel - Amazônia - Um pouco antes e além-depois. Manaus, Ed. Umberto Calderaro, 1977.
- (71) - MOREIRA, Eidorfe - Presença hebraica no Pará. Belém, Ed. Falângola, 1972, p. 27.
- (72) - WOLFF, Egon & WOLFF, Frieda - Op. cit.
- (73) - Informações retiradas das Falas dos Presidentes José Lustosa da Cunha Paranaguá, na abertura da primeira sessão da Décima Sexta Legislatura em 12-1-1981
- no Relatório de Administração da mesma Presidência
Guilherme José Mor

ra em 16-2-1884, na exposição com que o ex-Presidente da Província Theodoro Carlos de Farias Souto entregou a administração da Província do Amazonas ao tenente coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmento, em 12-7-1884, da Fala do Dr. José Jansen Ferreira Jr., Presidente da Província do Amazonas por ocasião da instalação da Segunda Sessão da Décima Sétima Legislatura, em 25-3-1885, da Exposição com que esse mesmo Presidente passou a administração da Província ao Primeiro Vice-Presidente Sr. tenente Clementino José Pereira Guimarães, em 21-9-1885, do Relatório com que o Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcelos Chaves, Presidente da Província do Amazonas, instalou a Primeira Sessão da Décima Oitava Legislatura em 25-3-1886 e da Exposição do mesmo ao Sr. tenente coronel Clementino José Pereira Guimarães, Primeiro Vice-Presidente, em 10-1-1887 (Carta-Depoimento do Prof. Antonio José Loureiro de 9-9-1988).

- (74) - BENCHIMOL, Samuel - Estrutura geo-social e econômica da Amazônia. Manaus, Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, 2 vols., p. 138.
- (75) - CARNEIRO, Maria Luiza Tucci - O anti-semitismo na Era Vargas, 1930-1945. São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 158-196.
- (76) - CARNEIRO, J. Fernando - Op. cit., pp. 61-65.
Este autor levanta a questão da necessidade de se fazer uma pesquisa mais apurada nos dados demográficos, como também menciona as divergências entre os mesmos.
- (77) - NEIVA, Arthur Hehl - Op. cit., pp. 120-125.
- (78) - ARARIPE, Tristão de Alencar - Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Belém, Tipografia do Diário das Notícias, 1886, pp. 5-12.
- (79) - NOVINSKI, Anita - Inquisição - Inventários dos bens confiscados a cristãos novos. São Paulo, Imprensa Nacional, 1976.

- (80) - PRADO, J.F. Almeida - "O regime das capitanias". In HOLANDA, Sérgio Buarque de - História geral da civilização Brasileira. Tomo I - A época colonial. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- (81) - MUNIZ, João Palma - Índice geral dos registros de terra. Tomo I, vol. I, primeira série. Belém, Imprensa Nacional, 1907, p. 1.20.
- (82) - 1 - Índice geral dos registros de terras, tomo I, vol. 1, editado em 1907.
2 - Índice geral dos registros de terra, tomo II, editado em 1907.
3 - Índice geral dos registros de terras, tomo II, Série II, editado em 1910.
4 - Índice geral dos registros de terra, tomo III, editado em 1907.
5 - Índice geral dos registros de terra, tomo IV, editado em 1908.
6 - Índice geral dos registros de terra, tomo V, editado em 1909.
7 - Índice geral dos registros de terra, tomo VI, editado em 1909.
8 - Índice geral dos títulos de legitimação de terra dos anos de 1901-1908, publicado em 1909.
9 - Apêndice ao Índice dos títulos de lotes coloniais vendidos em 1901.
- (83) - Adendo nº 3.
- (84) - ARARIPE, Tristão de Alencar - Op.cit., pp.151-155. Este autor, tratando sobre naturalização entre os anos de 1867 a 1874, nos dá um número de 1694 pedidos de naturalização, infelizmente deixando de mencionar a procedência desses estrangeiros, assim distribuídos:
- | | | |
|------------|------------|------------|
| 1867 - 113 | 1870 - 316 | 1873 - 338 |
| 1868 - 106 | 1871 - 117 | 1874 - 164 |
| 1869 - 316 | 1872 - 224 | |
- (85) - WOLFF, Egon & WOLFF, Frieda - Op. cit.
- (86) - Essas pessoas solicitaram a sua naturalização na década de 1870.
- (87) - Essas pessoas solicitaram a sua naturalização na década de 1880.
- (88) - WOLFF, Egon & WOLFF, Frieda - Op. cit., p. 403.

- (89) - WOLFF, Egon & WOLFF, Frieda - Op. cit. p. 399.
- (90) - Os nomes das cidades ou dos Estados que se encontram entre parênteses se referem ao lugar de onde partiu o pedido de naturalização.
- (91) - Veja Capítulo II - 4. Estudos estatísticos - A necessidade de uma revisão crítica, p. 68, neste trabalho.

PARTE II

A RELIGIÃO ABRE CAMINHO

O Brasil nasceu sob a égide da religião católica e assim permaneceu durante o período colonial. Essa situação sofreu ligeiras modificações durante a época independente, quando idéias liberais européias iniciaram a sua infiltração em solo brasileiro. Entre essas idéias estava a da liberdade para a prática de qualquer culto. Já pela Constituição de 25 de março de 1824, pelo seu artigo 5º firmava-se o princípio constitucional da religião do Estado — a religião Católica Apostólica Romana continuava sendo a religião do Império —. As demais religiões que aqui aparecessem, seriam, no entanto, permitidas, desde que o seu culto se processasse em domicílios particulares, sem forma exterior de Templo. O artigo 179, parágrafo 5º, dessa mesma Constituição, garantia essa liberdade e proibia a perseguição de qualquer indivíduo por motivo de religião, desde que o mesmo respeitasse a do Estado e não ofendesse a moral pública (1).

Igreja e Estado, por essa Constituição brasileira, ainda se achavam unificados, situação que assim permaneceu até a Proclamação da República, quando então esses dois poderes se separaram (2). A religião do Estado passa a ser então laica (3) e a liberdade de culto garantida por diversos dispositivos, como o artigo 191 do Código Penal, segundo o qual era considerado crime perseguir, por motivo de religião, qualquer indivíduo. Esse dispositivo era, ainda, reforçado pelo artigo 277 do mesmo código, "que proibia e punia o ato de abusar ou zombar dos demais cultos".

No ano de 1891, data da primeira Constituição Republicana passou-se a adotar, portanto, o princípio da Igreja livre em Estado livre; houve a separação dos dois poderes — o espiritual e o temporal —, instituiu-se a li-

berdade religiosa com a liberdade individual dos cultos (4), o casamento civil como o único válido perante a lei (5), a secularização dos cemitérios (6), a laicidade do ensino (7), a independência entre os direitos civis e políticos e o cumprimento de qualquer dever cívico por todo e qualquer cidadão brasileiro (8).

Essa Constituição enfatizava, por fim, a liberdade e o funcionamento de associações religiosas, fato de extrema importância para a organização de comunidades, em específico a da comunidade judia marroquina na Amazônia, que, nesse contexto, organizou suas sinagogas, suas associações beneficentes, seus comitês, seus cemitérios, seus clubes recreativos, suas escolas e seus jornais.

A Sinagoga é uma das mais importantes instituições dentro da tradição judaica. Ela teve, ao longo dos séculos, uma influência decisiva para o judaísmo, na medida em que garantiu a transmissão da cultura judaica de geração a geração.

Acredita-se que os judeus, mesmo antes da destruição do primeiro Templo, no ano de 586 a.C., por Nabucodonozor — rei da Babilônia —, e do segundo Templo, destruído por Tito — imperador romano —, no ano 70 da nossa era, já contavam com algumas sinagogas, embora rudimentares. No entanto, foi durante o período do cativeiro dos judeus na Babilônia que a Sinagoga se converteu na instituição central para o cultivo da fé, adquirindo, no decorrer dos séculos, uma importância cada vez maior.

Desde os seus primórdios, as sinagogas foram construídas para exercerem diferentes funções dentro da comunidade (9). A sua função central é cultivar o valor maior que é o estudo de cada capítulo ou versículo da Torá (10) e chegar à sua compreensão através da interpretação. Dessa interpretação originou-se grande parte da literatura rabínica, onde se incluem, evidentemente, as seções moralistas, que representam as homílias antigas para explicar os ensinamentos da Lei (11).

Além de exercer a função de centro religioso, as sinagogas serviam como escolas, centros de atividades benéficas, locais para discussão de casos de justiça pública (12). Assim, a Sinagoga como Instituição Religiosa, Casa de Estudo e Tribunal, foi o centro vital de toda a vida social, política e religiosa da comunidade judaica (13).

Nesse sentido, a comunidade judia-marroquina da Amazônia, desde a época do Brasil Independente, já professava a sua religião em casas particulares, com cultos modestos, conforme regia a Constituição.

Depoimentos orais a respeito nos foram fornecidos por antigos moradores do interior amazônico como Moyses Barcessat, David Jacob Serruya, Moyses Bemergui, Jacob Lancry e Isaac Athias, este último nascido em Livramento de Itaquara (Pa), de uma família de nove irmãos, filho de Isaac Fortunato Athias de Rabat e de Da. Miriam Roffé de Arzila. Recordando, Isaac Athias enfatiza o papel de seu pai na transmissão da tradição judaica "... a tradição judaica nos foi ministrada pelo meu pai. Na sexta-feira todos tomávamos banho e trocávamos a roupa. Sentávamos juntos em uma mesa grande e rezávamos. Nas Grandes Festas — Pessach, Rosh Hashana e Yom Kipur todos os judeus que viviam nas redondezas, mais ou menos 60 a 80 pessoas, encontravam-se em nossa casa, que tinha seis salas muito grandes. Vinham de barcos e todos dormiam em redes".

Jacob Lancry relata que "... além das reuniões em casas particulares locais, muitas das crianças eram enviadas para Belém, a fim de obterem uma escolaridade mais aprimorada. Em Belém ficavam reunidos na casa do Sr. Isaac Elias Israel, dono da Casa Aviadora Israel & Cia, onde também lhes era ministrada a religião judaica". Elias Leão Israel nascera em 1870, na Amazônia, e era filho de Leão Judah Israel, que veio para o Brasil procedente da Inglaterra, nas primeiras décadas do século passado. Seus descendentes até hoje vivem no Pará (14).

1. As Sinagogas em Belém: a) "Shaar Hashamaim" - Porta do Céu
b) "Essel Abraham" - Dedicção a Abraham.

Temos notícias da existência, já no século passado, de duas Sinagogas em Belém do Pará - "Shaar Hashamaim" - Porta do Céu - e "Essel Abraham" - Dedicção a Abrahão.

A primeira, conforme estatística realizada pela Quarta Secção da Repartição de Estatística do Rio de Janeiro, em 1917, é do ano de 1824 e a segunda, de 1889 (15).

Analizamos um total de 91 atas manuscritas referentes a essas duas Sinagogas, material esse ainda inédito (16). Em termos de importância o material representado pelas atas da Sinagoga "Shaar Hashamaim" é muito mais significativo, pois através desse material acompanhamos, paralelamente ao processo da construção do Templo, todo o processo da organização da comunidade como tal.

Atas e Estatutos da Sinagoga "Shaar Hashamaim"

As atas dessa Sinagoga, formada nas primeiras décadas do século passado, datam desde o ano de 1906 e constam do seu primeiro livro. Nesse livro está contido todo o caminho percorrido pela comunidade, até chegar ao seu objetivo principal que era a compra de um terreno adequado para a construção de seu Templo. A primeira ata de 1906 registra a reeleição do Sr. Elias Leão Israel como presidente, Sr. José M. Benzecry como vice-presidente, Sr. Isaac Benzaquem como tesoureiro, Sr. Salomão M. Pinto, Sr. Isaac Azancoth e Sr. J. Bensimon como secretários. Essa ata nos leva a concluir sobre a existência de uma diretoria anterior, cujas reuniões não foram registradas.

O Sr. Benzaquem, conforme a ata de 1906 propõe a elaboração de um estatuto que traçasse os parâmetros e diretrizes a serem seguidos pelos associados da Sinagoga, conforme análise mais adiante (17).

A atual diretoria da Sinagoga, desconhece a existência de quaisquer documentos anteriores relativos à "Shaar Hashamaim". Com a inauguração do Templo, em 1943⁽¹⁸⁾, iniciou-se o segundo livro de atas, onde constam os dizeres: "Em virtude de estar este livro impróprio para que nelle continue a serem lançadas as atas da Diretoria, fica encerrado, desde a data da sessão realizada no dia 18 de setembro do mesmo anno - A ata da sessão realizada no dia 6 de junho de 1943 será a primeira do novo livro - Belém, 15-6-1943 - Abraham Athias".

As demais atas registram, minuciosamente, todas as vicissitudes por que passava a comunidade. Tratam de decisões a serem tomadas no sentido de angariar numerário através da realização de quermesses, venda de ações, hipoteca do próprio prédio e, até mesmo, a utilização do terreno para a construção de quartos de madeira destinados a aluguél.

Embora tenha sido essa uma luta de toda a comunidade judia marroquina de Belém do Pará, seu principal guerreiro foi o Sr. Leão Elias Israel, figura significativa e carismática dentro da comunidade de então. Seu nome esteve sempre ligado à Diretoria, fosse como presidente, tesoureiro ou qualquer outro cargo⁽¹⁹⁾. Pode-se avaliar o que significou, em termos de trabalho, tomar a frente de um empreendimento desse vulto, através de suas próprias palavras: "Dignos membros de nova Diretoria da Sinagoga Shaar Hashamaim. Bem sabeis que convoquei por duas vezes pela imprensa ao 'Kahal Kadosh'⁽²⁰⁾ para uma assembléia geral, com o fim de elegerem uma nova Diretoria, de acordo com os estatutos. A esta sessão somente compareceram eu e o sr. secretário sr. Jacob M. Benzecry e alguns poucos correligionários, não havendo número legal para funcionar. Em vista dessa falta de

vontade ou coisa que o valha de nosso 'Kahal', quis aproveitar-me de um dia de páscoa com que nossos irmãos não faltam felizmente a nossa sinagoga, para nessa ocasião consultar a vontade do 'Kahal' sobre os membros que devem formar a nova diretoria da sinagoga. Assim o fiz no dia 3 deste mes mas VVSS também não estiveram presentes. Não sei porque motivo o 'Kahal Kadosh' teve a amabilidade de indicar o meu nome para continuar como presidente e bem vistas a relutância que eu opuz em aceitar porque conheço a fundo e muito que se tem a luta neste cargo cheio de dificuldades, porem de um lado a insistencia do 'Kahal' e de varios amigos a quem devo consideração e de outro lado o desejo imenso que tenho de vermos levar a cabo a edificação de um Templo no terreno por nós adquirido, fizeram-me aceitar tão honroso cargo, sendo finalmente feito por aclamação, visto se não poder escrever nesse dia. Assim continuo eu como presidente, Jacob Cohen como vice acompanhado do sr. Moyses L. Israel, Salomão M. Pinto como tesoureiro, Jacob M. Benzecry, 1º secretario e Jacob Benzaquem, como 2º Secretário".

Apesar de todo o empenho, a dificuldade na compra de um terreno adequado persistiu, pois nota-se, através das atas que, por volta do ano de 1926, a Sinagoga ainda não possuía o seu próprio prédio, funcionando em seu antigo endereço, a Praça Barão do Rio Branco ⁽²¹⁾. Entretanto, já havia sido realizada a compra de um prédio sito à Trav. Campos Salles 26, onde desejavam instalar, definitivamente, o Templo.

A propósito desse prédio, instaurou-se dentro da comunidade, uma acirrada polêmica, fruto, quem sabe, da grande ansiedade do grupo em ver a sua Sinagoga transformada em Templo. De um lado estavam os que defendiam a idéia da reforma do prédio comprado à Trav. Campos Salles como a solução ideal, dado o tempo já dispendido. Do outro lado estavam aqueles que combatiam a idéia da reforma, por entendê-la como um retrocesso no processo de desenvolvimento da comunidade. Entre esses últimos estava o Major Eliezer Levy, sobre quem falaremos mais adiante. Este, pedindo a pa

lavra dizia "... não devemos retroceder mas sim avançar, acompanhando o progresso dos israelitas de outras partes, os quaes tem-se salientado pelo esforço titanico com que progredem no syonismo".

Citando ainda a frase de um rabino acrescentava que "... todas as obras organizadas em nome de Deus são realizadas, enquanto as que não o são em seu nome cahem pela base. Depois de iniciada uma boa obra ela é terminada, porque ninguém vendo-a progredir se esquivava de concorrer com o seu concurso, consciente de que pratica uma boa acção" (22).

O Major Eliezer Levy mostrava, de um lado, os inconvenientes de uma adaptação pura e simples de um prédio velho, e, por outro lado, as vantagens de uma construção moderna, que mais tarde viria atestar o devotamento da comunidade judia marroquina de Belém do Pará à Santa Lei. Terminou o discurso pedindo encarecidamente que todos "apoiassem e concorressem para o engrandecimento da comunidade israelita da capital".

A rigor, por trás dessa polêmica estava o principal motivo da demora na tomada de uma posição final — a falta de numerário — (23). Esse problema foi superado em 1932, quando então surgiu a oportunidade da compra de um terreno ideal, localizado à rua Arciprestes Manoel Teodoro, 136, ao preço de 23 contos de réis (24). A partir daí a construção foi iniciada e o Templo foi inaugurado em 1943 (25). Sua diretoria era, então, composta pelo Sr. Jayme Pazuello, presidente, Sr. José Zagury e Samuel L. Benchimol, 1º e 2º vice-presidentes, Abraham Athias, 1º secretário, e Samuel José Benzecry, tesoureiro.

Conforme depoimento do Dr. Judah Eliezer Levy, filho do Major Eliezer Levy, fundador do jornal "Kol Israel" — Voz de Israel —, o projeto da Sinagoga foi entregue ao arquiteto italiano Hugo Furini, que, tendo de voltar à Itália durante o período da Segunda Guerra Mundial, entregou-lhe a incumbência do término do empreendimento, sendo ele na ocasião ainda estudante (26).

A Sinagoga "Shaar Hashamaim" elaborou, ao longo de sua história, dois estatutos ⁽²⁷⁾. O primeiro foi legalizado e dado a público em 1911, vigorando até o ano de 1943, data da inauguração do Templo "Shaar Hashamaim" ⁽²⁸⁾. Esse primeiro estatuto era composto de 11 capítulos ⁽²⁹⁾ e teve a função de organizar e legalizar a comunidade religiosa, como também de dirigir essa comunidade no sentido da compra de um terreno e da construção do Templo. Quando da elaboração desse estatuto, a diretoria da Sinagoga era composta pelos Srs. Lasaro José Israel, presidente, Isaac Azancoth e Moyses L. Israel, vice-presidentes, Abraham J. Bensimon e Jacob Messod Benzecry, secretários, Elias Leão Israel, tesoureiro.

As atribuições de cada um dos membros da diretoria eram especificadas ao longo dos itens do estatuto. Quanto aos sócios estes eram classificados como contribuintes, honorários e beneméritos. As assembléias eram convocadas através da imprensa, com antecipação de cinco dias, dando assim condições para que todos os seus componentes comparecessem. Essas assembléias poderiam ser ordinárias, tendo lugar uma vez por ano e extraordinárias, quando houvesse um assunto de interesse mais urgente.

O segundo estatuto, datado de 12 de maio de 1943 não apresentava mudança estrutural. Entretanto é mais completo que o anterior, apresentando 13 itens, subdivididos em parágrafos e artigos ⁽³⁰⁾. Seu objetivo, entretanto, se alargava no sentido de fomentar cada vez mais os princípios religiosos da Lei de Moisés, procurando congregar, através das solenidades religiosas, todos os israelitas, associados ou não.

O quadro social era formado pelos sócios já existentes e os que seriam admitidos na forma estabelecida pelo próprio estatuto: "ser israelita, de qualquer nacionalidade, ser maior de 13 anos, ser apresentado por sócio em dia com as suas obrigações sociais, ser aceito pela diretoria".

O estatuto previa quatro categorias de sócios — contribuintes ou efetivos, honorários, beneméritos e correspondentes —.

Esse estatuto, elaborado dentro de padrões democráticos, reconhecia a qualquer sócio o direito de votar, e de concorrer a cargos eletivos, desde que fosse maior de 21 anos. Incentivava ainda a participação ativa de membros da Sinagoga, através do encaminhamento oral ou por escrito, de sugestões de interesse do próprio Templo. Entretanto, esses sócios poderiam sofrer penalidades no caso de infringir o estatuto, fosse pelo não pagamento de suas mensalidades ou por comportamento inadequado dentro da Sinagoga. Para tanto, esse estatuto fez-se acompanhar por um Regimento Interno.

Tanto o segundo estatuto como o anterior definiam as atribuições do corpo diretivo, formado por um presidente, dois vice-presidentes, secretários, tesoureiros, conselho fiscal, conselho deliberativo, eleito por um período de quatro anos. Essa diretoria reunir-se-ia, em princípio, uma vez por semestre e todas as vezes que houvesse necessidade.

O patrimônio era constituído pelos bens imóveis e móveis, pelas relíquias e alfaias religiosas. Seus haveres compunham-se de fundo de reserva e fundo disponível. O fundo de reserva era constituído pelos excessos anuais da receita sobre a despesa e seria transportado para o patrimônio no fim do seguinte exercício, caso não houvesse outra aplicação. O fundo disponível era constituído pela renda ordinária do Templo, pela mensalidade dos sócios e pelos rendimentos dos bens.

Esse estatuto afora o mérito de ter dado forma jurídica ao Templo "Shaar Hashamaim", trouxe-nos uma formação valiosa para o trabalho. Embora formalizada em 1943, podemos confirmar que a comunidade religiosa de Belém do Pará existe desde o início do século XIX, conforme o que

sê lê logo em suas primeiras linhas: "... com a denominação Sinagoga Shaar Hashamaim fundada anteriormente ao ano de 1840 com sede então a rua da Industria, hoje Gaspar Viana, na cidade de Belém, estado do Pará, república dos Estados Unidos do Brasil pelo sr. Leão Israel. Mais tarde esta sinagoga denominou-se Sociedade Beneficente Shaar Hashamaim e agora com a construção do Templo, passou a denominar-se Templo Shaar Hashamaim, ficando organizada com fundamento no artigo 122 inciso nº 4 da Constituição Federal de 10-11-1837 e artigos 18 e 19 do Código Civil" (31).

Atas da Sinagoga "Essel Abraham" - Dedicção a Abraham

Quanto à "Essel Abraham", fundada por Abraham Acris, existe uma polêmica em relação à data de sua fundação. Dados oficiais registram a data de 1889 (32), enquanto que a historiografia existente, baseada em tradição oral, registra a data de 1826 (33). Acreditamos que a data correta seja mesmo a de 1889, se levarmos em conta a informação contida em artigo escrito em 1917 por J. Benedito Cohen, no jornal "A Columna" (34), segundo o qual essa Sinagoga existia há aproximadamente 40 anos. Na ocasião em que Cohen escreveu o artigo, o Sr. Acris encontrava-se morando em Lisboa.

A documentação do século passado poderia nos ajudar a resolver esse impasse. Contudo, se houve, a mesma encontra-se perdida. Dessa Sinagoga possuímos o registro desde o ano de 1925, data que coincide com o da compra do prédio à Trav. Campos Salles, 733.

A sua diretoria era, então, composta pelos Srs. Samuel S. Marques, Moyses S. Levy, Eliezer Levy e Isaac Roffé.

Essa Sinagoga funcionou até o ano de 1939 em condições precárias e a partir de então alguns componentes como Marcos Abitbol, Moyses S. Levy, Judah Eliezer Levy, Alberto Serfaty, Jayme Bentes resolveram tomar pulso e começaram a idealizar a construção de um novo prédio, onde pudesse fun-

cionar o Templo "Essel Abraham". Esse sonho começou a se concretizar a partir do ano de 1946, e em 1950, deu-se a sua inauguração. À frente do projeto e da construção encontrava-se novamente o Dr. Judah Eliezer Levy, agora já engenheiro formado. Conforme depoimento de sua irmã, Chana Levy Soares, residente em Belém do Pará, o engenheiro Yuda Eliezer Levy, filho do Major Eliezer Levy, foi considerado "o pioneiro dos edifícios de cimento armado de Belém, recebendo a Comenda da Rondon" (35).

A análise das atas das Sinagogas "Essel Abraham" e "Shaar Hashamaim" evidenciou o comportamento democrático de seus elementos, embora não tenha havido uma regularidade na realização de suas assembleias. Essas reuniões realizavam-se, em geral, quando da necessidade de se resolverem problemas referentes à manutenção, aquisição de bens ou de material, ou de se eleger nova diretoria (36).

Os dois Templos ainda existem em Belém do Pará, congregando em seus recintos os descendentes dos primeiros marroquinos que chegaram ao Norte do Brasil, no início do século XIX.

2. Ajuda teu próximo - "Hebra Guemilut Hassadim" - Sociedade Caridade de Israel

A Sociedade Exercício Caridade de Israel "Hebra Guemilut Hassadim" é uma sociedade sagrada, de organização comunal, que se dedica, além do trabalho de beneficência e de caridade, ao ritual de enterros. Dar sepultura é a última assistência prestada a um ser humano e entre os israelitas esse é um dever reconhecido e cumprido desde a mais remota antiguidade. Essa atividade obedece a um dos preceitos rabínicos fundamentais da religião judaica (36a).

A "Guemilut Hassadim" é uma das maiores virtudes sociais do judaísmo, abarcando todas as formas de assistência e socorros ao seu semelhante. Segundo o Talmud (37), a "Guemilut" representa um dos três pilares do pensamento

judaico juntamente com a "Torá" -Lei - e "Avoda" - Trabalho e/ou Prática dos serviços religiosos.

A beneficência teve, portanto, um raio de ação bastante amplo, englobando a assistência a vivos e a mortos (38).

"Quem negar a obrigação da 'Guemilut', nega os fundamentos do judaísmo" (39). Foi dentro desse princípio que a comunidade judia marroquina do Pará fundou, em 1890, uma sociedade denominada Exercício Caridade de Israel, que teria como princípio, justamente os ditames de sua religião milenar. Essa beneficência, que antes era feita de forma individual e assistemática, pôde transformar-se em entidade legal e oficial graças à abertura religiosa proporcionada pela Proclamação da República.

Uma carta circular distribuída à coletividade judaica comunicava a formação dessa sociedade, cujo objetivo era, exatamente, fazer com que a "sociedade não visse mais morrer em abandono os seus irmãos como havia acontecido com dois deles, que morreram sem socorros sejam alimentícios ou terapêuticos". Através dessa mesma circular seus fundadores solicitavam o envio de qualquer donativo que pudesse ajudar na solução dessas situações dramáticas (40).

A circular fazia-se acompanhar do primeiro estatuto da sociedade, que levava a assinatura de Salon Serikui Benarus, interventor, Leão Israel, protetor, Rabby Fortunato D'Avilla, presidente, Isaac Bensimon, vice presidente, Jacob Sabba, síndico, Jacob M. Bensimon, 1º secretário, Abrão Zagury, 2º secretário, e Michael Israel, tesoureiro.

A Secularização dos Cemitérios

Outra consequência da abertura política outorgada na época da primeira Constituição foi a secularização dos cemitérios (41). Esse problema foi debatido durante o governo provisório e gerou polêmicas. É importante mencionarmos aqui a posição favorável do jurista Rui Barbosa em relação

a uma organização mais liberal dos cemitérios, afirmando que: "... a fundação de cemitérios é uma consequência da liberdade religiosa. A religião não se limita aos vivos, antes, estende-se aos mortos, com a diversidade de cerimônias fúnebres ..." (42).

É sabido que os enterros durante o período colonial eram feitos nas Igrejas, nos mosteiros, nos conventos e outros lugares sagrados. As leis coloniais não permitiam que no campo bento fossem sepultados indivíduos acatólicos, escravos, excomungados e os supliciados, que eram sepultados em locais afastados da cidade.

Essa situação perdurou, praticamente, até o início do século XIX, quando então o governador do Pará, Dr. Francisco de Souza Coutinho, entendendo que o sepultamento dentro da cidade causava danos à saúde pública (43), escolheu um lugar fora da cidade para um ou mais cemitérios públicos (44) onde fosse feito o sepultamento de todo e qualquer indivíduo, sem distinção. A medida, no entanto, não encontrou apoio da sociedade, pois os mais abastados continuaram enterrando os seus mortos em solo sagrado e os demais eram sepultados numa pequena área do Largo da Pólvora, atual Praça da República (45).

Em 1850, Belém do Pará viu-se atacada por uma epidemia de febre amarela. Nesse ano chegavam ao seu porto, procedentes de Recife, a barca dinamarquesa Pollux e a gharrua brasileira Pernambucana trazendo a bordo doentes atacados do mal da febre amarela, que rapidamente se alastrou, matando muitas pessoas (46). Outras epidemias como a do cólera-morbus, em 1855, aumentaram o número de óbitos, tornando premente a necessidade de novos locais destinados aos cemitérios (47).

O primeiro cemitério público inaugurado em Belém foi o de Nossa Senhora de Soledade, em 1850, que recebia, no entanto, somente os mais abastados e católicos (48). Somente em 1874 apareceu uma segunda necrópole, o Cemitério Santa

Izabel, - que passou a receber a todos, sem exceção - pobres, escravos, vítimas das epidemias e não católicos -.

A criação desse cemitério é um marco na história da comunidade judia marroquina do Pará. Por sua concepção mais democrática, esse cemitério abriu-se a várias ordens religiosas católicas como a Ordem da Misericórdia, Ordem Terceira de São Francisco e do Carmo, Irmandade Militar do Senhor Cristo e a outras religiões como a protestante e a hebraica (49).

Antes da fundação do Santa Izabel, em Belém do Pará, e mesmo antes da formação do cemitério católico da Soledade, em 1850, sabemos que na maioria dos locais onde os "hebraicos" viveram, providenciaram locais específicos para sepultar os seus mortos. O trabalho sistemático realizado pelo casal Frieda e Egon Wolff (50), a partir de pesquisa de campo, revelou a existência de uma necrópole israelita fundada em 1842, com 29 lápides, sendo a primeira a do Rabi Mordechai Hacohen e a última do Rabi Mordechai Laredo, do ano de 1881. Além das 29 lápides citadas, existem ainda três, em terreno que hoje pertence aos jardins da Escola Kennedy.

A ala destinada aos hebraicos no cemitério de Santa Izabel, a partir de sua fundação, em 1874, foi organizada por Judah Elias Israel e possui, aproximadamente, 393 lápides, segundo levantamento do casal Wolff. A ala nova do cemitério israelita de Santa Izabel foi comprada da municipalidade, em 1930, por Isaac Jayme Roffé, em memória de sua mãe Hanna Roffé, conforme placa afixada na entrada, e possui aproximadamente 200 lápides. (51).

As mesmas epidemias, antes circunscritas à capital, começaram a assolar também o "hinterland" amazônico, agravadas ainda pelo paludismo, provocando o surgimento ali de vários cemitérios (52). No entanto, sobre os sepultamentos dos "hebraicos" realizados no interior, não existe um trabalho sistemático. Nossa pesquisa, conseguiu, através da colaboração de pessoas da comunidade judaica, detectar a exis

tência de alguns cemitérios judaicos como o de Cametã, fundado em 1860, com 66 sepulturas ⁽⁵³⁾; o de Santarém, fundado por volta do ano de 1880, com 40 sepulturas ⁽⁵⁴⁾; o de Itacoatiara, também do século passado, com 27 sepulturas ⁽⁵⁵⁾; o de Óbidos, já do início do século XX, com 15 sepulturas ⁽⁵⁶⁾; o de Manacapuru, igualmente do início desse século, de cujas lápides apenas três puderam ser decifradas ⁽⁵⁷⁾; e o de Maricoré (informação trazida pelo jornal A Columna) ⁽⁵⁸⁾.

A necessidade de uma organização — A "Guemilut" e seus estatutos

O primeiro estatuto da Sociedade Exercício de Caridade de Israel, elaborado por uma diretoria provisória, presidida pelo Sr. Elias Leão Israel, seguiu juntamente com a carta circular enviada a todos os judeus marroquinos da Amazônia. Foi aprovado em 4 de maio de 1890 pela Sociedade e aprovado, igualmente, pelo Palácio do Governo do Estado Confederado do Pará, em 27 de maio de 1890, na pessoa do Dr. José Paes de Carvalho, vice-governador do Estado ⁽⁵⁹⁾.

O estatuto dessa Sociedade estabelecida em Belém compunha-se de nove capítulos ⁽⁶⁰⁾ nos quais estava descrita a forma da organização da Sociedade Exercício de Caridade de Israel, que funcionaria por tempo indeterminado. Sua diretoria teria, entre suas várias atribuições, gerenciar a prestação de socorros e benefícios a associados ou não. Era composta de um presidente, um vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro, um síndico e um interventor, eleitos por votos, como convinha a uma sociedade democrática. Não era privilégio exclusivo da diretoria convocar as reuniões, que poderiam ser convocadas pelos associados, se este fosse o desejo de dois terços dos mesmos. Para fazer parte de seu corpo diretivo, era necessário que os candidatos "justificassem a sua boa conduta moral, santificassem os sábados e fossem prudentes e morigerados".

Uma vez eleitos, os nomes seriam notificados pela imprensa, e no caso da dissolução da Sociedade, o fundo existente em caixa seria depositado em nome de congregações em Jerusalém.

O capital da Sociedade constituía-se de jóias, remissões, donativos e mensalidades, que eram depositados em casas de crédito que oferecessem melhores vantagens e segurança.

Sua sede, instalada num edifício da Rua da Indústria, 114, no mesmo local onde funcionava, na ocasião, a Sinagoga "Shaar Hashamaim", contou, inicialmente, com uma sala, onde um enfermeiro e um médico de plantão prestavam os primeiros socorros. Posteriormente, esse atendimento passaria a ser oferecido através de convênios com hospitais.

Entre os benefícios que esta Sociedade se propunha a oferecer estavam: fornecimento de remédios, auxílio pecuniário aos necessitados, sócios ou não, auxílio-funeral, assistência à família do falecido, em caso de indigência, e apoio financeiro, em caso de mudança por exigência médica.

A condição para se associar a essa entidade era o pagamento de uma jóia e uma mensalidade, condição que poderia ser abolida caso o pretendente não tivesse condições financeiras. Nesse caso, ele ficaria obrigado, sempre que necessário, a prestar qualquer tipo de serviço. A moral e os bons costumes eram condições *sine qua non* para a manutenção do direito de pertencer a essa sociedade sagrada.

As atas que utilizamos foram as primeiras elaboradas pela "Guemilut" ⁽⁶¹⁾ e são de, aproximadamente 10 anos após a organização do estatuto. Por ocasião da elaboração da primeira ata, em 8 de julho de 1900, estavam presentes 66 associados. A sessão foi aberta pelo Sr. Elias Leão Israel, presidente da diretoria provisória. Usando da palavra o mesmo explicou que os motivos da reunião eram a eleição de uma Diretoria efetiva e a aprovação dos estatutos, por todos os sócios.

Manifestando desejos de prosperidade e harmonia dentro da sociedade pedia, ao mesmo tempo, a colaboração de todos em prol dos interesses da mesma. Quem presidiu os trabalhos dessa primeira eleição foi o Sr. Isaac David Bemya-

ra e votaram 63 pessoas, sendo escolhida a primeira Diretoria dessa sociedade sagrada, que ficou assim constituída: Sr. Elias Leão Israel, presidente; Isaac Bensimon, vice-presidente; Menasses Bensimon, tesoureiro, Salon S. Benarus, 1º secretário; Saul Cagy, 2º secretário; Rabby Messod Dabela, chefe espiritual.

Por ocasião da segunda reunião, a Diretoria já empossada, decidiu-se pela ampliação do seu quadro de associados e pela angariação, o mais rápido possível, de fundos, para que, assim, a sociedade pudesse fazer frente às suas despesas. O intuito da mesma era estender seus benefícios a todos os judeus, fossem eles da capital ou do "hinterland" amazônico. Nesse sentido, a Diretoria trabalhou rapidamente, pois, sabendo que um considerável número de judeus vivia no interior, nomearam os elementos mais representativos do local para tomarem a frente dessa incumbência. Foram eles: O Sr. Salomão Zagury na região do Tocantins; o Sr. Leão Benchi mol em Macapá; os Srs. Leão Zagury e Fortunato Athias em Gurupá; o Sr. Jacques Aben Athar em Santarém; os Srs. Abraham D. Cohen e Isaac Athias em Itaituba; o Sr. Alberto Benayon em Parintins; o Sr. Jacques Baruel em Curvalinho; o Sr. Simão Benjô em Manaus; os Srs. Isaac Barros e Jacob Levy em Manacapuru; os Srs. Samuel Tobelem e Moyses Benarus em Alenquer; o Sr. Moyses Athias em Itacoatiara; o Sr. Moyses Essaqui em Maué; o Sr. Miguel Marques em Codajaz; o Sr. José M. Bemergui em Tefé; o Sr. David B. Alves em Iquitos; o Sr. Moyses Toldano na região do rio Madeira e o Sr. Lazaro J. Israel.

3. A Missão Ética - a) "Kahal Kadosh" - Comunidade Sagrada da Congregação Hebraica do Pará
b) A Associação Beneficente Israelita

Uma vez organizada em termos de objetivos e estatutos, a Sociedade modificou a sua denominação de Sociedade Exercício Caridade de Israel para "Kahal Kadosh da Congregação Hebraica do Pará", ou "Comunidade Sagrada da Congregação Hebraica do Pará", cujo estatuto, distinto do anterior, e impresso, foi oficializado em 1903 (62).

1952/1953

Segundo esse estatuto, que possuía 14 capítulos (63), e se fazia acompanhar de um regulamento interno, a Congregação teria "duração perpétua, enquanto houvesse no Pa-
rá hebreus, tanto do rito sefaradi como askenazi". Essa Congregação, possuidora embora dos mesmos princípios e objetivos da anterior no que se referia à assistência e à religião, incorporou um novo objetivo que era o de "defender os irmãos de qualquer perseguição injusta que por acaso pudessem sofrer em todo o Estado".

Esse fato representa um avanço em relação à organização anterior, na medida em que a beneficência se amplia, passando aqui a abranger, também, a assistência jurídica, dentro do Estado. A entidade toma a si a incumbência de defender e representar a comunidade dentro da sociedade mais ampla.

De acordo com o estatuto dessa Congregação, eram considerados membros todos os que professassem a religião judaica. Seriam contribuintes todos os de maior idade, incluindo as moças, desde que autorizadas por seus progenitores. Este aspecto representou um outro avanço da sociedade de então, na medida em que facultava às mulheres o direito de participar, ativamente, da organização comunitária.

Os sócios deveriam contribuir mensalmente, e a falta ou atraso no pagamento das mensalidades acarretaria a perda do direito de discussão e votação nas assembléias, que seriam ordinárias, realizadas anualmente, e extraordinárias, convocadas pelo presidente, sempre que necessárias.

O primeiro corpo diretivo dessa Congregação compôs-se dos seguintes elementos: Presidente - Ignácio Obadia; Vice-Presidente - Jacob Aflalo; 1º Secretário - Abraham Jaime Bensimon; 2º Secretário - Salomão José Benjô; Tesoureiro - Elias Coriat.

Vogaes: Simão Levy, Moisés S. Marques, Abraham Larrat, José Benzecry, Jacob Cohen, Moyses Serfaty e Miguel Gabizon.

Além destes havia a colaboração de pessoas que não pertenciam à Diretoria, como os Srs. Maximiniano Bensimon, Isaac J. Benzaquem, entre outros.

Atas da Associação Beneficente Israelita

A organização comunitária formalizada e oficializada em 1890 sob a denominação de "Hebra Guemilut Hassadim" e que, em 1903, passou a denominar-se "Kahal Kadosh" da Congregação Hebraica do Pará, foi, ao longo dos anos, adquirindo uma complexidade cada vez maior. Isso fez com que surgisse uma necessidade de redistribuição de atribuições. Assim, a "Hebra Guemilut Hassadim", com um corpo diretivo próprio, passou a ter como encargo, apenas a administração dos sepultamentos segundo os rituais hebraicos. Essa tendência de separação de funções fez surgir, ainda em 1915, um novo órgão, que se incumbiria da beneficência propriamente dita, atribuição que no início da formação comunitária, fora exercida, primeiramente pela "Hebra" e, posteriormente, pela "Kahal Kadosh" (64).

Esse órgão tomou o nome de Associação Beneficente Israelita (65), tendo sido preterido o nome de Sociedade União Recreativa e Beneficente Israelita inicialmente proposto (66). Sua primeira Diretoria recaiu sobre os nomes de J.J. Aben Athar, presidente, David Sicsu, vice-presidente, Mimon Nahon, 1º secretário, Menasses Bensimon, 2º secretário, Samuel Marques, tesoureiro e Moyses Sabbat, orador.

Da análise das atas dessa Associação, identificamos como uma das suas primeiras preocupações a de quantificar e descrever a comunidade judaica, criando um cartório de registro próprio de nascimentos, casamentos e óbitos, "cientes da importância em se saber, pelo menos aproximadamente, o número de judeus marroquinos que viviam na região amazônica" (67).

Essa Associação teve a preocupação de estender suas ações para além dos limites da beneficência propriamen-

te dita. Por inspiração do Major Eliezer Levy, fundador do jornal "Kol Israel" - Voz de Israel, a Associação participou, em 1917, no Rio de Janeiro, do Primeiro Congresso Israelita (68), organizado pelo Dr. David José Perez, fundador do jornal "A Columna" (69).

Outra realização da Associação Beneficente do Pará foi a fundação, em 1919, ainda pelo Major Eliezer Levy, então presidente da entidade, do Externato Misto (70). Essa escola tomou o nome de Chaim Weizmann, líder do Sionismo Internacional na ocasião. Esse externato foi oficialmente instalado em 15 de novembro de 1919, com a presença do governador do Estado, Dr. Lauro Sodré, e o Intendente Municipal de Belém, Dr. Antonio Martins Pinheiro.

Ainda por iniciativa do próprio Major Eliezer Levy, fundou-se a Biblioteca Max Nordau, em homenagem ao escritor judeu que presidiu, em 1897, ao Primeiro Congresso Judaico da Basiléia.

Essas realizações, segundo palavras de Eliezer Levy, "seriam o espelho da consciência de que nenhuma sociedade que se preze podia ficar sem cultura". Manifestando sua satisfação, acrescenta que "dentro de pouco tempo os israelitas do Pará estariam ocupando o lugar que lhes era destinado ao lado dos mais cultos e que melhor sabiam cumprir os seus deveres cívicos (71).

4. Conquista da Maturidade - O Comitê Israelita do Pará - Atas

Sentindo a necessidade de comunicação e integração com a sociedade mais ampla e com o mundo em geral, a comunidade israelita do Pará, já organizada para a solução dos seus problemas básicos imediatos, voltou seu interesse para questões que extrapolavam a vida interna da comunidade. Decidiram, então, pelo estabelecimento de um órgão central que servisse como coordenador das diversas funções do grupo judeu-marroquino-brasileiro e que, ao mesmo tempo, fosse a via de comunicação entre essa comunidade e o universo exterior. Formou-se, então, em 1918 (72), o Comitê Israelita do

Pará, que seria o núcleo catalisador dos objetivos das duas organizações pré-existentes, a "Hebra Guemilut Hassadim" e a Associação Beneficente do Pará. Sua primeira Diretoria ficou assim constituída: Presidente - Sr. Salomão M. Marques, Vice-Presidente - Sr. Simão Benjô, 1º Secretário - Sr. Moyses Serfaty, 2º Secretário - Sr. Mimon A. Nahon.

O Comitê, fiel aos objetivos de integração, preocupou-se em fazer com que a comunidade judia marroquina participasse das comemorações e datas cívicas (73). Assim, por ocasião da comemoração do Centenário da Independência do Brasil, deu-se a primeira manifestação pública da comunidade, que integrou o desfile comemorativo à data, ao lado das demais comunidades que viviam em Belém do Pará, com o seu carro alegórico hasteando a bandeira de Israel (74).

Essa participação nos festejos foi defendida e bem recebida por todos os integrantes da comunidade uma vez que "os marroquinos já estavam presentes na Amazônia desde as primeiras décadas do século XIX, aqui constituíram famílias, gozavam das garantias de liberdade oferecidas pelo governo brasileiro e, dessa forma, os israelitas não podiam ficar alheios a tal participação, porquanto no descobrimento do Brasil e no estabelecimento de suas primeiras colônias, os judeus de Portugal prestaram o mais valioso concurso e o mais eficaz trabalho em prol de seu engrandecimento" (75).

Essa participação e essa integração não passaram despercebidas do governo paraense e membros da comunidade foram convidados para a recepção oferecida no Palácio do Governo por ocasião dos festejos (76).

Além da projeção conseguida internamente, através de suas atividades econômicas, sociais, culturais e políticas, a comunidade amazônica logrou fazer-se reconhecer também no exterior. Em 1922, o Comitê do Pará recebia a visita do Sr. J. Sequerra (77), que desenvolvia trabalhos de beneficência na comunidade marroquina de Lisboa. Em 1923 foi a vez dos rabinos Menahem Nebdel Cohen (78) e Jehya Dahab (79) que, tendo conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pela comu-

nidade amazônica, para lá se dirigiram a fim de solicitar ajuda a seus irmãos marroquinos de Jerusalém.

Da mesma forma como a "Hebra" e a Associação Beneficente, seus órgãos integrantes, o Comitê organizou um Regimento Interno composto de cinco capítulos e 23 artigos⁽⁸⁰⁾ e caracterizou-se por um comportamento estritamente democrático.

Foi o Comitê Israelita do Pará a expressão acabada da maturidade alcançada pelo grupo judeu-marroquino em Belém do Pará, um grupo que, tendo chegado ao Brasil, especificamente para a Amazônia brasileira e vivido como caboclo, foi pouco a pouco se organizando no sentido de, cada vez mais, se afirmar como grupo étnico religioso, garantindo, ao mesmo tempo, seu espaço dentro da sociedade que o acolhera.

5. E os Judeus de Manaus?

Os judeus que integrariam a comunidade judia-marroquina do Estado do Amazonas, assim como os de Belém do Pará, viviam dispersos por vilas e cidades de toda a Amazônia, mantendo, embora de forma incipiente, as suas tradições. Por ocasião das Grandes Festas Judaicas era costume reunirem-se em casa de algum correligionário, para, em conjunto, comemorarem sua passagem⁽⁸¹⁾.

Esses pioneiros, em decorrência da decadência econômica da borracha, começaram a emigrar para Manaus, onde, ao mesmo tempo em que lutavam para reconstruir suas vidas, despertaram para a necessidade da organização de sua comunidade, que englobava sinagogas, cemitérios, Comitê e clubes.

A documentação de que dispomos em relação à formação dessa comunidade é escassa. Sabemos que o Comitê Israelita do Amazonas foi fundado em 25 de junho de 1929 e seu estatuto publicado 20 anos mais tarde⁽⁸²⁾. Acreditamos que durante todo este tempo a comunidade tenha registrado em atas

todas as suas atividades, anseios e objetivos. Infelizmente não tivemos acesso a esses primeiros registros e os dados que possuímos foram fornecidos pelo Prof. Samuel Isaac Benchimol de Manaus, em depoimento escrito (83), como também através de algumas cópias de documentos pertencentes à comunidade.

Segundo o Prof. Samuel Benchimol, de Manaus, a organização dessa comunidade deveu-se a trabalhos de pioneiros cujos nomes citamos: Rafael, Isaac e Samuel Benchimol, Isaac Peres, Rafael Benayon, Isaac Israel Benchimol, Jacob Azulay, Jacob Abecassiz, David José Israel, Jacob e Abraham Benoliel, Ambrósio, Jacob, Leão e Augusto Ezaqui, Mimon, Isaac e Jacob Sabbá, Isaac Benzecry, Abraham e Isaac Pazuelo, Eduardo, Alberto, Moyses e Morluf Levy, Samuel, Ohana e Salvador Bemergui, Salomão Levy, Abraham Cohen, Rubens Salgado, Isaac Benzaquem, Elias e Carlos Serfaty, Salon e Salomão Benemond, Alberto Abecassiz, Simão Benchimol, Isaac Aguiar, Salomão e Elias Bemuyal, Isaac Abensur, Marcos Esquenasi, Lazaro e Saleim Tayahm, David Matalon, Alberto Kahané, Leão Cohen, Nuta Pecher, Abraham Alves, Rubens Israel, Pacífico Ezaqui, José Siqueira, Salomão Israel, Abraham Larrat, Abraham Azulay, Miguel Cohen, Isaac Cagi, Rafael Assayag, Fortunato Cohen, Meyr Azulay, José Larrat, Felix Fink, Saul Benesby, Moyses Benoliel, Leão Bentolila, Isaac Hanam.

O estatuto desse Comitê compôs-se de sete capítulos e 65 artigos (84) e não difere, substancialmente, dos estatutos das demais organizações comunitárias judaicas. Formado por número ilimitado de sócios e com duração indeterminada, tinha como objetivo "assistência moral, educativa, religiosa e social". Possuía personalidade jurídica própria, o que o habilitava a representar o interesse da comunidade judaica marroquina no âmbito estadual, federal ou internacional.

Esse Comitê, repetindo as palavras do Prof. Benchimol em seu depoimento, "funciona dentro dos conceitos e princípios comunitários judaicos, pois representa a sociedade amazonense em toda a sua plenitude organizacional, tanto no

que se refere à sua vida externa como interna. Tem por fim promover a união e o conagraamento de todos os elementos da comunidade, fomentar os princípios da formação física, intelectual, moral e religiosa, não só da infância, como também da juventude israelita, despertando, ao mesmo tempo, o seu espírito de obediência e amor às instituições brasileiras".

Foram esses mesmos pioneiros, que liderados pelo empenho do Sr. Isaac Perez, fundaram em 1924, antes portanto, da formação do Comitê, o Cemitério Israelita de Manaus (85).

Esse cemitério, que nunca teve um estatuto próprio por pertencer ao Comitê, possuía um Regimento Interno, aprovado em 20 de junho de 1949 (86). Localiza-se, ainda hoje, no Boulevar Amazonas, ao lado do Cemitério Católico São João Batista, onde eram enterrados os judeus antes da inauguração do seu cemitério próprio (87). Não há, até hoje, um trabalho estatístico do número de judeus enterrados nesses dois cemitérios, antes e depois de 1924.

Quanto ao local para a celebração dos ritos religiosos, a comunidade possuía, na época, a Sinagoga com o nome de "Beth Jacob" - Casa de Jacó, que funcionava em prédio alugado. Em 1937 a comunidade adquiriu um prédio situado à rua Ramos Ferreira, na Praça da Saudade. Esse imóvel foi adquirido na gestão do Sr. Isaac Israel Benchimol, pai do Prof. Samuel Isaac Benchimol, personalidade que esteve à frente da comunidade durante 40 anos, exercendo o cargo de presidente do Comitê. Quando de sua morte, em 1970, assumiu seus encargos o Prof. Benchimol, que contou com a colaboração do Sr. Vidal Israel.

Ainda durante a gestão do Sr. Isaac Israel Benchimol, polêmicas internas provocaram uma cisão dentro da Sinagoga Beth Jacob, sendo, então, instituída uma segunda Sinagoga, denominada "Rebby Meyr", cujo estatuto, com 33 artigos (88) e um Regimento Interno, foi aprovado em 1947.

Esta Sinagoga possuía um presidente de honra,

na pessoa do Sr. Elias M. Serfaty, e da sua Diretoria constavam os Srs. Samuel Benmuyal, presidente; Pacífico Ezaqui, vice-presidente; Elias R. Bentes, 1º secretário; Elias S. Benchimol, 2º secretário; Moyses Assayag, tesoureiro. Nas Assembléias Gerais realizadas pela Sinagoga, atuava como presidente o Sr. Salvador Bemerguy, como 1º secretário o Sr. Abraham Cohen e como 2º secretário o Sr. David J. Israel.

Essa Sinagoga, a princípio, funcionou em um prédio alugado à Praça 15 de Novembro, sendo mais tarde transferida para um prédio novo à Av. 7 de Setembro. A direção espiritual dessa Sinagoga ficou a cargo do Sr. Jacob Azulay, ficando o Sr. Isaías Abensur como diretor espiritual da Sinagoga Beth Jacob.

Os filhos desses pioneiros, após a Segunda Grande Guerra, fundiram as duas sinagogas, que passaram a integrar o Templo Israelita de Manaus.

Através de um relatório elaborado durante a gestão do Sr. Isaac Israel Benchimol e assinado pelo próprio, é fácil concluir que a decisão de se fundirem as duas sinagogas deveu-se às dificuldades financeiras vindas por ambas e ao bom senso da comunidade em somar forças, visando à continuidade da tradição judaica em Manaus (89). O Templo foi inaugurado em 18 de janeiro de 1962 e localiza-se, ainda hoje, à rua Leonardo Malcher, nº 630. Sua construção foi iniciada pelo Sr. Isaac Siqueira Benchimol, irmão do Prof. Samuel Benchimol, que também contribuiu, contando ainda com o apoio de toda a comunidade judia-marroquina-brasileira de Manaus. Esse Templo congrega até hoje todos os judeus da região.

A ata da fundação do Templo, ainda segundo depoimento, encontra-se perdida (90).

A comunidade, no decorrer de sua organização, contou com um jornal comunitário — A Folha Israelita — órgão informativo israelita brasileiro (91), que funcionou de

1949 até 1962. Foi fundado e dirigido pelo Sr. David J. Israel e teve como redator-chefe o Sr. Elias J. D. Israel (92). Não tivemos condições de definir a filosofia desse jornal, por não termos tido acesso a seus exemplares. Estes, segundo o Prof. Benchimol, encontram-se perdidos.

Em termos de recreação, a comunidade de Manaus não se esqueceu de criar um ambiente que pudesse congregá-los. Como resultado do trabalho de duas gerações, existe hoje o Clube "A Hebraica", criado em 1975, em substituição ao antigo Grêmio Sion, que, por sua vez, sucedeu ao Grêmio Azul e Branco. No Clube "A Hebraica", hoje mantido pela terceira geração dos marroquinos, funciona uma escola judaica.

Esses foram os passos para a formação das duas primeiras comunidades judias no Brasil. Os imigrantes que aqui chegaram no século passado, como em outros anteriores, em busca do Eldorado, entrosaram-se, desde logo, na sociedade, adaptaram-se ao seu novo "habitat", sem, contudo, deixar de lado a grande preocupação que sempre os acompanhou — a manutenção de sua tradição milenar —.

NOTAS

- (1) - SCAMPINI, José (padre) - A liberdade religiosa nas Constituições brasileiras. Petrópolis, Vozes, 1978.
- (2) - COSTA, D. Antonio de Macedo - A questão do Brasil perante a Santa Sé pelo Bispo do Pará. Lisboa, 1866. A questão religiosa contribuiu para a Proclamação da República no Brasil.
- (3) - O Brasil teve, até hoje, as seguintes Constituições: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969, 1988. Ver também SCAMPINI, José - Op. cit., pp. 84-108.
- (4) - Artigo 72, parágrafo 3.
- (5) - Artigo 5, parágrafo 4.
- (6) - Artigo 72, parágrafo 5.
- (7) - Artigo 72, parágrafo 6.
- (8) - Artigo 72, parágrafo 28.
- (9) - HERTZBERG; Arthur - Judaísmo. Rio de Janeiro, Zahar, 1964, pp. 183-185.
- (10) - Torã - Lei - Pentateuco.
- (11) - JEWISH ENCYCLOPAEDIA KETER - Synagoge. Op.cit.pp. 579-583.
- (12) - BARON, Salo Wittmayer - A social and religious history of the Jews. Philadelphia, The Jewish Publication Society of America, 1956, vol. II, p. 285.
- (13) - EISENBERG, Azriel - The Synagoge through the ages. New York, Bloch Publishig Co., 1974, p. 62. Há três nomes em língua hebraica que designam Sinagoga: Beit Tefilah - Casa de Oração; Beit Hamidrash - Casa de Estudo e Beit Haknesset - Casa da Assembléia. A própria palavra Sinagoga, que vem do grego, tem o significado de assembléia. No Talmud da Babilônia a Sinagoga é referida, frequentemente, como Beith Haknesset.
- (14) - Moyses Barcessat, David Jacob Serruya, Moyses Bemergui, Jacob Lancry, depoimentos colhidos em Belém. O depoimento de Isaac Athias foi colhido em São Paulo, em 1985.

(15) - A Columna, nº 15, ano III, de 2-3-1917.

(16) - Atas da Shaar Hashamaim - Box 12, Inv. 5034. The Central Archives for the Jewish History. Jerusalém.

7-10-1906	16- 5-1913	16-10-1927
26-11-1906	4- 9-1918	6-11-1927
5- 5-1907	26- 9-1920	22- 9-1929
3-10-1907	4- 9-1921	9- 4-1930
12- 6-1910	11- 9-1921	2- 8-1931
22- 1-1911	25- 9-1921	9- 8-1931
1- 5-1911	18- 3-1926	24- 1-1932
29- 9-1912	18- 4-1926	1- 8-1932
6-10-1912	22-12-1926	6- 6-1943

Atas da Essel Abraham foram-nos cedidas pelo Engenheiro Dr. Judah Eliezer Levy, Rio de Janeiro

3-12-1925	27-11-1938	7- 1-1948
28- 2-1926	18-12-1938	11- 2-1948
9- 2-1927	15- 1-1939	6- 4-1948
12-10-1927	1- 5-1939	12- 9-1948
13-12-1927	10- 9-1939	12- 1-1949
13- 2-1928	28- 4-1940	26- 4-1949
12- 8-1928	5- 5-1940	5- 7-1949
14- 1-1929	16- 9-1940	20- 9-1949
12- 3-1929	26- 1-1941	3-11-1949
4-10-1929	24- 8-1941	28-11-1949
8- 1-1930	22- 2-1942	26- 4-1950
16- 1-1930	5- 7-1942	21- 5-1950
27- 8-1930	6- 8-1944	15- 6-1950
2-11-1930	20- 8-1944	17- 7-1950
17- 9-1931	1- 3-1945	20- 8-1950
24- 3-1932	18- 9-1946	16-11-1950
3- 8-1932	30- 9-1946	18- 9-1951
13- 9-1932	26-11-1946	22- 5-1952
13- 4-1933	23- 2-1947	1- 9-1952
21-11-1933	3- 9-1947	4- 1-1953
19- 4-1936	11- 9-1947	22- 2-1953
21- 4-1936		

(17) - Quando da aprovação do primeiro estatuto, estavam presentes os Srs. Elias Leão Israel, Abraham J. Bensimon, Miguel Bogizon, Isaac Pinto, Mordechai Tobelem, Isaac Tobelem, Abraham Bensabath, Abraham Benemond, Leão M. Nahon, Salomão M. Nahon, Narciso Tobelem, Jacob J. Benzaquem, José Benchimol, Jacob M. Maman, José Azulay. Ata de 12-6-1910 - Shaar Hashamaim.

(18) - Ata de 6-6-1943 - Shaar Hashamaim.

(19) - Seus descendentes, filhos e netos, ainda vivem em Belém do Pará e são pessoas ativas dessa Sinagoga.

- (20) - Comunidade Sagrada, ata de 6-10-1912. Shaar Hashamaim.
- (21) - Ata de 22-12-1926, Shaar Hashamaim.
- (22) - Ata de 22-12-1926, Shaar Hashamaim.
- (23) - Ata de 1-8-1932, Shaar Hashamaim.
- (24) - Ata de 16-10-1927. Nesta ata percebe-se que a Sinagoga era proprietária de terrenos sitos à rua Bragança e à rua da Pólvora. Na ata de 6-11-1927 são mencionados mais dois terrenos, sendo um deles localizado à rua Lauro Sodré e outro à rua Paes de Carvalho. Aparece, ainda, na mesma ata, a sugestão da compra de um quinto terreno, à rua Arciprestes Manoel Teodoro, 136.
- (25) - Ata de 6-6-1943, Shaar Hashamaim.
- (26) - Carta depoimento de 9-4-1986 do Dr. Judah Eliezer Levy, Rio de Janeiro.
- (27) - Os estatutos foram cedidos pelo Sr. Isaac Elias Israel de Belém do Pará, filho do Sr. Elias Leão Israel.
- (28) - Antes desta data a Sinagoga funcionava em prédio alugado situado à rua da Indústria, atual Gaspar Viana, em Belém do Pará.
- (29) -
1. Da Sinagoga e seus fins
 2. Dos sócios e suas categorias
 3. Da administração
 4. Do presidente
 5. Dos vice-presidentes
 6. Dos secretários
 7. Do tesoureiro
 8. Dos delegados
 9. Das assembléias gerais
 10. Das funções da Sinagoga
 11. Das disposições gerais
- (30) -
1. Do Templo e seus fins
 2. Do quadro social
 3. Das categorias dos sócios
 4. Dos direitos e deveres dos sócios
 5. Das penalidades
 6. Dos poderes sociais
 7. Do corpo dirigente
 8. Do Conselho deliberativo
 9. Da diretoria
 10. Da comissão fiscal
 11. Sem denominação
 12. Sem denominação
 13. Disposições gerais

- (31) - a) Código Civil Brasileiro. São Paulo, Editora Saraiva, 1971.
b) CAMPANHOLE, Adriano et alii - Todas as Constituições do Brasil. São Paulo, Ed. Atlas, 1971.

(32) - Jornal A Columna nº 15, de 2-3-1917, ano II.

(33) - BENTES, Abraham R. - Os Sefardim e a Hakitia. Rio de Janeiro, Mitograph Editora, 1981, p. 55.

(34) - A Columna, nº 20, ano II, 3-8-1917.

(35) - Depoimento colhido em São Paulo, em 1983.

(36) - Ata de 9-2-1927 da Essel Abraham - Sua Diretoria compunha-se de Menasses Bensimon, presidente, José S. Marques 1º secretário e Abraham Obadia, 2º secretário.

Ata de 13-2-1928 da Essel Abraham - Moyses S. Levy, presidente, Moyses S. Serfaty Roffé e Marcos Athias, secretários.

Ata de 14-1-1929 da Essel Abraham - Moyses S. Levy, presidente, Moyses S. Serfaty e Fortunato Amus, 1º e 2º vice-presidentes, Eliezer Levy e Marcos Athias, 1º e 2º secretários.

Ata de 4-10-1929 da Essel Abraham - Eliezer Levy, presidente, Marcos Athias e Isaac Jayme Roffé, secretários.

Ata de 27-11-1938 da Essel Abraham - Moyses S. Levy, presidente, Isaac Ramiro Bentes e Abraham David Bensadon, secretários, Isaac L. Aguiar, tesoureiro.

Ata de 26-11-1946 da Essel Abraham - Moyses S. Levy, presidente, Abraham David Bensadon, secretário, Salomão Menasseh Nahon, tesoureiro.

Ata de 5-7-1949 da Essel Abraham - Moyses S. Levy, presidente, José Haim Nahon, vice-presidente, Simão Roffé, tesoureiro, Judah Eliezer Levy, secretário.

(36a) - ENCICLOPÉDIA JUDAICA CASTELLANA . México, Editorial Enciclopédia Judaica, 1949.

- (37) - O Talmud é o mais famoso livro dos judeus depois da Bíblia. É uma compilação de escritos de diferentes épocas, sobre inúmeros temas, por numerosos intérpretes da Bíblia e da Lei Oral. A coletânea talmúdica constituiu-se numa verdadeira enciclopédia da legislação, do folclore, das lendas, das disputas teológicas, das crenças, das doutrinas morais, das tradições históricas da vida judaica, durante sete séculos — entre o término do Velho Testamento e o fim do século V da era cristã — Compõe-se do Talmud de Jerusalém e Talmud da Babilônia, conforme o lugar em que foi redigido. Subdivide-se em Mishna e Guemará, cada qual com diversos tratados e ordens. In "Entre Dois Mundos", p. 594, da Coleção Judaica. São Paulo, Editora Perspectiva, 1967.
- (38) - JEWISH ENCYCLOPAEDIA KETER - Op. cit., pp. 338-354.
- (39) - Ecclesiastes 7:1 - JEWISH ENCYCLOPAEDIA KETER, op. cit., pp. 374-376.
- (40) - Central Archives for the History of the Jewish People. Jerusalém, Box 11, Inv. 5043 - Circular de 20-4-1890 - Adendo 4.
- (41) - Decreto 789 de 27-9-1890. Na Constituição Republicana refere-se ao artigo 72, parágrafo quinto.
- (42) - ROURE, Agenor - A Constituinte Republicana - vol. II, 1918, pp. 215-218. In SCAMPINI, José (Pe.), op. cit., p. 16.
- (43) - Carta Régia de 14-1-1801.
- (44) - BARATA, Mário - Valor urbanístico do Cemitério da Solidade. Belém, Ministério da Educação e Cultura, 1960.
- (45) - CRUZ, Ernesto - Procissão dos séculos. Belém, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1952, p. 177.
- (46) - FRAIHA, Habib - Oswaldo Cruz e a febre amarela. Belém, Conselho Estadual da Cultura, 1972.

- (47) - VIANNA, Arthur - A Santa Casa da Misericórdia Paraense. Notícia Histórica, 1650-1902. Belém, Tip. Alfredo Augusto Silva, 1902, pp. 115-185.
- (48) - VIANNA, Arthur - Op. cit., pp. 300-301.
- (49) - Idem, p. 302.
- (50) - WOLFF, Egon & WOLFF, Frieda - Sepulturas israelitas, III - As Mishpakhots de Belém, Rio de Janeiro, 1987.
- (51) - Este levantamento foi feito até o ano de 1978.
- (52) - BRITO, Rubens da Silveira et alii - A febre amarela no Pará. Belém, Sudan, 1973.
- (53) - Levantamento feito pelo Rabino Hamu e Abraham Isaac Amzalak. No Cemitério de Cametá constam os seguintes nomes: Meriam Benasuly, Simy Benchimol, Meriam Sabbá, Estrela Bendelack, Abraham Serruya, Abraham Bensimon, Simy Bensimon, Leticia Zagury, Meriam Serrulha, Jacob Sabbá, Moyses Cohen, Ruben Jacob Israel, Abraham Amzalak, Abraham Nahamias, Isaac M. Elarrat, Jayme Obadia, Yacot Sabbá, Carlota Sabbá, Mochluf Larrat, Pepe Larrat, José Benoliel, Moyses Athias, Salomão Nahmias, Nissim Obadia, Jacob Obadia, Salomão Tobelem, Jacob Athias, José Benarroos, Moyses M. Banarroos, Sol Athias, Isaac Bensaully, Simy Finquinos, Reina Sicsu, Rebby Moyses Nahmias, Jacob Azancoth, Moyses Israel, Menasses Cohen, Lear Pinto, José Abensur, Rachel Bemuyal e mais 24 sem inscrição.
- (54) - Listagem levantada e enviada por Fortunato Serruya e Eugenio Moura Lima: Rica Júlio Serique, Moisés Julio Serique, Douglas Serruya, Abraham Ezaqui, Miriam Elias Benoliel, Fortunato Cagy, Abraham Levy Cohen, Jacob Salomão Cohen, David Elias Benoliel, Dina Cohen, Elias Benoliel, Isaac Abraham Athias, Esther Cohen, mais 26 sem inscrição.
- (55) - Revista "O Hebreu" nº 50, ano V, maio de 1984. Fortunato Benezar, Moyses Azulay, Dinar Ohana, Yosef Ezaqui,

Haiushi Ezaguim, Abraham Ezaguim, Elias Ezaguim, Simy Ezaguim, Oronida Ezagui, Elias Alves, Rica Benseluana, Yossef Shlomo Mali, David Dray, Leticia Malca, Simy Carlos Nahamias, Ananias Cohen, Fortunato Cohen Alves, Abraham Kadosh Akados, Luna Pinto, Isaac Benchaya, Ester... e mais 4 lápides sem inscrição.

- (56) - Informação enviada por Fortunato Chocron, constam os nomes de David Samuel Hassam, Fortunato Chocron, Salomão Bittencourt Belicha, Julia Bemergui, Renia Parache, José Bemergui, Isaac Azancoth, Benjamin Hamay, Ester Hamani, Jacob Soares, Salomão Benarros Israel e mais 4 lápides sem inscrição.
- (57) - Revista Hatikva, janeiro de 1985, Manaus - Simy Benarros, Julia Cagy, ... Chocron.
- (58) - A Columna, ano II, nºs 21-22, 23-24 de 9, 10, 11, 12 de 1917.
- (59) - Central Archives for the History of the Jewish People, Jerusalém, Box 11, inv. 5034.
- (60) -
 - 1) Da sociedade em geral
 - 2) Dos benefícios
 - 3) Dos sócios
 - 4) Das obrigações dos sócios
 - 5) Da formação do capital
 - 6) Do corpo diretivo
 - 7) Dos funcionários da Sociedade
 - 8) Das reuniões
 - 9) Das eleições.
- (61) - Central Archives... Op. cit., Atas de 8-7-1900, 15-7-1900; 29-7-1900; 2-8-1900. Box 11, Inv. 5034.
- (62) - Central Archives ... Op. cit., Box 15, Inv. 5034. Foi impresso em 1903 pela Imprensa Oficial de Belém. Esse estatuto foi apresentado à comunidade em 28-9-1902.
- (63) -
 - 1) Constituição
 - 2) Duração
 - 3) Fins
 - 4) Membros da Congregação Hebraica
 - 5) Contribuintes
 - 6) Contribuintes Beneméritos da Congregação

- 7) Presidente
- 8) Eleitores
- 9) Elegíveis
- 10) Assembléias Gerais
- 11) Junta governativa
- 12) Secções
- 13) Cerimonial
- 14) Disposições Gerais

(64) - Esta Sociedade foi fundada em 13-5-1915 com a presença dos Srs. Abraham Obadia, Jacob Maman, Isaac Garson, Isaac Aguiar, David R. Azulay, Jacob F. Benzaquem, José Obadia, Pepe Isaac Larrat, Nicim Aben Athar, Salomão Larrat.

(65) - Central Archives... Op. cit., Box 4, nº 5034. Foram analisadas as seguintes atas da Associação Beneficente Israelita:

13-5-1915	15-8-1917	12-8-1919
22-5-1915	18-8-1917	15-11-1919
30-5-1915	29-9-1917	4-7-1920
5-6-1915	2-10-1917	10-7-1920
9-7-1915	22-6-1918	2-9-1920
15-6-1916	10-8-1918	18-6-1921
19-6-1916	17-8-1918	7-8-1921
21-6-1916	30-9-1918	29-7-1922
25-6-1916	16-12-1918	9-7-1923
28-11-1916	8-8-1919	4-8-1923
5-1917		

(66) - Ata de 22-5-1915 da Associação Beneficente Israelita.

(67) - Ata de 30-5-1915, da mesma Associação.

(68) - Ata de 2-10-1917, da mesma Associação.

(69) - Ver capítulo sobre David José Perez.

(70) - Ata de 12-8-1919 da Associação Beneficente Israelita.

(71) - Idem de 15-11-1919.

(72) - Central Archives... Op.cit., Box 5, Inv. 5034. Foram analisadas as seguintes atas do Comitê Israelita do Pará:

29-7-1918	30-9-1918	8-7-1922	27-6-1923
5-8-1918	9-1-1919	7-8-1922	7-8-1923
12-8-1918	25-6-1921	12-9-1922	26-8-1923
26-8-1918	3-9-1922	25-10-1922	20-11-1923
2-9-1918	12-6-1922	22-2-1923	25-2-1924
23-9-1918	19-6-1922	9-4-1923	5-5-1924

15-10-1924	6-11-1926	9- 3-1929	22-10-1929
8-12-1924	27- 7-1927	13- 5-1929	21-11-1929
2- 3-1925	12- 4-1928	16- 5-1929	3- 1-1930
5- 4-1925	4- 5-1928	18- 6-1929	23- 1-1930
24- 9-1925	20- 6-1928	8- 7-1929	12- 3-1930
13-12-1925	12- 7-1928	1- 8-1929	12- 6-1930
7- 1-1926	16- 7-1928	21- 8-1929	11- 7-1930
27- 3-1926	20- 8-1928	8- 9-1929	30- 7-1930
17- 5-1926	27- 8-1928	11- 9-1929	2-12-1930
19- 6-1926	10- 9-1928	8-10-1929	

- (73) - Ata de 12-9-1922 do Comitê Israelita do Pará
- (74) - Adendo nº 5
- (75) - Ata de 12-9-1922 do Comitê Israelita do Pará
- (76) - Representaram a comunidade os Srs. Isaac Benchimol e o Major Eliezer Levy
- (77) - Ata de 12-9-1922 do Comitê Israelita do Pará
- (78) - Idem de 22-2-1923.
- (79) - Idem de 7-8-1923.
- (80) - Central Archives... Op.cit., Box 15, Inv. 5034
- 1) Da Diretoria
 - 2) Das obrigações dos funcionários
 - 3) Da Assistência
 - 4) Do Cemitério
 - 5) Disposições gerais.
- (81) - Pessach (Páscoa) - Iom Kipur (Dia da Expição) - Rosh Hashana (Ano Novo Judaico)
- (82) - Publicado no Diário Oficial nº 16.034 de 11-7-1949.
- (83) - Cartas de 18-7-1985 e 4-10-1988.
Relatório da Diretoria do Comitê Israelita do Amazonas de 10-6-1985.
- (84) - Da instituição e seus fins
Dos Sócios
Da Administração
Das eleições e posse
Da Assistência social
Do fundo da organização
Das Disposições gerais e transitórias.
- (85) - O Sr. Isaac Perez teve a infelicidade de assistir à inauguração desse Cemitério com o enterro de seu filho, o engenheiro Dr. José Perez.

- (86) - Este regimento acha-se inserido no estatuto do Comitê de 1949.
- (87) - Entre os vários judeus enterrados na ala católica, en contra-se a sepultura do Rabino Bemuyal, que vivia em Jerusalém e que, quando da sua visita a Manaus, adquiriu a gripe espanhola e lá morreu. A credence popular local o considera, até hoje, um santo e os católicos o veneram por ocasião do Dia de Finados.
- (88) - Este estatuto foi impresso em Manaus pela Imprensa Oficial em 1947.
- (89) - a) Relatório da Diretoria do Comitê Israelita de Manaus
b) Ata da Sessão Extraordinária da Assembléia Geral da Sociedade "Rebby Meyr".
c) Publicação de um edital do Comitê Israelita do Amazonas.
d) Publicação de um edital da Sinagoga "Rebby Meyr".
- (90) - Depoimento dado em 4-10-1988 pelo Prof. Samuel Isaac Benchimol.
- (91) - Apenas possuímos o exemplar nº 81, ano VI, Manaus, 15-6-1954, cedido pelo Prof. Samuel Isaac Benchimol.
- (92) - O seu diretor faleceu em 1963.

PARTE III

UMA OPÇÃO CONSCIENTE - A IDENTIDADE

Ítulo IV - O ANTI-SEMITISMO EUROPEU E A SUA REPERCUSSÃO NAS "INTELLIGENTSIAS" JUDIAS DO BRASIL

Um pioneiro do Sionismo político no Brasil - David José
Perez - Seu papel e seu mundo

Duas grandes personalidades dignas de nota emergiram no cenário da vida sefaradi no Brasil no século XX - David José Perez e Major Eliezer Levy, contemporâneos e nascidos no Brasil de pais marroquinos. O primeiro viveu grande parte de sua vida no Rio de Janeiro e o segundo, de quem falaremos adiante, em Belém do Pará. Entretanto olhavam ambos numa direção comum - Os Judeus e o Sionismo -.

Dr. David José Perez foi, durante anos, o elo intelectual e espiritual entre os judeus do Norte e do Sul do Brasil. Nasceu a 1º de março de 1883 na cidade de Breves (Pa) e faleceu no Rio de Janeiro no ano de 1970. Era filho de Joseph Perez, um simples alfaiate, e de Da. Cotta Mhaudy Perez, ambos imigrantes de Marrocos. Casou-se com Da. Clementina do Monte Moreira, de tradicional família alagoana, e teve um filho, Dr. Abner Perez, residente ainda hoje no Rio de Janeiro.

Cursou sua escola primária em Itacoatiara (Am) e Gurupá (Pa) e depois da morte de sua mãe, em 1893, acompanhou o seu pai, que voltou para Tanger-Marrocos, cursando lá a "Alliance Israélite Universelle", onde ficou até 1900. Após o segundo casamento de seu pai, Perez voltou, já com 17 anos, para o Brasil, em companhia de sua irmã.

Em Breves trabalhou no comércio, mas suas aspirações mais amplas fizeram-no mudar-se para o Rio de Janeiro, empregando-se durante algum tempo numa papelaria. Em 1916 formou-se em Direito e, em 1918, doutorou-se em Ciências Econômicas. Foi professor, jornalista e fez algumas incursões na literatura (1).

Como professor, lecionou em diversos colégios e universidades, entre os quais, o Colégio Pedro II, Faculdade de Teologia e no complementar de Direito da Universidade do Brasil ⁽²⁾, ensinando as mais variadas matérias como latim, francês, espanhol, inglês, grego, português, sociologia, filosofia, história, geografia, literatura. Concorreu à Cátedra de Latim com a tese "Influência do Hebraico no Latim" e à Cátedra de Espanhol com a tese "Leis de Formação da Língua Castelhana", ambas no Colégio D. Pedro II, merecendo altos elogios de Raymundo de Moraes, membro da Societ  Am ricanistes de Paris ⁽³⁾.

Procurou divulgar a língua hebraica, ministrando, em 1940, um curso na Sociedade Teosófica Brasileira. Um ano antes, ajudou a fundar a antiga Faculdade de Ciências e Letras do Instituto Lafayette, onde ocupou a Cátedra de Espanhol.

Desempenhou, além de professor, a função de Diretor do Colégio Hebreu Brasileiro e, dentro da comunidade, foi membro ativo da Sinagoga "Un o Israelita 'Shell Guemilut Hassadim'" do Rio de Janeiro.

Logo após a sua chegada de Belém ao Rio de Janeiro, em 1913, criou, juntamente com um grupo de correligionários, uma organização de ajuda a imigrantes, que daria origem, mais tarde, a outras organizações semelhantes.

O humanismo universal de que era imbuído levou-o, durante a Primeira Grande Guerra,   organização de um programa de socorros às vítimas, unindo-se ao já existente, porém incipiente "Comitê Brasileiro de Socorros aos Israelitas Vítimas da Guerra" ⁽⁴⁾. Utilizou como veículo para atingir as mais distantes regiões do país o seu jornal "A Columna" ⁽⁵⁾, que circulou durante os anos de 1916 e 1917.

Em conferência realizada no Conservatório Musical de São Paulo, em 1916,   qual estiveram presentes as mais representativas figuras da comunidade israelita local, Perez abordou a questão da guerra de 1914 e o movimento sio

nista. Sobre este último esclareceu: "... a idéia nacionalista ganha terreno de dia para dia e desta monstruosa guerra em que estão empenhados as mais poderosas nações e com que se pretende estabelecer os princípios da justiça e da paz sobre a terra, esperamos nós também um acto de justiça que torne efectiva a aspiração do nosso povo do mais sagrado dos direitos, um lar seguro que o ponha ao abrigo das perseguições" (6). David José Perez encerrou essa conferência com um veemente e comovido apelo, próprio do seu carácter humanístico e da sua preocupação com os menos privilegiados: "... abri os corações. Abri-os e dessa fonte de amor daixae jorrar a lympia benedicta e maravilhosa que irá campos afóra fazendo o estupendo milagre de curar os males do corpo e da alma. Deixae que ella jorre em abundancia, ella que é a mais pura emanação divina consubstanciada no homem, o crystal da União — a Caridade" (7).

Essa conferência de Perez conseguiu sensibilizar a sociedade israelita paulista e muitos de seus membros engajaram-se na causa em prol da qual viera a São Paulo.

Perez aliou-se, também, à Maçonaria Brasileira, como muitos dos judeus cultos da Amazônia e foi membro ativo e orador da Grande Loja Maçônica da Guanabara.

2. Nasce um jornal

Como obra capital de David José Perez, poderíamos incluir a criação do jornal "A Columna - Haamud" (8), que iniciou a sua programação em 14 de janeiro de 1916 e encerrou as suas atividades em dezembro de 1917. Teve como objetivo "A defesa dos interesses dos israelitas no Brasil, assim como esclarecer o que é judaísmo, seu passado, suas tradições". Desejava "elucidar, explicar, corrigir fatos muitas vezes deturpados ou exagerados e apresentar os judeus na sua vida religiosa, social e política". Preocupou-se sempre "em não ofender ou atacar as demais crenças" e pensava, como o grande filósofo judeu Moisés Mendelsohn, "na confraternidade das crenças e das raças e, não justamente no ódio que se percebia neste início de século" (9).

Inicialmente, Perez viu-se inclinado a enfatizar a tradição talmúdica, posição que se modificou parcialmente a partir dos acontecimentos europeus que destruíam importantes núcleos da vida judaica. A finalidade do seu jornal ultrapassava os limites materiais ⁽¹⁰⁾ e visava a ser "O Porta Voz da Futura Organização Judaica no Brasil", através da unificação dos judeus dispersos, ligando-os a um ideal comum e reunindo as várias instituições judaicas que, num Brasil tão heterogêneo, estavam isoladas entre si.

Viviam no Brasil, nesse período, judeus de várias procedências: Alemanha, França, Inglaterra, Rússia, etc, absolutamente dispersos entre si, sem nenhum vínculo comum. Através de um órgão divulgador das tradições — religião, literatura judaica, Bíblia —, pretendia despertar o interesse desses elementos isolados e trazê-los para um judaísmo engajado, como também levar à sociedade mais ampla informações sobre a contribuição dos judeus ao desenvolvimento do Brasil ⁽¹¹⁾.

Judeus e não judeus de várias partes do Brasil como José Martins & Cia., do Pará, David Hassam, do Rio de Janeiro, Augusto Ezaqui, de Itacoatiara (Am), J. Diamante, da Bahia, Alexandre Algranti, de São Paulo, Mme Annita Goldenberg, de Santos, Bernardo Rosemann, de Curitiba, Jacob Benar, de Cruz Alta (RS), David Cohen, de Recife, Maurício Marrache, de Manaus, Abraham Aflalo, do Amazonas, pronunciaram-se sobre a criação desse órgão, colocando-se como seus representantes nas regiões em que residiam. Seus correspondentes estenderam-se também ao exterior: Sr. Sentob, D. Querub, em Portugal, Sr. Mamann Hermannos, em Remate dos Males, Peru, e Joseph Tappuero, em Iquitos, Peru ⁽¹²⁾.

O jornal "A Columna" obteve uma ampla divulgação no Brasil, graças ao intercâmbio de notícias que realizou com muitos outros jornais comunitários existentes, como:

- O Jornal Batista (RJ), Órgão oficial da Convenção Baptista Brasileira;
- O Graphico (RJ) - Órgão da Associação Gráfica do Rio de Janeiro;

- O Theosophista (RJ);
- Loja Theosófica Perseverança, Espanea Nueva (RJ) - Órgão dos Interesses do Povo Espanhol no Brasil;
- Escudeiro Baptista (Campos) - Órgão dos interesses da religião Batista no Estado;
- Quinzena Gymnasial (RJ) - Órgão dos alunos do Ginásio Pio Americano;
- Le Messenger (SP) - Órgão dos interesses do povo francês;
- Jornal do Comércio (Am), Órgão do P.R.C.;
- Setas, jornal crítico literário;
- Der Beobachter;
- República (Pr).

A Columna teve também a preocupação de levar ao largo mundo as notícias da pequena comunidade, enviando seus exemplares para Tanger, aos jornais "El Eco Mauritano" e "El Eco Israelita", para os Estados Unidos, aos jornais "The Jewish Tribune" (Portland), "The Jewish Farmer", "Hato ren", O Mastro, "La America" e "Le Bos del Pueblo" (Nova York), para Paris ao jornal "Archives Israelites", para a Itália, aos jornais "Il Vessillo Israelitico" e "Israel", para a Holanda ao jornal "Misrahy" e para Buenos Aires, ao jornal "Israel".

Em função da necessidade de integração do seu jornal com outros órgãos fora do Brasil, manteve também correspondência com o Sr. Samuel M. Mucznik, redator do Almanaque Meoded de Lisboa (Incentivo) e membro ativo da Sinagoga Lisboense "Shaarei Tikva" - Porta da Esperança e do Comitê Israelita ⁽¹³⁾, com o Sr. Mamann Hermanos, que vivia no Peru havia 22 anos, descendente de família judia portuguesa e que lhe informou que no país, por essa época, moravam judeus provenientes da França, Alsácia, Alemanha, Inglaterra, havendo uma predominância de judeus marroquinos de Tanger ⁽¹⁴⁾. Correspondeu-se, igualmente, com a revista "Israel", de Buenos Aires ⁽¹⁵⁾, e com o jornal "Hato ren" (O Mastro), de Nova York ⁽¹⁶⁾. Este último editado em hebraico, identificava-se como um jornal nacionalista, que servia "aos intelectuais hebraicos donos de bom gosto e de sentimentos

corretos". Entre seus colaboradores constavam os nomes de Ben Gurion ⁽¹⁷⁾, Shalom Aleichem ⁽¹⁸⁾ e Narchman Sirkin ⁽¹⁹⁾.

David José Perez, estimulado pelo ressurgimento do idioma hebreu ⁽²⁰⁾, cogitou em publicar seu jornal também na língua sagrada dos judeus. Realizou uma enquete entre os seus leitores, que lhe apontaram a sua preferência pela manutenção da língua portuguesa ⁽²¹⁾.

Opiniões as mais elogiosas foram expressas através da imprensa nacional e internacional sobre esse editorial ⁽²²⁾. Entre os nacionais citam-se: "O Correio da Manhã", "A Noite", "O Imparcial", "A Rua", "O Paiz", "O Jornal do Brasil", "O Graphico do Rio de Janeiro", "O Conservador", "Jornal do Comércio do Amazonas" e "A República", do Paraná ⁽²³⁾.

O Jornal do Comércio do Amazonas, pronunciava-se abertamente a favor da defesa dos judeus, assim se expressando: "... era mesmo necessário que vozes abalizadas e dignas se levantassem contra o péssimo conceito em que são tidos os judeus, confundidos com mercenários vis que lhes roubam o nome, manchando-os e tornando-os odiosos..."

Entre os jornais estrangeiros com os quais "A Columna" manteve intercâmbio, citamos as palavras elogiosas do "El Eco Israelita" de Tanger ⁽²⁴⁾, sobretudo por ver constar a presença do jornal de um não judeu comprometido na luta pela causa judaica: "... Hay en esta ilustrada publicación algo que revela el sentir de los presentes tiempos en punto afinidades de pensamiento, sin que ello sea en ... de las crencas religiosas y es que los escriben esta revista David José Perez y Alvarez de Castilho cristiano. Esto aumenta en nosotros las simpatias ha esa publicación que defenderá con lealdad los intereses del pueblo judío, aunque la afiliación religiosa de los que las escriben sea distinta. Es un deber profesional que reclama la mayor independencia del pensamiento..."

A Conscientização para o Sionismo

David José Perez pode ser considerado o primeiro sionista ativo e engajado no Brasil. O seu ideal era transcender o mundo judaico e atingir a "intelligentsia" brasileira, o que fez através de uma entrevista dada ao jornal "A Noite", onde mostrou que o sionismo era a "reconstituição política e territorial da nacionalidade judaica" e que o Congresso Sionista Mundial realizado na Basiléia, Suíça, em 1897, representava o primeiro passo para a concretização da aspiração de um sonho de mais de 2.000 anos (25).

No Rio de Janeiro conseguiu ativar um grupo, em defesa dos ideais sionistas, que se constituiu numa sociedade denominada "Tiferet Sion" — graça, louvor, honra de Sion. Nesse grupo faziam parte os Srs. Jacob Schnaider, Max Fineberg, Tulli Lerner, Sinai Finegold, Roitberg, entre outros.

Essa sociedade, por ocasião do início da circulação do jornal "A Columna", através de carta enviada pelo Sr. Max Fineberg, parabenizava o Dr. David José Perez, elogiando a publicação do veículo em língua portuguesa e endossando a posição que "houve realmente crime em não se ter feito isso a mais tempo". Ajuntava porém que "nunca é tarde para se emendar e antes tarde do que nunca". Sugeria ainda a carta que o jornal se dedicasse a "defender a nossa honra e a nossa integridade, como também o sentimento judaico que tem sido tão injuriado por diversos jornais do Rio e de outras cidades do Brasil". A grande preocupação evidente na carta deste ilustre senhor, era que o veículo conseguisse reunir os judeus em torno de um objetivo "destruir os conceitos erroneos que apareciam" e mostrar ao mundo cristão a "nossa lealdade a este paiz que nos aceitou de braços abertos e com hospitalidade".

O que é interessante na carta de Fineberg é que já podemos vislumbrar facetas do anti-semitismo que, provavelmente, já se instalava na mente de alguns brasileiros na década de dez.

Segundo a carta "muitos judeus tiveram de occultar sua verdadeira nacionalidade e calar o seu orgulho de judeus perante de pessoas ignorantes que só sabiam do judaismo pelo que tinham lido em algum jornal reaccionario" (26).

O grupo "Tiferet Sion", aderindo aos ideais de Herzl, em reunião realizada a 14 de julho de 1917, na Biblioteca "Shalom Aleichen", situada à rua Visconde de Itaúna, 109, expressou a sua solidariedade à causa sionista e se dispôs a colaborar na realização de um Congresso Israelita.

Alvaro de Castilho, co-editor de "A Columna" e entusiasta da causa judaica presidiu a reunião em lugar de Herzl, ausente por motivo de doença. Segundo ele, não estava em questão tão somente a legitimação dos direitos dos judeus à Palestina através de um Congresso Israelita (27), que se desejava realizar. Havia, sim, a necessidade de uma participação plena de cada judeu.

Foram escolhidos na ocasião os correligionários que fariam parte do Comitê Organizador do Congresso, recaíndo a escolha na pessoa do Sr. Isidoro Kon, como presidente, Sr. Samuel Galper, vice-presidente, Sr. Ambrósio Ezaqui, 1º secretário, Sr. Benjamin Snitkovsky, 2º secretário, Sr. Moisés Mussafir, Marcos Fineberg, Jacob Schneider e Simay Finegold, membros do Conselho Fiscal (28).

A imprensa brasileira presente à reunião reconheceu a justiça da causa em questão e encarregou-se de divulgar aos brasileiros não judeus o movimento em prol do futuro Estado de Israel.

O Primeiro Congresso Israelita do Brasil realizou-se em 15 de novembro de 1917. Durante o Congresso foi debatida a situação dos judeus no mundo, a discriminação que sofriam e os auxílios que deveriam ser enviados às vítimas da guerra na Europa e na Ásia. O direito ao Retorno e à Posse da Terra Prometida foi a questão central, e desse Congresso partiu uma mensagem ao governo brasileiro, solicitando

do, formalmente, seu apoio a essa luta (29).

David José Perez procurou sensibilizar os representantes do governo da República do Brasil para as aspirações nacionalistas dos judeus, conseguindo a adesão dos deputados Gonçalves Maia e Maurício Lacerda que apresentaram à Câmara uma moção de solidariedade ao programa do presidente norte-americano Woodrow Wilson (30). Nessa luta Perez continuou por anos a fio, e frequentemente, procurou o apoio do governo à causa sionista. Numa carta que enviou ao Embaixador do Brasil à Conferência de Versalhes, no ano de 1919, Dr. Epitácio Pessoa, apelava para a sua sensibilidade, mostrando a confiança depositada pelos judeus na representação brasileira, que sempre se manifestava "a favor dos oprimidos e contra a tyrania e a injustiça" (31), e pedia que as reivindicações do povo de Israel fossem reforçadas com o voto brasileiro.

Perez foi considerado o líder do povo hebreu no Brasil pelo jornal "A Rua", do Rio de Janeiro. No entanto, agradecendo o elogio e expressando-se com modéstia, disse considerar-se apenas "um humilde professor da nossa gente nessa parte da América do Sul" (32). Como professor, procurou relatar aos seus correligionários como aos brasileiros em geral a trajetória do povo judeu através da História, mostrando que "em todas as partes onde vivem são peregrinos e tributários, sem terem poder nem autoridade para executar suas vontades contra as injúrias e o mal que lhes fazem". Lembrava que "ninguém havia protestado quando os judeus foram expulsos da Península Ibérica, que ninguém obrigara a Rússia a respeitar as convenções estipuladas em relação ao povo judeu e que ninguém se apresentara em nome dos Direitos Humanos para obrigar a Rumânia a cumprir o Tratado de Berlim e que por isso, isolados e sem o apoio daquillo que se chama Pátria, vivemos com os nossos recursos e a mercê de toda sorte de perseguições..." (33).

Como profundo amante da História dos Judeus no Brasil, Perez procurou reconstituir o número de pessoas que viviam nas pequenas comunidades dispersas por todo o território

rio brasileiro. Esse número total, entre o norte e o sul , chegava, nos anos em que escreveu, 1916-1917, a 7.000 pessoas, com pequenas sociedades beneficentes, Sinagogas e escolas. Citava Belém do Pará, o "hinterland" amazônico, a Colônia Philipson, no Rio Grande do Sul ⁽³⁴⁾, a Colônia de Niterói ⁽³⁵⁾, a Colônia de Curitiba ⁽³⁶⁾, a colônia de judeus sírios no Rio de Janeiro ⁽³⁷⁾. Comentava que em Recife, Pernambuco, "... depois de um longo e profundo somno mais que secular, os israelitas sepharadim de Pernambuco que viviam separados, sem sociedade, sem synagoga onde se pudessem reunir para orar ao Creador no dia de Kipur, vendo que não tinham sequer um Sepher resolveram fundar a Sociedade Israelita Oriental de Pernambuco cujos fins são a instituição de uma Synagoga e proporcionar auxílio a todos os cor^{re}ligionários do Estado e dos estados vizinhos" ⁽³⁸⁾.

Informava a existência, em São Paulo, de uma organização beneficente composta unicamente de senhoras originárias da Polônia e da Rússia ⁽³⁹⁾, a fundação, em 25 de fevereiro de 1916, da primeira escola Talmud Thora — Estudo da Torá, destinada a crianças de ambos os sexos ⁽⁴⁰⁾, a já existência de uma pequena Sinagoga sita à rua da Graça, no bairro do Bom Retiro ⁽⁴¹⁾, e o lançamento da pedra fundamental, em 31-12-1916, do Templo Knesset Israel — Assembléia de Israel, na atual rua Newton Prado, Bom Retiro ⁽⁴²⁾.

A respeito do interior de São Paulo, constava a notícia de que em Franca havia uma comunidade com 18 pessoas ⁽⁴³⁾ e que em Campinas havia 30 elementos ⁽⁴⁴⁾.

O Sionismo, movimento político do século XIX, foi um dos lemas centrais de sua vida e do seu trabalho com a comunidade, abordando-o insistentemente em seu jornal. Publicou um artigo sobre Theodor Herzl ⁽⁴⁵⁾, que representou, segundo suas palavras, a encarnação do ideal messiânico que acompanhava Israel havia mais de 20 séculos ⁽⁴⁶⁾, bem como artigo sobre Max Nordau, médico, escritor, cientista húngaro ⁽⁴⁷⁾, outro grande simpatizante desse movimento.

A adversidade, o sofrimento, as injúrias, a mi-

séria dos judeus dispersos pelos quatro cantos do mundo, divulgados em grande parte pelo "A Columna", sensibilizaram os judeus das mais distantes regiões, que expressaram, através de correspondência, o seu apoio, sua adesão e sua fé num novo destino, que só a criação de um Estado Nacional poderia prover. Foram eles o Sr. M. Roschkovsky, de Araraquara, Sr. Leão Block, da Bahia, Sr. Navinsky, de São Paulo, Sr. Rocman Baruch Schulmon, Sr. Yehuda Stolzenberg, de Curitiba e diversos outros elementos pertencentes à comunidade do Pará, Amazonas, Pernambuco e Ceará.

Perez não poupou críticas aos judeus do Brasil e diz que tomou a posição de aqui lutar em favor do Sionismo a fim de "despertar o indifferentismo peccaminoso em que vive o judaísmo brasileiro... vivendo egoisticamente encerrado nos estreitos limites dos seus interesses pessoais". O imperativo para ele passou a ser então "fazer entender os judeus do Brasil de que só uma solução existia para mudar o destino adverso do povo judeu" (48).

A primeira comunidade judia no Brasil a expressar a sua simpatia e solidariedade ao movimento sionista foi a de Belém do Pará. D. J. J. Aben-Athar, então representante da comunidade, escrevendo em nome dos brasileiros de origem marroquina, enfatizava que no momento a preocupação com a religião mosaica era secundária, frente à importância da reivindicação dos judeus à terra dos patriarcas (49).

Max Nordau foi o inspirador de David José Perez na linha de seu jornal e no seu ideal sionista. Num dos primeiros números do órgão, o editor publicou uma carta de Nordau, a cujos propósitos se manteve fiel enquanto existiu "... fazer ouvir a voz dos profetas apaixonados e heroicos da justiça, do direito e da paz na terra, da fraternidade humana do amor ao próximo".

É interessante lembrar a opinião de Nordau, que aconselhava Perez a relegar para um plano secundário questões relacionadas à religião e às Sagradas Escrituras, para enfatizar "a situação atual dos judeus e dos acontecimentos

que lhe dizem respeito", idéia essa também endossada pelo Dr. J. J. Aben-Athar, representante da comunidade de Belém, conforme já exposto acima.

Nordau, embora compreendendo que Perez não conhecia a língua "Idish" — língua falada pelos judeus oriundos do leste europeu —, aconselha-o a acompanhar os jornais de Copenhague, Nova York e de Londres, publicados nesse idioma. Para o caso de não poder fazê-lo, recomendava -lhe um jornal publicado em Siena, Itália, "Israel" e o "L'Univers Israélite" de Paris, bem como o "The Jewish Chronicle" e "Jewish World", de Londres.

Os ideais comuns que ligavam os judeus espalhados pelo mundo refletiam-se, assim, numa mútua influência e David José Perez não deixa de registrar essa dádiva nas páginas de seu jornal "... E uma vez que veio a nós atendendo ao nosso appello, nos iremos ao seu encontro fazendo o que estiver ao alcance do nosso poder para merecermos a estima e consideração do homem que tem dedicado a existência à defesa dos grandes ideais da humanidade..."

Foi a partir desses dois teóricos que Perez propôs a realização de seu Congresso, realizado no Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1917 ⁽⁵⁰⁾, onde, segundo ele, viviam, aproximadamente, 100 famílias, sem contar com os rapazes e moças solteiros. Evidenciando a superioridade numérica da comunidade do Rio de Janeiro em relação, por exemplo, à comunidade de Lisboa, onde viviam, em 1916, apenas 52 famílias israelitas, manifestava o seu desejo de ver aqui no Brasil os judeus organizados de tal maneira, que dessem continuidade não só à vida religiosa, social, cultural e beneficente, como participassem dos acontecimentos mundiais, a exemplo do que fazia a pequena comunidade de Portugal ⁽⁵¹⁾. Perez sempre lamentou a desvinculação e desorganização da comunidade do Rio de Janeiro, atribuindo esse fato em parte à inexistência de um idioma comum, enquanto que a comunidade de Belém do Pará e a de Lisboa, que cita como exemplos, por falarem uma mesma língua, articulavam-se em torno de uma vida judaica mais plena.

Lutou durante toda a sua vida tentando mostrar a importância da integração entre os judeus como fator de proteção contra toda forma de discriminação de que por ventura fossem alvos. Citando a publicação, num jornal de língua estrangeira cujo nome omite, de nota que ridicularizava os israelitas, declarava que fatos como esses "ocorriam frequentemente entre gente de todas as raças e seitas" e, segundo ele, poderiam ser evitados se estivesse a comunidade organizada para sua própria defesa.

Lamentava as consequências da guerra, mas sempre acreditou no seu trabalho pela reconstrução da nação judaica. Considerava-se acima de tudo brasileiro e, quando da formação do Estado de Israel, em 1948, lá estando como representante da comunidade israelita brasileira, declarou ter realmente lutado bastante pela criação do Estado de Israel, porque entendiam tratar-se de causa justa e assim se expressou na ocasião: "... agora estou feliz, já que o objetivo foi alcançado, porém não deixarei o Brasil pela nova pátria, pois aqui nasci, amo o meu país, sou antes de tudo brasileiro e daqui não sairei" (53).

4. Os velhos mitos anti-semitas

Durante a Primeira Grande Guerra, os judeus encontravam-se espalhados por diversos países da Europa. A discriminação e o racismo fazia deles estrangeiros e indesejáveis, impedindo-lhes a aquisição de terras, o exercício de algumas profissões liberais, o trabalho agrícola, o comércio ambulante e os cargos públicos. Como operários estavam sujeitos a uma quota mínima, com salários inferiores aos dos cristãos. Para obter uma educação estavam sujeitos ao *numeros clausus*, e as escolas públicas eram-lhes expressamente interditadas. Não podiam seguir os costumes e a religião de seus antepassados. Sinagogas, escolas, asilos e hospitais judaicos não eram permitidos, e qualquer medida de expulsão podia ser promulgada em 24 horas. Tudo isso era visto por Perez com extrema preocupação (54).

Alertava os brasileiros, judeus e não judeus, para essa condição, através de uma seção do jornal "A Columna" denominada "Correio de Israel". Essas notas eram, em geral, curtas, procurando proporcionar, além de uma maior facilidade para a leitura, uma visão abrangente dos acontecimentos mundiais (55). Essas mensagens eram verdadeiramente proféticas e mostravam como o anti-semitismo se alastrava. Podemos dizer que essa propaganda anti-judaica preparava o caminho para o assassinato em massa dos judeus que viria na década de 40. Alemães já se pronunciavam contra os judeus no ano de 1916, quando um deputado germânico aconselhava o seu governo "a tratar dos judeus com desconfiança e como elementos perigosos" (56). A calúnia do crime ritual que desde a Idade Média os cristãos divulgavam para prestigiar os seus saques e massacres foi novamente empregado. Quando do desaparecimento de uma menina cristã da região de Maidan-Alexandrovs, os judeus foram acusados de ter retirado o sangue dessa criança para seus rituais religiosos. A menina foi pouco tempo depois encontrada em uma das aldeias vizinhas perfeitamente sã (57). Também o idioma "idish", falado pelos judeus do leste europeu, foi objeto de protesto de camponeses cristãos da Polônia (58), onde, entre os 900.000 poloneses, 360.000, aproximadamente, eram judeus (59).

David José Perez procurou mostrar aos seus correligionários brasileiros que nenhum judeu, na Europa, independente de sua classe social ou função — donos de jornais, financistas, banqueiros, homens de negócios, profissionais liberais ou simples carregadores de água — tinha segurança. Eram homens sem solo e sem direitos.

Também na Rússia eclodiam, continuamente, movimentos anti-semitas (60) e Markoff, chefe dos anti-semitas do partido político Duma, aproveitando a reabertura da Assembléia, afirmava que o seu partido estava resolvido a fazer oposição a qualquer concessão feita aos judeus e que apoiaria toda e qualquer agressão contra esse grupo. Um dos reflexos dessa perseguição foi o prejuízo sofrido pelas publicações de obras em línguas "idish" e hebraico (61).

Ironicamente, os judeus, que eram massacrados de um lado, por outro lado eram solicitados a se alistar nas fileiras dos exércitos europeus — Bélgica, Império Britânico, Bulgária, França, Alemanha, Grécia, Itália, Romênia, Rússia, Sérvia, Turquia, Império Austro-Húngaro e Estados Unidos (62). Até o ano de 1916, 3.000 soldados judeus já haviam sido condecorados com a honrosa medalha Cruz de Ferro (63), como também haviam contribuído com cinco milhões e meio de marcos no quarto empréstimo de guerra lançado pela Alemanha (64).

Mas havia homens que se inclinavam com simpatia para a defesa dos judeus, e Perez tomou-os como exemplo de humanistas, citando entre outros a Associação Cristã dos Moços da Inglaterra, que durante a Primeira Grande Guerra criou, em diversos pontos da linha de fogo, abrigo aos soldados, não permitindo ali qualquer tipo de discriminação, sobretudo a religiosa (65). Ainda sobre essa mesma associação informava que na Austrália havia a presença de judeus no seu quadro de representantes perante a Assembléia Geral (66) e que na Alexandria se desenvolveu um trabalho conjunto de cristãos e judeus, no sentido da formação e desenvolvimento de uma instituição beneficente infantil (67). Na Rússia, a Igreja também se fez presente na defesa dos perseguidos e membros do clero católico organizaram, juntamente com alguns professores de escola, uma Comissão para receber os judeus da região de Nijni-Novgorod (68).

No Brasil, o anti-semitismo praticado na Europa indignou vários intelectuais, com o foi o caso do literato e político Oswaldo Paixão (69) que, posteriormente se tornaria diretor do jornal "A Voz de Portugal". Para ele o anti-semitismo era "uma demência que não se explicava, crueldade que não se definia, e dentre as injustiças deste século prenhe de injustiças, a que maior revolta accorda num espírito são" (70).

A sua denúncia contra essa doutrina e a sua indignação foi novamente reforçada por Paixão em artigo publicado pela "A Columna" — "Depois da Guerra" (71), onde analisa os horrores da guerra em si, especificamente as funes—

tas conseqüências da Primeira Grande Guerra e a luta fratricida dos judeus que se combatiam mutuamente "... os judeus , os filhos de Jerusalém morta, os irmãos desterrados na vastidão do mundo, patrioticamente defendem uma pátria... que não é a sua! Uma grandeza, uma sublimidade heroica a scintillar dentro de um paradoxo...".

A sua total identificação com o ideal dos organizadores do periódico, fez com que dedicasse uma expressiva poesia ao seu mentor intelectual, David José Perez, denominada "Raciocínio" em cujos versos finais lia-se:

"Posto em frente à caudal indeterminada da Vida,
Esse pobre animal , depois de reflectir,
Aspira hoje voltar à época perdida" (72).

As notícias da perseguição sofrida pelos judeus na Rússia chegaram ao Brasil através da transcrição de um texto de Maximio Gorki "... nem por isto, porém, me isento do dever de combater por todos os modos possíveis o desenvolvimento do anti-semitismo, e de premunir o povo tanto quanto me fôr possível contra o contágio do ódio aos judeus, pois que os judeus de hoje são para mim um amigo íntimo. Sou um desses russos que repellem a opressão ao povo judeu..."(73).

Mesmo com a intensificação da propaganda anti-semita, havia, como dissemos, judeus nos exércitos e nos quadros políticos norte-americanos e europeus. Salientou-se por sua atuação política o Dr. Louis Brandeis (74), jurista, advogado judeu, que foi o primeiro israelita nomeado pelo presidente Woodrow Wilson, a participar como juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos. Segundo Wilson, "tratava-se de pessoa altamente qualificada para ocupar o posto para o qual fora nomeado..." (75). Na Alemanha, o judeu Walter Rathenau era nomeado para ministro das finanças do Império Alemão. O mesmo foi assassinado em 1922.

Apesar do anti-semitismo ter ocupado espaço privilegiado da seção "Correio de Israel", dela faziam parte também notas de eventos sociais locais como casamentos, nascimentos, mortes, formaturas etc., bem como as mais diver-

sas notícias internacionais de países os mais distantes como a Pérsia e a Rodésia e as atividades das comunidades judaicas ali existentes ⁽⁷⁶⁾. A vida judaica em Yokohama, no Japão, e de Changai, na China ⁽⁷⁷⁾, também foi objeto de diversas notas ⁽⁷⁸⁾.

Sempre atento aos acontecimentos que diziam respeito aos israelitas, Perez informava que a Sociedade Tolédano de Estudos Hebreos, na Espanha, havia resgatado da destruição completa, as oito sepulturas que ainda restavam do antigo cemitério israelita, abandonado desde o ano de 1492, quando os cristãos novos foram expulsos pela Inquisição. Essas sepulturas foram transportadas pelo Doutor Abraham Yahuda ⁽⁷⁹⁾, filólogo, lente catedrático de Língua e Literatura Rabínica da Faculdade de Filosofia, Letras de Madrid, primeiro judeu a ocupar uma cátedra em uma universidade espanhola, desde a expulsão dos judeus no século XV. O traslado foi feito com a colaboração do jesuíta Fitel Fita e do Conde de Cedelo e essas sepulturas estão hoje na antiga Sinagoga de Samuel Levy ⁽⁸⁰⁾, mais conhecida pelo nome de El Tránsito ⁽⁸¹⁾.

Esse acontecimento e essa personagem, segundo a nota, "reatavam uma vida comunal interrompida por mais de quatro séculos" ⁽⁸²⁾. Informava, também, que o Dr. Yahuda havia fundado na Espanha, por essa ocasião, duas sinagogas, uma em Madrid e outra em Barcelona. Para essa última, havia recuperado uma Torá que os judeus, expulsos de Vitória em 1492, haviam levado para Bayonna, na França.

5. Um não judeu pela causa judaica - Alvaro de Castilho

O difícil trabalho de David José Perez para despertar as alienadas comunidades judaicas do Brasil para o judaísmo, foi dividido com um ilustre brasileiro da Paraíba - Alvaro de Castilho.

Sobre Alvaro de Castilho, Max Nordau, numa carta endereçada a Perez assim se expressou "... É raro encontrar-

-se um não judeu assaz exempto de preconceitos millenarios , assaz generoso, assaz instruido na historia, na philosophia e na litteratura judaicas, e com a sua sympathia activa ajudando o nosso povo perseguido e calumniado, e eu felicito o sr. Dr. Alvaro de Castilho, por ser uma destas rarissimas e nobilissimas excepções. Quem se declara amigo dos judeus pôde contar, por sua vez, com a affectuosa sympathia reciproca dos judeus. Somos o povo da memoria indelevel e, se temos uma virtude incontestável é a gratidão" (83).

Realmente, não consta na sua genealogia nenhuma ascendência judaica. Nasceu na Paraíba do Sul, em 29 de setembro de 1878, região essa onde uma comunidade cripto-judia vivia desde o século XVI. Faleceu em 30 de outubro de 1947. Coursou o anexo da Escola Politécnica do Rio de Janeiro até os 16 anos. Trabalhou na Prefeitura e na Câmara Municipal do Distrito Federal e exerceu o cargo de Diretor do Patrimônio Nacional. Professava a religião denominada Igreja da Nova Jerusalém (Swedenborgians), que se baseava na idéia de que todas as coisas criadas têm a sua origem na sabedoria e no amor divino (84).

Não sabemos como foi que conheceu Perez, nem como se filiou à causa da defesa dos judeus. Seus artigos revelam um intellectual esclarecido e humanista. Escreveu numa de suas mensagens: "... sem pátria nem abrigo, sem sympathias de um so povo amigo ou um soberano que lhe estendesse mãos protectoras, vem pelos seculos a dentro marchando o povo hebreu em constante e cruel peregrinar, em que a uma etapa rude, de provações e penas, succedem-se outras ainda mais tormentosas e tristes, mais longas e afanosas, sem vislumbres de esperança nem sonhos de alivio a tão seguido sofrer... E ainda hoje, apoz tantas e tão notaveis conquistas alcançadas pelos seus filhos nos varios certamens do labor humano, nas artes como nas sciencias, no commercio como na industria, na paz como na guerra, nos grandes prelios sociaes como na obscura mas intensa, luta pela vida á doce penumbra do lar, na accumulção de vultosas fortunas como na contribuição de generosos donativos por todas as ten

das do vasto acampamento da philanthropia..." (85).

A discriminação e as humilhações que sofriam os judeus também despertaram a sua revolta "... a despeito de tantas afirmações das suas multiplas capacidades uteis, são elles o motivo dilecto do motejo, quando não do odio, daquelles mesmos que mais os têm explorado e humilhado sob os baixos impulsos de um feroz odio de raça, tanto mais injustificavel quanto mais civilizados se dizem os que o professam, não só nas suas apreciações individuaes e nos seus costumes privados mas até nas suas proprias leis, nos monumentos da jurisprudencia de sua patria..." (86).

Denunciou essa discriminação inclusive no Brasil, na década de 10, quando judeus procuraram o solo brasileiro, provavelmente fugitivos dos "pogroms" e perseguidos na Europa e tiveram, então, sua entrada desumanamente proibida. Cinquenta famílias de imigrantes judeus encontraram embaraços e dificuldades e tiveram que, com o socorro prestado por outros israelitas, retornar aos centros de perseguição. A propósito, declarou: "... não compreender os motivos porque, a despeito da prodigalidade com que distribuímos por certas levas de colonos largos trechos de territórios, a outros se oppõem, sem uma razão de ordem legal" (87).

Pacifista e humanista atualizado e integrado na questão da identidade nacional judaica, transmitiu, como contribuição ao periódico, notícias do jornal "Jewish Tribune", esclarecendo os leitores sobre a realização de uma Conferência de Nova York, em 16 de julho de 1916, cujo objetivo seria a organização de um Congresso Judaico que defendesse uma plataforma contendo as grandes aspirações do judeu em todo o mundo. Dessa conferência participaram 70 delegados, representando 27 organizações judaicas (88), que concordaram em que "o momento exigia de todos o trabalho de obter para os seus irmãos das regiões em guerra a concessão de direitos políticos e religiosos...". A íntegra do conteúdo dessa conferência foi traduzida e publicada pelo "A Columna".

Acreditamos que foi essa conferência que forneceu a David José Perez as bases para o congresso que ele faria realizar no Rio de Janeiro em 1917 (89).

Esclarecendo ao leitor sua condição de não adepto da religião mosaica, enfatizava que "não é necessário ser-se israelita, nem mesmo ter simpatia pela causa nacional judaica, para conhecer quanto tem sido nefasta a esse povo a ação de implacável intolerância que sobre ele vinha exercendo, por exemplo, o governo russo (90). Suas denúncias contra as injustiças e sofrimentos causados aos judeus eram de fontes as mais fidedignas possíveis e podia fazê-las segundo ele, porque "escrevia num país dotado de leis liberais e de um meio intelectual que desdenhava prejuízos mesquinhos como — raça e religião" e onde o espírito de liberdade dominava as instituições.

Castilho teve a preocupação de mostrar em alguns de seus artigos a participação de personalidades estrangeiras à causa nacional judaica, como foi o caso do jurista inglês de ascendência judaica, Lord Reading, também conhecido como Sir Rufus Isaacs, primeiro judeu na Inglaterra a ser consagrado com o título de Marquês, no ano de 1926 (91). Sua vida fora marcada "pelo exacto cumprimento do dever, sob os auspícios da honra e de uma vontade deliberadamente firme" (92).

Alvaro de Castilho teve uma presença marcante durante os dois anos de existência do periódico, tornando bem claro o seu posicionamento em relação à minoria judaica para todos os países em que o mesmo circulou.

6. J. Benedito Cohen - Poeta Marroquino na Literatura Paraense

A pequena e ativa sociedade judaico-marroquina deu ao Brasil um nome que consta na história da literatura amazonense — J. Benedito Cohen.

Nasceu em Marrocos em 31 de dezembro de 1872 e

veio menino para o Pará com seu pai, que era rabino. Teve dois diplomas — o de Odontologia e o de Direito —. Acompanhando os interesses religiosos de seu pai, estudou ativamente o hebraico e, depois da morte de seu progenitor, tornou-se o líder espiritual da comunidade de Itacoatiara (Am). Fundou, com Isaac J. Perez, a Associação Israelita de Beneficência ⁽⁹³⁾, que chegou a agregar 81 sócios. Foi, igualmente, um dos fundadores da Sociedade Maçônica Cosmopolita. Trabalhou como jornalista em diversos jornais do Amazonas, empregando como pseudônimo a denominação "Jobeco", união das três sílabas de seu nome e sobrenome. A sua carreira jornalística continuou mesmo depois de sua transferência para Teresópolis, para onde seguiu por razões de saúde. Morreu em Petrópolis, em 7 de janeiro de 1933 ⁽⁹⁴⁾.

Como poeta, deu forma original em língua portuguesa, ao poema "Sulamita", que foi publicado em partes no "A Columna" ⁽⁹⁵⁾. Trata-se de um poema epitalâmico e simbólico, composto de 7 cantos, com 61 subdivisões, compostas em sua maioria de sonetos, em versos setissilábicos. O poeta paulista Sá de Miranda referiu-se a esse poema como "sendo a única transposição em versos do Cântico dos Cânticos", obra atribuída ao rei Salomão ⁽⁹⁶⁾. A "Sulamita" de Cohen foi sentida e transcrita como uma mensagem de amor e paixão entre duas pessoas, ultrapassando o seu sentido religioso ⁽⁹⁷⁾. Esse poema, do qual inserimos aqui o primeiro canto, foi publicado no livro "Psaltério".

Une os teus lábios, divina
Aos meus lábios sequiosos:
Dá-me beijos, em surdina,
Beijos quentes e cheirosos.

Beijos — sussurros maviolos
Do lábio que me fascina —
Dá-m'os, ó filha, ardorosos
Dessa bocca pequenina...

Porque os teus lábios divinos
Têm o sabor verdadeiro
Dos licores nectarinos.

E que a escala dos meus beijos
Percorra teu corpo inteiro
Em melodias e harpejos.

Teus seios são torneados
E macios como arminho:
São dous fructos sazonados
Mais saborosos que o vinho.

Uma pomba e um pombinho,
Um casal de namorados:
Almo emblema do carinho
E amores jamais sonhados.

Dois demônios saltitando;
Duas gargalhadas francas:
Duas sereias cantando.

Enfim: dois cachos maduros
Ou duas pombinhas brancas (98).
Com os biquinhos escuros...

A produção literária de J. Benedito Cohen foi considerável. Além de poemas sobre temas judaicos como "Pessach" - Páscoa (festa do pão ázimo) (99), Hagar (100), Israel (101), escreveu A Garça (102), Prometeu (103), Macacos (104), O Furão (105), Vampiros (106), Soneto (107), Vanitas (108). Este último que aqui transcrevemos, foi dedicado a Alvaro de Castilho.

Homem, ergue a cerviz e fita a immensidade,
E sopeza o orgulho, e apura o entendimento...
Sorve em haustos de luz, da viva lacridade
Que se escapa dos sões do vasto firmamento...

Fita, remira, mede e aguça o pensamento;
Repele de tua alma a sordida vaidade,
E contempla-te empoz; verás, nesse momento
A tua pequenez, a tua nullidade...

Verás thronos de reis e tudo que revella
Opulencia e grandeza offuscar-se, em presença
De um só raio de luz da mais pequena estrella!...

E veras a final, pasmado, a tiritar,
Que a vida não é mais do que uma sentença.
Que se está a cumprir no inferno sub-lunar.

Possuidor de uma cultura eclética, escreveu sobre arte e música, traduzindo um artigo sobre as operetas do judeu Offenbach (109). Como crítico social mereceu a desaprovação de muitos de seus amigos e correligionários marroquinos, quando editou a sua obra "Através do Marrocos", onde retratou o atraso e a miséria em que viviam os judeus naquela região.

A produção literária de J. Benedito Cohen foi reconhecida por seus contemporâneos e suas poesias integram a "Literatura Paraense" de J. Eustáchio de Azevedo (110), pertencente à Academia Paraense de Letras, que sobre ele assim se expressou: "... só um poeta autêntico que fala o português e que sente perfeitamente a alma dolorosa dos hebreus podia reproduzir o estro e o coração da raça multiseular, dispersa no globo porém unificada no sentir e no desejo, devorada de sede de Deus, inquebrantável na fé bendita das promessas de Adonay e Abrão, quando a tristeza do infortúnio lhe descia sobre a veneranda velhice. Benedito Cohen encheu os templos maçônicos do Pará e do Amazonas por onde também andou com as belezas de seu verbo em polgante" (111).

A admiração de J. Benedito Cohen por Eustáchio de Azevedo era recíproca e o poema "Alma Doente", dedicado ao amigo Eustáchio, é prova disso. Esse poema consta da Antologia da Cultura Amazônica, reunida por Carlos Rocque (112).

J. Benedito Cohen pode ser considerado, juntamente com o Major Eliezer Levy, David José Perez e Alvaro de Castilho, como um dos ideólogos do Sionismo brasileiro. Polemizou, por suas idéias, com muitos dos judeus da Amazônia, que não compreenderam o sentido e a dimensão de seus escritos. Num artigo denominado "Nossos Irmãos da Amazônia" (113), caracterizou Belém, como "a mais rica, a maior e a mais organizada colônia hebraica do Brasil por sua fortuna, inteligência e finíssima qualidade", identificou Itacoatiara e Parintins como "dois pedaços da Chanaan no Centro do Amazonas" e criticou Manaus que, "embora possuindo fortunas assombrosas, não tinham cemitério, não tinham casa de oração, não tinham uma Hebrá, não tinham coisa alguma" e lamentou o fato de ver seus correligionários, a despeito da situação privilegiada que viviam não "quererem roubar às horas de prazer alguns segundos para empregá-los em benefício de um ideal há vinte séculos sonhado".

Essa crítica, pela franqueza com que foi escrita, suscitou num tal Sr. A.B., em carta dirigida a J. Benedito Cohen, uma reação negativa assim expressa: "... para que me serve ter pátria se ainda não veio o Messias? Eu acho que isso não é mais do que uma palhaçada... E quem está à testa disso? Uma porção de meninos!" (114).

Essa carta desatou em J. Benedito Cohen uma verdadeira torrente de indignação pela omissão demonstrada por esse senhor. Mostrou aos leitores em geral a situação nefasta que estavam vivendo os judeus no mundo, constatando que, "não obstante bandeirolar na flammula da hypocrisia o distico da igualdade e da liberdade, o israelita vive sob a presção esmagadora do antesimitismo mais torpe, da mais baixa perseguição. A própria França, berço da civilização e da liberdade, de espaço a espaço nos vem ferroteando com a manifestação do seu odio velho e concentrado! E senão, haja vista para a vergonhosa questão Dreifus... Sabe o sr. A.B. o que é um judeu na Rússia? Um cão! Na Alemanha? Um burro de carga! Em Marrocos, pátria do sr. A.B.? Sinônimo de imundice; na Rumania o judeu só tem direito ao ar que respira: não pode ocupar emprego publico ou particular que não seja de subalterno e de menor ordenado; não pode estudar; não pode possuir terras, não pode ensinar. No exército apesar de serem obrigados ao serviço militar, não passarão de soldados por mais actos de bravura que pratiquem. São considerados vagabundos, por serem estrangeiros...". Para tudo isso Cohen mostra que a única saída seria o sionismo, pois "... se tivéssemos uma pátria teria, fôra della um Embaixador, um Ministro, um Consul, etc... Teríamos tratados que nos garantissem as nossas propriedades; teríamos enfim de que lançar mão e a quem recorrer, quando nos negassem o Direito e a Justiça, como tem todos os povos desde os mais cultos aos selvagens...".

Provavelmente selecionada por J. Benedito Cohen, a fim de dar suporte aos seus ideais nacionalistas, "A Columna" trouxe a contribuição poética do Prof. José Benoliel, hebraísta português que traduziu uma elegia de Yehuda Hale-

vi (115), denominada "Sião", do século XII, escrita durante a Idade de Ouro Ibérica. Essa poesia descreve a destruição do Templo de Jerusalém, a dispersão judaica e o sonho do retorno e em sua primeira estrofe já está presente todo o drama do judeu perseguido:

Sião, nobre Sião, dos filhos teus afflictos.
E pelo mundo fôra errantes e proscriptos,
Não tens saudades, não?
Não pensas nos que em ti pensamos noite e dia
Cifrando em tua paz a unica alegria
Do nosso coração (116).

O que teria, então, determinado o encerramento das atividades desse jornal tão rico em sua ideologia?

A resposta a esta questão está contida em uma carta enviada por David José Perez ao Dr. Joseph Benoliel de Belém do Pará, em 1919, onde ele fez um breve e comovido relato de sua experiência como editor: "... só por um acto de verdadeiro arrojo se poderia publicar um jornal de interesses hebraicos, ainda que mensal, no Rio de Janeiro, cidade onde impera a mais heterogênea das populações e a mais desacreditada fracção de nosso povo" (117).

Perez, ainda nessa carta, relatou as dificuldades encontradas como editor, dificuldades essas que iam desde a falta de dinheiro até a falta de recursos humanos. As traduções dos artigos em língua "idish" eram feitas por judeus russos que mal dominavam a língua portuguesa, acarretando-lhe um trabalho extra de revisão. Nessa carta homenageava seu companheiro de trabalho, Alvaro de Castilho, explicando que o convite a ele feito para ser seu co-editor, "deveu-se ao fato de ser ele possuidor de "espírito altamente esclarecido e sufficientemente ilustrado para conhecer a gloriosa história do nosso povo".

Contudo, apesar das dificuldades e até desilusões por ele mencionadas, deixava transparecer sua satisfação diante da fecundidade de sua obra: "... o descredito

de nossa colônia era tão grande que quando alguns israelitas indignados escreviam uma carta respondendo as infamias publicadas contra nós, podia ter se como certo que iria para o cesto dos papéis sujos sem ver a luz da publicidade e nem o autor das infamias se retratava, nem o jornal dava explicações. Felizmente alguma coisa melhorou depois da nossa revista — já somos attendidos. Ela desapareceu mas sua 'acção foi benefica".

NOTAS

- (1) - Alguns dos trabalhos de Perez devem ser citados: Formação da Língua Castelhana, tese sobre Carmen Saeculare de Horatio; Pequena História da Filosofia; Porque é que sou judeu? Dissertação sobre a Influência do Hebraico na Língua Latina; O Direito Penal da Legislação Hebraica; Judaísmo e Universalismo, entre outros. Colaborou em vários jornais com artigos como "Os Judeus no Brasil", "As reivindicações de uma raça" (no Jornal "A Noite"), "Em defesa dos israelitas" (no jornal "O Imparcial"), "Miriam ou Miriam" (no jornal "Folha do Norte"), "Questão judaica". Caderno nº 3 - Série Capistrano de Abreu - Cadernos Avulsos. Biblioteca do Professor, Colégio Pedro II - Achegas para uma biografia do Prof. David José Peres - Antonio Antunes Malveira, 1983.
- (2) - Colégio Pio Americano, Externato Gabalda - Curso anexo à Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, Colégio São José, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Escola Superior de Comércio, Ginásio Federal, Externato Boscolo, Externato Vieira Lima, Colégio Maghen David Hebreu Brasileiro, Instituto de Teologia, Escola da Sociedade de Damas Israelitas, Instituto de Eletricidade Prática no Lycée Français, Instituto Juruena, Curso de Cultura Geral no Curso Bartelot, no Curso de Comissário da Armada, no Curso Pré-Médico, no Pré-Odontológico, no Colégio Accioli, no Paulo Frontim, no Pré-Jurídico da Faculdade de Niterói, no Curso de Extensão Universitária da Escola Superior do Comércio, no Complementar de Direito da Universidade do Brasil, Complementar da Faculdade de Medicina, entre outros.
- (3) - MORAES, Raymundo - Aluvião. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937, pp. 200-206.
- (4) - Esse Comitê funcionou na residência do Sr. T.L. Lerner, à rua Senador Euzébio, 35, e era composto pelas seguin

tes pessoas: Max Fineberg, presidente, Sr. Snitkovsky, secretário, Sr. Finegold, correspondente, Sr. J.T.Lerner, tesoureiro e Srs. Michel Duchowni, Fichel Chacn, D. Feldman, J. Spector, J. Critz., S. Westel, A. Schneider, Morgenstern, Gurfinkel, Yampolski, Snitkovsky, S. Finegold, membros do Conselho. A Columna, nº 3, ano I, 3-3-1916. "Comitê Brasileiro de Socorros aos Israelitas Victimas da Guerra".

A Columna, nº 4, ano I de 7-4-1916;
 nº 5, ano I de 5-5-1916;
 nº 6, ano I de 2-6-1916;
 nº 7, ano I de 7-7-1916;
 nº 8, ano I de 4-8-1916;
 nº 10, ano I de 28-9-1916;
 nº 13, ano II de 5-1-1917;
 nº 16, ano II de 6-4-1917;
 nº 17, ano II de 4-5-1917;
 nº 18, ano II de 4-5-1917;
 nº 19, ano II de 6-7-1917;
 nº 21, ano II de setembro de 1917;
 nº 22, ano II de outubro de 1917;
 nº 23, ano II de novembro de 1917;
 nº 24, ano II de dezembro de 1917.

(5) - A Columna nº 23, ano II, novembro de 1917 - "Pelas Victimas da Guerra".

(6) - A Columna, nº 11, ano I de 3-11-1916 - "União".

(7) - O termo Caridade, em hebraico "Tzedaka", significa literalmente justiça e reflete o conceito judaico de que a solidariedade com os necessitados, longe de representar um ato de filantropia, constitui uma ação de justiça social. Este termo, como obrigação de ajudar os que sofrem, é, por várias vezes, mencionado no Velho Testamento - Deuteronômio 24; 18, 19 - 26; 12, 14 - 22; 29, Isaías 32; 17, Provérbios 14; 34 - Salmos 106, 3 - Daniel 4; 24 - Êxodo 23; 11. É considerado, juntamente com Torá - Lei, Avoda - Estudo, trabalho, aplicação da lei, as três bases fundamentais da ordem social (Guemlut Hassadim). Implica na bondade do coração e dos atos. Sendo um mandamento bíblico, todos têm a obrigação de ajudar o seu próximo, reabilitando-o, e dando-lhes melhores condições de vida.
 O filósofo Moshe ben Ranbam - Maimônides, hierarquiza

a prática da caridade, dividindo-a em oito graus, "cada grau inferior ao outro". O grau supremo, para Maimônides, está justamente em socorrer o nosso semelhante que atravessa horas penosas com um presente, associando-se a ele, arranjando-lhe trabalho, com o que o auxiliamos a ganhar o seu sustento. BROWNE, Lewis - "Maneiras de praticar a caridade". In Sabedoria de Israel, v. II. Rio de Janeiro, Ed. Monte Scopus, 1959, pp.400-401.

Coleção cedida pelo Dr. Elias Lipiner.

Sua administração e redação funcionaram à rua Major Fonseca, 51, bairro de São Cristóvão. As dimensões do jornal eram de, aproximadamente 30 x 21 cm, contendo de 12 a 20 páginas. O logotipo de sua denominação foi elaborado em língua portuguesa e caracteres hebraicos.

Ano I - 1916 - N^os 1) 14,1; 2) 4,2; 3) 3,3; 4) 7,4;
5) 5,5; 6) 2,6; 7) 7,7; 8) 4,8;
9) 1,9; 10) 28,9; 11) 11; 12) 1,12

Ano II - 1917 - n^os 13) 5,1; 14) 2,2; 15) 2,3; 16) 6,4;
17/18) 4,5; 19) 6,7; 20) 3,8; 21/
22/23/24 (uma só edição), meses 9,
10, 11, 12.

- Foi talvez um dos principais inspiradores do Iluminismo Judaico. Nasceu em Dessau, em 1729. Seu nome Mosche ben Mendel, também conhecido como Moisés Dessau, o Sócrates judeu. Apesar de ter sido criado na educação tradicional judaica, as idéias do racionalismo e dos filósofos ilustrados começaram a se tornar do seu conhecimento. Originou-se daí a "Hascalá" (iluminismo judaico), movimento responsável pela modernização do judeu no ghetto alemão. Manteve contato direto com grandes literatos berlineses como Lessing, mas também não se descuidou dos problemas da filosofia geral, competindo com autores como Kant e Thomas Abbt. Sua preocupação foi conciliar a filosofia e a religião, evitando o teísmo. Para ele, reformar, renovar, significavam cultivar o conhecimento e o entendimento e ilustrar a razão. Sua obra máxima foi Jerusalém ou do Poder Religioso dos

Judeus. Foi o primeiro judeu dos tempos modernos a combinar judaísmo e cultura moderna, sendo como tal reconhecido por judeus e não judeus. Judeu e a Modernidade. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1970, pp. 29-33 (Coleção Judaica).

- A Columna, nº 2, ano I, 4-2-1916.

- Srs. Maurício Klabin e Alexandre Algranti de São Paulo, Ambrósio Ezaqui do Amazonas e Bernardo Rosemann do Paraná, foram os que forneceram o papel para a circulação do jornal.

- A Columna nº 6, ano I, 2-6-1916.
nº15, ano II, 2-3-1917.

- Central Archives... Op. cit., doc. 58, paper 114, Adendo nº 6.

- Idem, doc. 59, paper 124, Adendo nº 7.

- Idem, doc. 97, paper 124, Adendo nº 8.

- Idem, doc. 60, Adendo Carta nº 9.

- David Ben Gurion foi o homem que chefiou os destinos da coletividade israelense nos anos do estabelecimento da consolidação do Estado judaico e cuja personalidade marcou os rumos políticos do sionismo trabalhista e da Organização Sionista Mundial. Nasceu na cidade polonesa de Plonz, em 1886, e desde os seus 17 anos incorporou-se ao incipiente movimento do socialismo sionista. Foi orador, jornalista, ensaísta, líder sindical e líder político. Quando da proclamação da Independência de Israel em 1948 tornou-se chefe do governo e ministro da defesa. O Judeu e a Modernidade. Op. cit., pp. 387-402.

- Shalom Aleichem, pseudônimo de Sholem Rabinovitch, nasceu na Rússia em 1859 e morreu em 1916 em Nova York. Teve uma vasta produção literária entre novelas, con-

iv

70

73

87

88

91

98

99

102

104

107

109

124

125

tos, monólogos, diálogos, peças teatrais e romances .
 Provinha de uma família que embora pobre, proporcionou-lhe, além dos ensinamentos judaicos, uma educação secular russa. Foi professor, rabino oficial, empregado de escritório e comerciante. O Conto Idiche. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1970, pp. 111-128 (Coleção Judaica).

- Nachman Sirkin - Nasceu em Mohilev, Rússia, em 1867 . Filho de uma família devota, em cujas tradições seu temperamento rebelde o afastou, levando-o para os caminhos da educação secular. Em Minsk entrou em contato com o movimento revolucionário russo, que o levou por algum tempo à prisão czarista. Pela impossibilidade de estudar na Rússia, dirigiu-se à Europa Ocidental, vivendo primeiramente em Londres, escrevendo teatro. Viajou e, mais tarde, em Berlim, estudou economia, filosofia e ciências humanas, afinando-se com as obras de Marx, Engels, Saint Simon, Proudhon, Lassale e Hess. Desde cedo o problema nacional judeu foi sua preocupação e aliou-se a Herzl em 1897. Editou vários jornais tanto em hebraico como em "idish", redigindo panfletos e artigos. É considerado o principal expoente do sionismo socialista. Em 1907 encontrava-se nos Estados Unidos e ocupou-se da colonização agrícola em Israel, sendo o seu maior batalhador. Faleceu em 1924. "O Estado Judeu e o Estado Socialista" In O Judeu e a Modernidade, op. cit., pp. 323-336.

(20) - A Columna, nºs 17/18, ano II, 4-5 e 1-6-1917. "Ressurreição do Hebraico e o Futuro do Judaísmo".

(21) BEREZIN, Rifka - O hebraico moderno. Um estudo histórico. Revista Herança Judaica nº 45, março de 1981, pp. 53-60.

RABIN, Chaim - Pequena história da língua hebraica. São Paulo, Ed. Summus/Centro de Estudos Judaicos da UNS, 1973. O hebraico foi a língua falada pelo povo hebreu durante todo o período bíblico. Contudo, com a destruição do Segundo Templo em 70 d.C., os judeus passaram a falar

as línguas dos países pelos quais se dispersaram, sem, no entanto, deixar de ocupar um lugar no pensamento cultural, literário e, principalmente, litúrgico, atingindo uma produção bastante significativa, sobre diferentes temas e problemas. O hebraico, desta maneira, atravessou todos os períodos históricos e em 1881 podemos vê-lo novamente ressurgir e ocupar um lugar de destaque como língua falada. Esse ressurgimento está ligado ao espírito do nacionalismo que se encontrava em efervescência na Europa e à figura de um jovem russo, Eliezer Ben Yehuda, que nasceu em Luzhki, Lituânia, e morreu em Jerusalém, em 1922. Imbuído de idéias nacionalistas, escreveu um artigo intitulado "Uma questão importante", onde expôs a sua teoria nacionalista e o idioma como o principal atributo de uma nação. Justamente com este artigo é que se expressou, pela primeira vez, o vínculo entre o renascimento nacional e o falar hebraico. Emigrou para a Palestina em 1881 e foi o primeiro a introduzir em sua casa o hebraico como língua.

Para ajudar os imigrantes, iniciou em 1903 um pequeno dicionário e, a partir de 1908, um grande dicionário, que foi completado pelos seus discípulos em 1958, abrangendo 16 volumes e 8.000 páginas. A partir de Ben Yehuda, o hebraico começa a ser ensinado nas escolas como língua de instrução, e a partir de 1921 é reconhecido na Palestina como uma das três línguas oficiais, além do inglês e do árabe.

- (22) - A Columna nº 2, ano I, 4-2-1916; nº 5, ano I, 5-5-1916; nº 6, ano I, 2-6-1916; nº 9, ano I, 1-9-1916.
- (23) - Periódicos brasileiros em microfilmes. Rio de Janeiro Biblioteca Nacional, 1981.
- (24) - A Columna, nº 12, ano I, 1-12-1916; nº 3, ano I, 3-3-1916.
- (25) - Idem, nº 19, ano II, 6-7-1917 - "O movimento sionista pelo mundo".

LAQUEUR, Walter - A History of Zionism. New York, Schocken Books, 1916. O movimento sionista inseriu-se no contexto histórico europeu do século XIX, quando se deu o nacionalismo e a auto-emancipação dos povos italianos, germânicos e balcânicos. Dentro desta óptica, o sionismo, como movimento político, representou a libertação nacional do povo hebreu. Foi um movimento judaico nacional dos tempos modernos, que pregava a volta do povo a Sion, a criação de um Estado livre e independente, bem como a renovação da vida espiritual, cultural, política e econômica do seu povo.

(26) - A Columna, nº 2, ano I, 4-2-1916.

(27) - Idem, nº 20, ano II, 3-8-1917. "1º Congresso Israelita no Brasil".

(28) - FALBEL, Nachman - Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil. São Paulo, Federação Israelita Paulista, 1984, pp. 79-106.

(29) - Central Archives... Op. cit., Circular, doc. 132, Adendo nº 10.

(30) - A Columna, nº 21, ano II, setembro de 1917. "Ressurgimento da Judea".

(31) - Carta enviada em 20-1-1919 ao Dr. Epitácio Pessoa. Adendo nº 11, rascunho cedido pelo Dr. Abner Perez.

(32) - A Columna, nº 21, ano II, setembro de 1917. "Ressurgimento da Judea".

(33) - A Columna, nº 14, ano II, 2-2-1917. "O Momento".

(34) - A Columna, nº 6, ano I, 2-6-1916.

(35) - Idem, nº 20, ano II, 3-8-1917. Possuía uma sociedade cujo presidente era o Sr. A. Blank.

(36) - A Columna, nºs 21/22/23/24, ano II, 9-10-11-12, 1917.

Funcionava desde o dia 4 de agosto de 1917 e possuía uma biblioteca e uma sociedade beneficente. As senhoras também trabalhavam na sociedade tendo como presidente a Sra. Frida Roseman, a Sra. Lucia Friedman, secretária, a Sra. Zilda Schulman, tesoureira.

- (37) - A Columna, nº 17/18, ano II, 4-5-1917 e 1-6-1917. Em sua diretoria constavam os nomes dos Srs. Moyses Cohen, diretor espiritual, Marcos Negri, presidente, Mair Isaac Negri, secretário, Negri Primos, tesoureiro, Aarão Franco, Raphael Shuela, Aslan Chebar e Lazaro Negri, vogais.
- (38) - A Columna, nº 12, ano I, 1-12-1916.
- (39) - Idem, nº 7, ano I, 7-7-1916, já contava com 110 senhoras associadas. Sua diretoria era composta por Clara Klabin, presidente, Olga Netter, vice-presidente, Regina Borthman, secretária, Clara Fiker, segunda secretária, Esther Zippin, Neser Klabin, fiscais.
- (40) - A Columna, nº 5, ano I, 5-5-1916 e nº 6, 2-6-1916.
- (41) - A Columna, nº 5, ano I, 5-5-1916.
- (42) - Idem, nº 13, ano II, 5-1-1917. De sua diretoria constavam os nomes do Sr. Luiz Rosenberg, presidente, Naum Lerner, vice-presidente, Salomão Lerner, tesoureiro, Boris Schwartz, vice-secretário.
- (43) - A Columna, nº 9, ano I, 1-9-1916. Faziam parte da comunidade os Srs. José Pecker, presidente, Sr. José Brickman, vice-presidente, Jacob Brickman, tesoureiro, Sr. José Sobol, secretário e, ainda, Isaac Aisenberg, José Koslavsqui, Salomão Kauffman, Salomão Janovrei, Salomão Lasquim, Salomão Cramer, Francisco Leviman, Jacob Mescler, Luiz Engel, Aron Brunstein, Elias Korn, Naum Mitelman, José Kelman, Leão Kuper.
- (44) - A Columna, nº 9, ano I, 1-9-1916.
- (45) - Idem, nº 1, ano I, 14-1-1916. "Herzl".

Herzl nasceu em Budapest. Estudou direito e jornalismo, dedicando-se também à literatura. Foi correspondente do "Neue Freie Press", de Viena em Paris, e como tal acompanhou de perto a vida política francesa. A sua entrada na problemática do judaísmo deu-se com o "Caso Dreifus" e a propaganda de "bas les juifs" em 2-1-1895, que precipitou a cristalização de suas idéias na obra "O Estado Judeu", obra que representou a pedra fundamental do Sionismo Político. Em 1897 criou a Organização Sionista Mundial. In O Judeu e a Modernidade, op. cit., pp. 305-308.

- Max Nordau foi médico, escritor e crítico dos mais discutidos do final do século passado. Húngaro, nasceu em Budapeste, em 1849, mudando-se logo para a Prússia. Foi correspondente em Viena do "Pester Lloyd" importante órgão alemão. Aderiu às idéias de Theodor Herzl e o substituiu quando da sua morte. Durante a Primeira Grande Guerra refugiou-se na Espanha. Segundo a sua filosofia política deveria haver o imediato estabelecimento do Estado Judeu e a imigração maciça dos judeus da Europa Oriental, que naqueles anos de revolução e de guerra estavam sendo chacinados pelos russos, ucranianos e poloneses. Esta idéia ele a defendeu na Conferência de Londres em 1920. Faleceu em 1923 em Paris. In O Judeu e a modernidade. Op. cit., pp. 271-276.

40] - A Columna nº 4, ano I, 7-4-1916. "Max Nordau e A Columna".

() - Central Archives... Op.cit., Doc. 134. Adendo nº 12.

() - A Columna nº 9, ano I, 1-9-1916. "Despertaes".

(51) - Idem, nº 6, ano I, 2-6-1916. "Contrastes".

(52) - Idem, nº 8, ano I, 4-8-1916. "Os judeus dos países em guerra".

(53) - MALVEIRA, Antonio Nunes - Op. cit., p. 6.

70

73

87

88

91

98

99

102

104

107

109

124

125

- (54) - A Columna, nºs 17/18, ano II, 4-5-1917 e 1-6-1917.
"Na Rumania".
- (55) - Essa seção trazia, em geral, de 20 a 30 notas por edição.
- (56) - A Columna, nº 2, ano I, 4-2-1916.
- (57) - Idem, nº 8, ano I, 4-8-1916.
- (58) - Idem, nº 18, ano II, 4-5-1917.
- (59) - Idem, nº 1, ano I, 14-1-1916. "A situação na Polônia".
- (60) - Idem, nº 9, ano I, 1-9-1916.
- (61) - Idem, ibidem. Enquanto que em 1914 foram publicados 548 títulos de obras em "Idish", com uma tiragem de 1.665.946 exemplares, um ano mais tarde esses números caíram para 82 títulos, com uma tiragem de ... 309.120 exemplares. O mesmo aconteceu com as obras de língua hebraica. A 429 títulos em tiragem de 788.560 em 1914, corresponderam as cifras de 102 títulos com uma tiragem de 167.200 exemplares em 1915.
- (62) - UNIVERSAL JEWISH ENCYCLOPAEDIA, op. cit., "The First World War". Adendo nº 13.
- (63) - Até o ano de 1915 foram condecorados um número de 800 soldados judeus. Por ocasião da publicação do artigo, esse número já subira para três mil. No exército alemão havia mais de 200 oficiais judeus. No entanto, apesar de toda a colaboração, o anti-semitismo estava se espalhando pela Alemanha. A Columna, nº 2, ano I, 4-2-1916. "Os judeus na guerra", retirado do artigo de Ignacio Pinkusfeld - Judische Zeitung de Breslau, Alemanha.
- (64) - A Columna nº 8, ano I, 4-8-1916.
- (65) - Idem, nº 3, ano I, 3-3-1916.
- (66) - Idem, nº 10, ano I, 28-9-1916.
- (67) - Idem, nº 7, ano I, 7-7-1916.

- (68) - A Columna nº 5, ano I, 5-5-1916.
- (69) - Oswaldo Paixão foi o diretor responsável do jornal "A Voz de Portugal", fundado em 1936. Criticou, em 1938, o stalinismo e o hitlerismo. Entre as suas várias obras: Salazar e o Salazarismo, Cartas contemporâneas, Golpes de Vista; Boa Bola, História de um Coice, Depois de 1.500, Sujeitos e predicados, O que não soube viver.
- (70) - A Columna, nº 3, ano I, 3-3-1916.
- (71) - Idem, nº 6, ano I, 2-6-1916.
- (72) - Idem, nº 7, ano I, 7-7-1916.
- (73) - Idem, nº 13, ano II, 5-1-1917. "Gorky defende Israel".
- (74) - JEWISH ENCYCLOPAEDIA KETER, op. cit., pp. 1295-1300.
- (75) - A Columna, nº 7, ano I, 7-7-1916. "Louis Debitz Brandeis", 1856-1941.
- (76) - A Columna, nº 9, ano I, 1-9-1916.
- (77) - Idem, nºs 21/22/23/24, ano II, de 9-10-11-12, 1917 "Os Judeus na China".
- (78) - O estabelecimento dos judeus no Império da China deu-se ao redor de 206 a.C. na dinastia dos Han em Kaifung, China Central. A causa da imigração não é precisamente conhecida. No século passado os costumes judaicos dessa comunidade haviam desaparecido completamente e de uma antiga Sinagoga só restava a lembrança de uma inscrição. Alguns judeus de Kaifung, no entanto, chegaram a Changai, no início do século XX e retomaram o contato com a religião através da comunidade local. Existia na ocasião uma Sinagoga denominada Beth-El - Casa de Deus.
- (79) - Abraham Yahuda era um herdeiro da intelectualidade judaica medieval. Filho de Benjamin Yahuda, que descendia, pelo lado paterno, de uma antiga família de Bagdad e que chegara a ocupar uma posição de destaque no século IX. Por volta do século XI muitos componentes

masculinos dessa família levavam o título de "Nassi" (príncipe) e foram investidos pelo Sultão em cargos judiciários e executivos. Do lado materno provinha da família Ben Schiuchan, que exerceu um alto cargo na Corte de Afonso VIII de Castela, entre os séculos XII e XIII. Depois da expulsão da família Ben Schiuchan da Espanha, em 1492, uma parte da mesma dirigiu-se para a África, outra para a Turquia e outras ainda para Bagdad e Bassorah. Um dos mais próximos antepassados da família Yahuda foi Garady Hayim, notável por toda a Mesopotâmia, não só por sua profunda doutrina, como pelas escolas rabínicas que mantinha. Essa família recolheu em sua biblioteca particular milhares de manuscritos, muitos dos quais continham obras em hebraico, árabe, que os seus antepassados haviam trazido de Espanha a Bassorah. A Columna, nº 12, ano I, 1-12-1916 retirado do Archivio di Stato, Napoli R. Camera della Semmaria.

(80) - A Columna, nº 13, ano II, 4-5-1917.

(81) - NOVINSKY, Anita - In Kaiserling Meyer - História dos judeus em Portugal. São Paulo, Livraria Pioneira, 1971, p. 23. Samuel Levy foi "tesorero mayor" e confidente do Rei D. Pedro, o Cruel. Por volta dos anos 1356 ou 1357 mandou construir a célebre Sinagoga do Trânsito, depois denominada pelos jesuítas Nossa Senhora do Trânsito. Essa atração turística de Toledo foi recentemente transformada em museu. A casa situada ao lado da Sinagoga é conhecida como a Casa de El Greco, onde se encontra grande número de telas desse mestre.

(82) - A Columna nº 19, ano II, 6-7-1917.

(83) - Idem, nº 4, ano I, 7-4-1916. "Max Nordau e a Columna".

(84) - Nova Igreja ou Igreja da Nova Jerusalém, comumente chamada Swedenborgians. Baseia-se na teologia de Emanuel Swedenborg, cientista, filósofo e teólogo sueco, que nasceu em Estocolmo, em 1688, e faleceu em Londres em 1772. Segundo ele, toda a criação tem

a sua origem na sabedoria e no amor divino. Aceita que todas as coisas criadas são necessariamente formas e efeitos de aspectos específicos deste amor e desta sabedoria, correspondendo, então, no plano material, às realidades espirituais. A salvação do homem estaria em não pecar e em resistir às maldades e tentações, mais do que na própria fé. Enciclopedia Britânica, pp. 328-329 e 502-504.

(85) - A Columna nº 1, ano I, 14-1-1916. "O Grande Povo".

(86) - Idem, ibidem.

(87) - Idem, nº 2, ano I, 4-2-1916. "Judeus Immigrantes".

(88) - Elementos que tomaram parte na discussão, entre outros: Juizes Brandeis, Hugo Pam, Leon Sanders e Julian W. Mack, Coronel Cutler, Rabino Cohen, Dr. Solis Cohen, o escritor Sholem Asch, os Srs. Jacob Schiff, Oscar Strauss, Samuel Dorf, Louis Marschall, Jacob Paskin, Schneiderman, Drs. Goldfarb e M. Rosenau; os Srs. Cirys Adler, Bernardo Drachman, J. L. Magnes; F. Rosenblatt, Paul Abelson, Rabino Mendes, Juiz Mayer Sulzberger, Rabino Schulman, Dr. Louis H. Levy, e os Srs. Jacob Massell e H. Levy.

(89) - A Columna nº 10, ano I, 28-9-1916. "A Conferência de New York".

(90) - Idem, nº 15, ano II, 2-3-1917. "Promessas russas". "... não há exaggero em se afirmar que o Povo Israelita tem representado na Rússia, como aliás em muitos outros paizes, papel bem saliente no grande drama do progresso nacional, desde o estrenuo labor do arroteamento dos campos até o da grande sementeira donde brotam mais tarde os aprimorados fructos de que se nutre a civilização — a educação moral e intelectual dos cidadãos...".

(91) - Lord Reading ou Sir Rufus Daniel Isaacs pertencia a uma família de estadistas e advogados britânicos. Nas

ceu em Londres, em 1860, e morreu em 1935. Foi nomeado Lord Chief Justice of England, considerado o mais alto cargo judiciário da Grã-Bretanha. É considerado um dos maiores nomes de sua época na História Judaica Britânica. No final de sua vida mostrou um interesse pela causa Sionista - ENCYCLOPAEDIA JUDAICA KETER, Op. cit., v. 13, pp. 1598-1600.

- (92) - A Columna nº 10, ano 1, 28-9-1916. "Lord Reading".
- (93) - A Diretoria desta Associação foi formada por Isaac J. Perez, presidente; Elias Alves, vice-presidente; Leão Elmaleh, 1º secretário; Abrahão Ezaqui, 2º secretário; Abraham Dahan, tesoureiro; J.B.Cohen, orador oficial. A Columna, nº 4, ano 1, 7-4-1916.
- (94) - "Idishe Tzaitung" de 16-3-1970.
- (95) - A Columna, nº 1, ano I, 14-1-1916; nº 2, ano I, 4-2-1916; nº 3, ano I, 3-3-1916; nº 5, ano I, 5-5-1916.
- (96) - O "Idishe Tzaitung" de 16-3-1970 transcreve o depoimento de Sã e Miranda feito a um jornal de 10 de março de 1959.
- (97) - A BÍBLIA DE JERUSALEM. São Paulo, Ed. Paulinas.
- (98) - A Columna, nº 1, ano I, 14-1-1916.
- (99) - Festa da Páscoa - Festa do pão ázimo. A Columna, nº 5, ano I, 5-5-1916.
- (100) - Dedicado a David José Perez. A Columna nº 10, ano I, 28-9-1916.
- (101) - Dedicado a Samuel A. Levy, fundador da revista "Israel" de Buenos Aires. A Columna, nºs 17/18, ano II, 4-5-1916 e 1-6-1916.
- (102) - A Columna, nº 15, ano II, 2-3-1917.
- (103) - Idem, nº 16; ano II, 6-4-1917.
- (104) - Idem, nº 19, ano II, 6-7-1917.
- (105) - Idem, nº 20, ano II, 3-8-1917.
- (106) - Idem, nºs 21-22-23-24, ano II, setembro a dezembro de 1917.

- (107) - Dedicado a Laudelino Batista. A Columna nº 8, ano I, 4-8-1916.
- (108) - Dedicado a Alvaro de Castilho. A Columna, nº 10, ano I, 28-9-1916.
- (109) - A Columna nºs 17/18, ano II, 4-5 e 1-6-1917.
- (110) - J. Eustachio de Azevedo - Literatura Paraense. Belém, Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1943.
- (111) - Idem, ibidem, pp. 135-136.
- (112) - ROCQUE, Carlos - Antologia da Cultura Amazônica, v.I Poesias. Belém, Amazônia Edições Culturais, 1940, pp. 145-146. Esse verso não consta nos publicados pela A Columna.
- (113) - A Columna nº 20, ano II, 3-8-1917.
- (114) - Carta aberta ao Sr. A.B., redigida em Óbidos em 1917, e publicada por A Columna nºs 21/24, ano II, setembro a dezembro de 1917.
- (115) - Yehuda Halevy é considerado o maior poeta hebreu desde os tempos bíblicos. Nasceu em Toledo em 1085, no momento em que essa cidade espanhola caía em poder do Cid e em que, sob o nome de Reconquista da Península Ibérica e de Cruzadas na Terra Santa, se processava o contra-ataque cristão aos postos avançados do Islã. Foi educado por mestres reconhecidos na ciência talmúdica e nas disciplinas científicas, sobretudo na medicina. Ainda adolescente, começou a escrever versos e estes vieram a formar o extraordinário cabedal literário em que cânticos de amor, canções báquicas, epitalâmios, elegias, eulogias e literurgias somam mais de 1.000 poemas subsistentes, afora o muito que se perdeu. O que se distingue na sua obra é o registro dos sofrimentos de Israel na Diáspora e das esperanças de seu retorno a Sion. Do Estudo e da Oração. São Paulo, Ed.Perspectiva, 1968, pp. 355-356 (Coleção Judaica).
- (116) - A Columna nº 8, ano I, 4-8-1916.
- (117) - Carta do Arquivo pessoal do Dr. David José Perez, de 1919.

Capítulo V - OS MARROQUINOS E O "AMOR A SION"

1. Um ideólogo sionista no Exército Brasileiro - Major Eliezer Levy

O Major Eliezer Levy nasceu no Pará em 29 de novembro de 1877, descendendo de uma tradicional família sefaradi que emigrara para Belém em torno do ano de 1870, diretamente de Rabat e Casablanca. Fez seus estudos em Gurupá, onde seu pai atuava no comércio. Casou-se em 1900, em Cametá, com Esther Levy Benoliel e teve 13 filhos. Seus descendentes vivem hoje dispersos entre Belém, São Paulo, Rio de Janeiro e Estados Unidos. Ainda jovem, estabeleceu-se no comércio, participando como titular da firma E. Levy & Cia., Comissões e Consignações e a partir de 1910 fez parte da Diretoria da Maju Rubber Company, tendo sido um dos primeiros industriais da região de Moju. Gerenciou ainda a firma italiana de navegação C. B. Merlin, ingressou na Guarda Nacional e chegou ao posto de Coronel, ainda que fosse conhecido como Major. Formou-se em advocacia e como advogado atuou com Francisco Jucá Filho, procurador geral da República, e Alvaro Adolfo da Silveira, deputado estadual e chefe do Partido Conservador, embora ele mesmo pertencesse ao Partido Republicano (1). Foi ainda membro da Maçonaria, onde alcançou o grau 33, e foi elevado a grande benemérito da sua ordem (2).

Como político ativo, ocupou, por duas vezes, o cargo de Prefeito do município de Macapá e uma vez em Afuá (Pa), isso na década de 1930. O Dr. Henrique Jorge Hurley, por essa época corregedor das Comarcas do Estado e membro do Instituto Histórico Geográfico do Pará, em visita a Macapá em 1932, expressou a sua admiração pelo progresso educacional do município, pela sua administração, pela disposição estética da Prefeitura, da Praça, da Capela, pela limpeza e higiene da cidade. A ordem, a paz e a confiança no futuro foram sentidas pelo Dr. Hurley, que se congratulou com seu Prefeito (3).

Essa inclinação para a política, herdou-a um de seus filhos, Moyses Eliezer Levy, que foi Prefeito do município de Igarapé-Mirim. Quando da realização do Primeiro Congresso dos Prefeitos dos Municípios, em 1931, ambos foram reconhecidos como homens que batalhavam pelo desenvolvimento da Amazônia (4).

Como membro da comunidade judia-sefaradi do Pará, o Major Eliezer Levy teve o seu nome ligado não só ao jornal "Kol Israel" - Voz de Israel, como às sinagogas, ao Comitê Israelita, à Associação Beneficente do Pará e ao Externato Misto Dr. Weizmann, por ele fundado.

Entre as várias preocupações e interesses do Major Levy, estava a educação judaica. O externato destinou-se à comunidade em geral, aos órfãos e desamparados e à sua inauguração estiveram presentes o próprio governador do Estado, Exmo. Sr. Dr. Lauro Sodré, além de outras personalidades do Estado e do mundo judaico local (5).

O ensino na escola era gratuito, além de todo o material escolar. Aos mais necessitados o estabelecimento fornecia roupas e calçados. A escola chegou a abrigar 70 crianças, que recebiam, além do ensino do hebraico, também o preparo em trabalhos manuais. O Externato Weizmann não esteve aberto apenas às crianças judias, mas a qualquer criança da sociedade paraense, independentemente de sua crença religiosa (6).

O Major Eliezer Levy, ao escrever, em 1919, ao Dr. Chaim Weizmann, líder Sionista e o primeiro Presidente do Estado de Israel (7), para pedir-lhe licença para usar o seu nome para o Externato, comunicou-lhe, também, a fundação, em outubro de 1918, do seu Comitê Sionista "Abahat Sion" - Amor a Sion, além do jornal "Kol Israel", criado com o objetivo de difundir o ideal sionista (8). Essa carta foi respondida pelo Sr. Landa, editor do Boletim Sionista, em virtude de encontrar-se Weizmann em Jerusalém. No entanto, em nome dos dirigentes da organização enviava-lhe os melhores votos de sucesso (9).

iv

70

73

87

88

91

98

99

102

104

107

109

124

125

Eliezer Levy, além de seguir e divulgar passo a passo, as realizações do Sionismo, seguiu, também, a filosofia judaica com relação à educação "não há progresso sem instrução". Perseguindo esse ideal, fundou, em 1919, um Grêmio Literário e Recreativo denominado "Theodor Herzl", cujo nome homenageava o criador do Sionismo Político Moderno, e a Biblioteca "Max Nordau", em 1922, onde jovens brasileiros poderiam buscar conhecimentos sobre sua história e sua cultura.

A ignorância, o analfabetismo, a carência de órgãos dedicados à educação da população do Norte, levaram -no a alertar seus contemporâneos para a necessidade premente de progresso na área educacional, "Oxalá todas as sociedades de Belém imitassem a Beneficente Israelita, fundando escolas para a instrução de crianças, os homens de amanhã, as futuras mães de famílias e dos quaes dependerá a grandeza da Pátria e a estabilidade social nos moldes da mais sã moral. Feliz, civilizado, progressista, digno e forte será o país onde o coeficiente do analfabetismo seja nulo e o Brasil só alcançará esse desiderato pelo concurso pessoal de cada um em prol de tão nobre causa" (10).

Em 1947, morreu o Major do Exército Brasileiro, Dr. Eliezer Levy. Seu nome consta entre os daqueles homens que, como judeus e brasileiros, deram ao país que recebeu os seus antepassados o melhor de sua inteligência e cultura (11).

2. "Kol Israel" - Voz de Israel - Atravessa o Brasil

O próprio título do jornal é, em si, uma mensagem: Israel.

Os judeus dispersos pelo vasto território Brasileiro, vindos não só do Marrocos, mas talvez dos quatro cantos do mundo, tinham agora uma mensagem, um sinal, um ponto de referência, que marcava a sua identidade comum:

Judeus. Essa mensagem foi expressa pelo periódico idealiza
do pelo Major Eliezer Levy.

No dia 5 de outubro de 1918, foi fundado um
Comitê Sionista denominado "Abahat Sion" - Amor a Sion, de
cuja diretoria constavam os Srs. A. Rebenick, presidente, Me
nasses Bensimon, vice-presidente, Eliezer Levy, secretário,
José Bensimon, tesoureiro. Esse Comitê incluiu no seu pro-
grama a criação de um jornal, denominado "Kol Israel" - Voz
de Israel — jornal independente de propaganda Sionista —
que começou a circular no dia 8 de dezembro de 1918 e funcio
nou até o ano de 1926 (12).

Foi Eliezer Levy quem arcou com a responsabi-
lidade financeira do periódico. A redação do jornal foi en-
tregue a um também judeu marroquino, o farmacêutico Dr. José
Zagury (13).

O "Kol Israel" circulou até o ano de 1926 .
Em carta enviada pelo Major Eliezer ao editor do jornal "Ha-
-Lapid" - A Tocha, de Portugal, Sr. Arthur Carlos de Bar-
ros Bastos, também Major do Exército, Levy confidenciou-lhe
que a circulação de seu jornal havia chegado ao fim, sem per-
der, contudo, a esperança de uma futura reedição, o que
aliás, jamais aconteceu. (14).

É interessante registrar *en passant* esse
contato de Eliezer Levy com o Major Bastos, que foi uma das
figuras mais idealista e mais curiosa da história dos
cristãos novos portugueses.

Arthur Carlos de Barros Bastos nasceu na ci-
dade do Porto, Portugal, em 1887. Através de seu avô tomou
contato com o judaísmo e tornou-se, posteriormente, o líder
do movimento de retorno dos cristãos novos portugueses à Lei
de Moisés. Fez carreira militar, participou da Primeira
Grande Guerra e, após o término da mesma, dedicou-se com
afinco ao estudo do hebraico, decidido a regenerar os cris-
tãos novos que ainda viviam em Portugal. Obteve, para isso,

um grande apoio moral do historiador Lucien Wolf, e da Inglaterra obteve a ajuda financeira. Construiu uma moderna Sinagoga no Porto, onde reuniu significativo número de portugueses da velha origem judaica. Criou um pequeno seminário de estudo sobre a história judaica e iniciou o seu trabalho em prol da divulgação do judaísmo por todo o norte de Portugal. Criou o pequeno jornal "Ha Lapid", que tinha como objetivo divulgar a trajetória da vida dos hebreus aos cristãos novos. Publicou vários livros de orações e escreveu um trabalho sobre os portugueses na cidade do Porto. O fato de ter se empenhado pelo retorno dos portugueses ao judaísmo levou a Igreja de Portugal a expulsá-lo do Exército. Morreu no ano de 1961 (15).

O "Kol Israel", no decorrer de sua existência, tratou de diversos assuntos, embora a temática central fosse o grande movimento que tomava corpo no mundo "O Retorno à Palestina e a Reconstrução da Vida Judaica na Terra Prometida". Tratava, também, de manter os leitores informados entre si sobre o seu cotidiano social: os casamentos, noivados, os que chegavam, os que partiam, o lazer, as visitas de parentes, as personalidades, os nascimentos e as mortes.

O setor do jornal dedicado à propaganda, revela-nos uma intensa atividade econômica dos judeus, ligada ao comércio interno, importação e exportação.

A qualidade desse periódico foi registrada no estrangeiro em vários jornais, entre os quais "Juedische Rundschau" da Alemanha, que informava sobre a fundação de uma sociedade sionista, sobre o semanário em língua portuguesa e sobre a criação de um órgão educacional judaico para crianças de ambos os sexos (16).

No Brasil, o jornal "Kol Israel" mereceu igualmente, efusivos elogios por parte da imprensa do Norte, como os jornais "Estado do Pará", "Folha do Norte", "Diário Oficial" e "A Razão" (17). Esses jornais manifestaram sua simpatia pela ideologia do "Kol Israel", na luta pelo retorno dos judeus à Terra Prometida.

A inclusão do "Kol Israel" entre os grandes jornais do Norte do Brasil em levantamento feito pelo Instituto Histórico Geográfico do Pará, em 1920, mostra que a projeção do jornal ultrapassou os limites da comunidade a que se destinava, desempenhando seu papel elucidativo também fora dela (18).

No Pará e no Amazonas foi dada considerável ênfase à presença desse órgão judaico e, entre as cartas dos leitores, vale a pena transcrever uma, que revela o impacto causado por esse informativo "... teremos Pátria, teremos bandeira, os nossos filhos não serão mais os espúrios da sorte, os párias do destino: penetraremos de frente erguida entre os povos e retomaremos o nosso lugar de honra no concerto das Nações. E já que temos um órgão na imprensa, agrupemo-nos em torno d'A Voz de Israel e prestigiemo-la. A imprensa é hoje o quarto poder. A ella devemos todas as reformas e todas as conquistas sociaes: ella é o espelho da sociedade, o filão de ouro por onde se aquilata o valor de cada povo" (19).

Essa carta denota que os judeus, onde quer que se encontrassem, assimilados ou não, estavam atentos aos ecos que vinham de todas as partes.

O Comitê e o jornal, como porta-vozes do Sionismo, não atuavam sós. Estavam ligados aos Comitês de Nova York, Londres e Jerusalém. O conhecimento da publicação da Declaração Balfour e sua alegria pela solução política dada à questão judaica, fortemente enraizada no coração de Eliezer Levy, ficaram registrados em carta que enviou ao Dr. David José Perez "... os tempos são chegados para que um por todos e todos por um, reunidos e fortes, sem receio e sem exaltações, levemos de vencida todos os obstáculos, pois não está longe o grande dia da nossa victoria" (20).

Pela ocasião em que circulou a edição comemorativa do primeiro aniversário do "Kol Israel", em sua mensagem estava contida toda a expectativa do jornal "... nem só

iv

70

73

87

88

91

98

99

102

104

107

109

124

125

de pão vive o homem, que a par de urgentes interesses materiais, há atrações elevadas, há fins superiores que, embora ligados à vida prática, servem ao homem de fanal erigido para bem lhe mostrar justamente os accidentes desse caminho terreno que os seus pés não podem abandonar. A Voz de Israel, não quer ser senão uma, embora das mais longínquas e mais apagadas, nesse côro immortal com que o Hebreu reentrará na Jerusalem do seu sonho millenário" (21).

Apesar da boa receptividade que o jornal obteve, durante a sua circulação, presumimos não terem sido poucas as dificuldades enfrentadas pelo seu editor para cumprir aquilo que levava como missão — a Ressurreição da Pátria Hebraica —: "diz-nos a consciencia haveremos cumprido o nosso dever a despeito de todas as injustiças e de todas as dificuldades, e a certeza de haver cumprido alenta — nos para novas luctas, para novos empreendimentos em prol do ideal que abraçamos. Ideal bemdicto de ressurreição da Pátria Hebraica" (22).

Se lutou contra injustiças, como fez transparecer em seu periódico, também teve estímulos de não judeus, filo-semitas, cujos ecos chegavam-lhe de longe. Assim, o Prof. Almeida Genú, membro da Universidade de Roma e do Instituto Histórico, Geográfico Brasileiro do Pará, juntou-se ao ideal de Levy com palavras estimulantes, embora com travo de amargura: "... combater o erro, restaurar a verdade; illuminar paginas esquecidas ou desprezadas, definir uma meta que deve ser alcançada num século em que tudo tende à grandeza, à independência, à glorificação enfim, foi o fito que nos traçamos desde o início da nossa generosa e nobre tarefa... Em todas as regiões, em todos os paizes, em todos os recantos do globo nota-se hoje o movimento israelita, e aqui tambem se ha de notar, mau grado a vontade pouco resolvida de quem devera ser dos primeiros a estimulal-o... A Voz de Israel levanta-se alem e aquem dessas zonas variadas do nosso globo e infelizmente parece querer variar tambem nos espiritos lucidos dos que lhe fecham os ouvidos. Assim, porém, não serei... (23).

3. A Mensagem da Terra Prometida

O Major Eliezer Levy conferiu ao informativo judaico "Kol Israel", desde os seus primeiros números, um cunho predominantemente sionista.

Mesmo antes do término da Primeira Grande Guerra muitos judeus estavam conscientes da necessidade de uma terra livre, e da importância de um trabalho de desenvolvimento da mesma, onde o povo israelita pudesse obter os lucros de seu próprio labor.

A atenção do povo judeu voltava-se, na época, para a Inglaterra. Arthur James Balfour — Lord Balfour —, secretário dos assuntos exteriores da Grã-Bretanha declarava, em carta enviada ao Barão Rothschild, em 2-11-1917, que o governo inglês via com bons olhos o estabelecimento, na Palestina, de uma nacionalidade para o povo judeu e que, para tanto, empregaria os seus melhores esforços, no sentido de facilitar a realização desse objetivo.

A Declaração da Palestina livre, como também é conhecida a Declaração de Balfour ⁽²⁴⁾, foi confirmada na Conferência de São Remo, em 24 de abril de 1920, onde ficava assentado que, de acordo com o tratado de paz com a Turquia, a Palestina e a Mesopotâmia seriam constituídas nações independentes, sob a proteção da Inglaterra ⁽²⁵⁾. A Palestina passaria, então, a ter um governador civil inglês, cuja escolha recaiu sobre o hebreu Herbert Samuel, ministro das colônias do Reino Unido, membro da Câmara dos Lordes e Conselheiro da Coroa ⁽²⁶⁾.

Chaim Weizmann, que foi um dos principais articuladores do movimento Sionista e, posteriormente, o primeiro presidente de Israel, empenhou-se, desde cedo, em defender os direitos históricos dos judeus sobre a Palestina e a fundação, nessa região, de colônias agrícolas, expondo seu programa na Conferência de Paz realizada em Paris ⁽²⁷⁾.

70

73

87

88

91

98

99

102

104

107

109

124

125

3. A Mensagem da Terra Prometida

O Major Eliezer Levy conferiu ao informativo judaico "Kol Israel", desde os seus primeiros números, um cunho predominantemente sionista.

Mesmo antes do término da Primeira Grande Guerra muitos judeus estavam conscientes da necessidade de uma terra livre, e da importância de um trabalho de desenvolvimento da mesma, onde o povo israelita pudesse obter os lucros de seu próprio labor.

A atenção do povo judeu voltava-se, na época, para a Inglaterra. Arthur James Balfour — Lord Balfour —, secretário dos assuntos exteriores da Grã-Bretanha declarava, em carta enviada ao Barão Rothschild, em 2-11-1917, que o governo inglês via com bons olhos o estabelecimento, na Palestina, de uma nacionalidade para o povo judeu e que, para tanto, empregaria os seus melhores esforços, no sentido de facilitar a realização desse objetivo.

A Declaração da Palestina livre, como também é conhecida a Declaração de Balfour⁽²⁴⁾, foi confirmada na Conferência de São Remo, em 24 de abril de 1920, onde ficava assentado que, de acordo com o tratado de paz com a Turquia, a Palestina e a Mesopotâmia seriam constituídas nações independentes, sob a proteção da Inglaterra⁽²⁵⁾. A Palestina passaria, então, a ter um governador civil inglês, cuja escolha recaiu sobre o hebreu Herbert Samuel, ministro das colônias do Reino Unido, membro da Câmara dos Lordes e Conselheiro da Coroa⁽²⁶⁾.

Chaim Weizmann, que foi um dos principais articuladores do movimento Sionista e, posteriormente, o primeiro presidente de Israel, empenhou-se, desde cedo, em defender os direitos históricos dos judeus sobre a Palestina e a fundação, nessa região, de colônias agrícolas, expondo seu programa na Conferência de Paz realizada em Paris⁽²⁷⁾.

O Fundo de Reconstrução da Palestina, conhecido como "Keren Hayesod", iniciou nesse período uma fecunda divulgação em prol de uma coleta de fundos para a compra de terras na Palestina (28).

Os esforços pela reconstrução das cidades, pela fundação de hospitais, de instituições de previdência e beneficência, a construção de uma Universidade, bem como atividades militares foram noticiadas e acompanhadas pelos brasileiros, através do "Kol Israel", sob o "slogan": "A Palestina hebraica está hoje constituída de facto e não virá longe o dia em que esteja de direito" (29).

Alguns judeus que viviam nesse tempo no Brasil já estavam engajados na luta em prol de uma pátria independente, incentivados certamente pelas idéias expostas no jornal de Perez "A Columna". Mas foi Levy quem transmitiu aos judeus do Norte as mais diversas notícias sobre o progresso econômico e cultural que seus irmãos de fé imprimiram à Terra Santa: a criação pioneira de dois jornais em hebraico "Hassefirá, A contagem" — jornal científico — e "Halachon, A Língua"; a fundação de um Conservatório Musical, o lançamento de selos com a palavra Palestina em caracteres hebraicos, inglês e árabe (30) e a construção de estradas de ferro que passariam a ligar as colônias já existentes com a cidade de Jaffa (31).

Em um de seus números, o jornal mostrava aos judeus do Norte o espírito que norteava o Retorno, publicando uma foto do lançamento da pedra fundamental da Universidade Hebraica de Jerusalém, importante conquista cultural do povo judeu na Palestina, em 1918 (32). Ao acontecimento estiveram presentes várias personalidades de destaque, não só dos meios intelectuais como também científicos e políticos (33).

O novo movimento imigratório para a Palestina, incentivado pelos escritórios judaicos sionistas em Praga, Viena e Constantinopla alcançou o distante Brasil.

Acontecimentos internacionais dessa ordem e pessoas vinculadas ao retorno dos judeus à Palestina davam vida à limitada existência dos marroquinos em Belém do Pará. O aniversário do rei Jorge V da Inglaterra, em 1920, foi motivo para a realização de diversos atos públicos judaicos. Formou-se uma comissão que, em nome dos judeus residentes no Pará, foi ao encontro do Cônsul inglês a fim de apresentar as felicitações pela passagem do aniversário de Sua Majestade. Foi enviado um telegrama ao Ministro do Exterior em Londres, encarregando-o de transmitir as homenagens ao Rei, não só pelo seu natalício, como por sua posição na Conferência de São Remo. Uma bandeira Sionista azul e branca foi hasteada na iluminada fachada da Associação Beneficente Israelita, enquanto que no Externato Weizmann era decretado feriado escolar (34).

Esses festejos foram deliberados pelos Srs. Simão Benjô, Jacob Benchimol, Isaac Benchimol, da Diretoria do Comitê Israelita do Pará, Sr. Eliezer Levy e José Benjô da Associação Beneficente José e Abraham Bensimon, do Comitê "Abahat Sion", como também pelos Srs. Isaac Roffé, Moyses H. Serfaty, Moyses S. Marques, Jacob Benzaquem, integrantes da comunidade. O telegrama enviado pelos israelitas do Pará, recebeu resposta do Cônsul inglês (35).

Embora a efervescência do movimento Sionista se localizasse, principalmente em países como Inglaterra, França, Rússia e Estados Unidos, as suas idéias se alastraram até as mais longínquas comunidades marroquinas da Diáspora como Tetuã (36) e Tânger, cujos jovens se mobilizavam através da sociedade "Maguen David" - Sociedade Estrela de Davi. É interessante notar que essa sociedade tinha vínculo com os jovens da sociedade judia-brasileira do Norte do Brasil. Nomearam para seu representante no Pará o Sr. José Marques, comerciante, membro da firma S. Marques & Irmão (37), exportador e proprietário dos vapores Walter e Maltob (38).

Nessa ocasião chegou ao Brasil o poeta e jornalista Sr. Leo Jaffe, delegado da Organização Sionista

Universal com sede em Londres, depois de sua visita à Argentina, Chile e Uruguai. Manteve encontro com o Presidente brasileiro, Sr. Dr. Arthur Bernardes, proferiu diversas conferências em teatros e centros israelitas do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Recife. Pode-se dizer que o governo brasileiro via, então, com simpatia, a divulgação do Sionismo ⁽³⁹⁾.

A visita do Sr. Leo Jaffe deu oportunidade a que o "Diário da Bahia" mencionasse nomes de famílias baianas de antiga origem judaica como os Cohin, Saback etc, que "apesar de divorciados da crença de seus avós, guardam ainda os sobrenomes indicativos da remota origem" ⁽⁴⁰⁾.

E o Sionismo no restante da América do Sul? Qual a sua expressão e força na década de 10?

No Chile, por exemplo, realizava-se o Primeiro Congresso Sionista, nos dias 19, 20, 21 de setembro de 1919, que, propondo-se a atuar em diversos aspectos da sociedade chilena, sobretudo o cultural, procurou manter acesa o ideal sionista e o judaísmo ⁽⁴¹⁾. Contudo, a simpatia com que era visto o programa sionista não implicava que o Brasil do início do século estivesse livre da milenar carga de preconceito anti-judaico. Um artigo de autor anônimo, publicado no jornal do Norte "A Imprensa", qualificava o judeu de "usurário, parasita, pretense-martyr e sonhador, cujas funções econômicas e financeiras são exercitadas inteiramente como um conto de vigário ao resto da humanidade...". Um outro artigo, escrito pelo Presidente do Comitê Polaco do Rio de Janeiro dizia que "... todos os males que pesavam sobre a Rússia e a Polônia eram causados pelos judeus..." ⁽⁴²⁾.

Os editores do "Kol Israel" responderam a isso com um artigo assinado pelo seu colaborador, Dr. David José Perez, que buscava esclarecer a população sobre o passado histórico do povo judeu em relação ao fato de sua expulsão da Península Ibérica nos séculos XV e XVI, afirmava que tanto Portugal como Espanha lamentavam os prejuízos causados então por esse êxodo. Informou que na Espanha

70

73

87

88

91

98

99

102

104

107

109

124

125

da década de 10, o Dr. Angel Pulido, Senador pela Universidade de Salamanca, procurava resgatar a figura do judeu, na tentativa de trazê-lo de volta ao território espanhol, agindo da mesma forma como fizera Antonio Vieira em Portugal, na época colonial, em defesa dos cristãos novos. Perez concluiu o seu artigo afirmando: "... ninguém supponha que eu pretenda innocentar este ou aquelle criminoso. Entre os judeus como entre todos os povos ha homens de elevadas virtudes como ha tratantes e canalhas. Combato e combatarei esse systema, caracteristico dos anti-semitas que não vêem propriamente no judeu senão o elemento pernicioso da sociedade em que vive..." (43).

Intelectuais brasileiros entenderam a mensagem e Almeida Genú, membro do Instituto Histórico, Geográfico do Pará, sob o pseudônimo de "Dalgê" narrou a História do povo judeu desde os tempos bíblicos até a atualidade, mostrando quão profundamente conhecia a História judaica. Regostijava-se com os rumos que a "Declaration Day" deu à questão e num estilo grandiloquente, o articulista conclamava: "... alegrae-vos filhos de Sion, porque o vosso dia está chegando. As vossas dores serão minoradas, as vossas lagrimas enxutas, os vossos prantos ouvidos, as vossas preces acatadas. Confiae que Jehovah que vos provou por tantos séculos, penetrou no coração das nações poderosas e fez com que a sua justiça irradiasse triunphante. Mas orae ainda que a pyrra fumegante dos vossos sentimentos toca intimamente a piedade d'aquelle que não se esqueceu de Sion, sua filha predilecta. Oh! Anno admiravel que rasgas o veo negro do seu passado irreconciliavel e desvendaes o diaphano horisonte de uma esperança que em breve desabrochará em lyrios de realidade. Oh! Dia augusto, em que das nações sahiu a grande promessa da redempção e integridade de um povo ha tanto tempo humilhado pelo vil orgulho dos potentados.

Pará, 2-11-1919 - Dalgê
do I.H.G., Pará" (44).

4. Aspectos da vida marroquina nas páginas do "Kol Israel"

Os judeus sefaradis de procedência marroquina, já nascidos ou não no Brasil dedicaram-se, em sua grande maioria, à atividade comercial. Alguns estiveram ligados à exportação de borracha, cacau, castanha, raízes medicinais, cigarros, guaraná, cumaru, copaíba, couro de veados, entre outros produtos. Importavam uma variedade de mercadorias, entre elas tecidos, calçados, chapéus, perfumarias, penas de garça e armarinhos em geral.

Sobressaíram no mundo dos negócios em Belém, entre os anos de 1916/1926 (45), Simão J. Benjô, Alfredo Roffê & Filho, H. Serfaty & Cia, S. M. Marques & Cia, Benchimol & Cia, B. Levy & Cia, David Levy, Abitbol & Aguiar, Isaac J. Roffê & Cia, David Hassan, T. J. Lerner, Boris Tchorney, Gustavo Figner, Saad Divan, Max Brand, Benjamin Nigri, Isaac Cohen, S. M. Pinto, M. E. Serfaty, Moyses Sabbá, Nahon & Cia, Benchimol & Irmãos, Marques & Benchimol, José Benzecry, D. J. Sicsu, Pazuello & Benacon, Israel & Cia, Levy & Irmãos, Menasses & Bensimon, A. Cohen & Cia, Maurício Teitel, David Benzaquem, Salim Nigri, Jacob Kislánov, I. Benchimol, Mayer Elgrably, Elias Benayon, Elias Medina, Samuel Boternik, Casa Cohen, Jacob Beisvy (46).

Os judeus estiveram, também, ligados à construção naval, atividade desenvolvida tanto para fins comerciais como turísticos. Seus navios, vapores e paquetes circularam pelo rio Amazonas, levando de um extremo a outro os produtos de maior demanda. Mas os judeus marroquinos não expandiram no Brasil apenas os seus talentos mercantis. Como médicos, advogados, farmacêuticos, professores, deixaram seus nomes vinculados à vida cultural do Norte. Apenas para citar alguns: Elias Roffê, Jayme Ben-Athar, Marcos Pinto (médicos), Leão e José Zagury, Hanita Levy (farmacêuticos), David José Perez, J. Benedito Cohen, J. J. Ben-Athar, Ambrozio Ezaqui, Abraham Obadia (advogados), Judith Aben-Athar (pianista), Jacob Cohen, Armando Soares (agrônomos),

Luna Obadia (odontóloga), Samuel Aflalo, Isaac Garson, Sara Cohen e A.J. Bensimon (professores).

Em capítulo anterior já dissemos que a comunidade marroquina possuía, também "mohels" e rabinos, que lideravam a vida religiosa. Apesar de estabelecidos na Amazônia, circulavam pelas várias regiões do país, sempre que solicitados pelos solitários judeus desejosos de seguir os preceitos judaicos. Os principais rabinos foram Fortunato Athias, Moyses Benlolo, os "mohels" J. Benedito Cohen, Jayme Benchimol, Jayme Zagury e José Zagury (47).

Os judeus habitaram, individualmente ou em grupos, com suas famílias, as mais distantes regiões do "hin-terland" amazônico. Podemos encontrar referências à sua existência em localidades como Alemquer, Itacoatiara, Barreirinha, Parintins, rio Ituquara, Óbidos, Foz do Javary, Boim, zona do Tapajós, Xapuri, Prainha, rio Acre, Afuá, Porto de Moz, Cametã, Vila do Mosqueiro, rio Madeira, Santo Antonio do Rio Madeira, São Miguel de Guamã, Itaituba, Uruximinã, Baião, Monte Alegre, Tapará, Santarém, rio Juruá, Sena Madureira, Maués, Charapucu, Igarapê Miry, Manicoré, rio Tocantins, Humaitã, Mandarucu, Manacapuru, Xingu, Porto Velho, Macapã, entre outros. Muitos desses já viviam nessas regiões havia muito tempo, como é o caso de Elias Alves de Rabat, que vivia em Itacoatiara havia mais de 30 anos, e de Isaac Bensimon, de São Miguel de Guamã, ali residente havia mais de 60 anos (48).

Em Itacoatiara, Amazonas, já funcionava a "União Israelita Guemilut Hassadim", composta de 81 sócios, de cuja diretoria faziam parte os Srs. Isaac J. Perez, seu fundador, Elias Alves, vice-presidente, Leão Elmaleh, primeiro secretário, Abraão Ezaqui, segundo secretário, Abraham Dahan, tesoureiro e J. Benedito Cohen, orador.

Também na distante Óbidos, Pará, vivia um pequeno grupo composto pelos Srs. Isaac Azancoth, Alberto Audayn, Abraão Chocron, José Bemergui, Jacob Benchimol,

Jayme Cohen, Assayag, Soares, Jayme Aben Athar, Abraham Cohen (49). Procuravam viver próximos uns dos outros, constituindo um verdadeiro bairro judeu.

A carta do Sr. Abrahão Aflalo, de Manicoré (Am) (50), transmite-nos uma imagem da pequena comunidade "... há concordia, somos respeitados pela população em geral e particularmente pelos chefes quer civis quer militares, que são todos catholicos, pelo que louvamos a Deus a quem pedimos conservação da boa harmonia aqui reinante. As nossas orações por ocasião de festividades religiosas fazemol-as em a casa de algum dos nossos correligionarios, por não possuirmos predio destinado a servir de synagoga: temos entretanto o nosso cemitério particular adquirido por compra legitima ao municipio e é administrado por nós mesmos " (51).

Os mais ricos buscavam preencher na Europa as lacunas que a vida cultural do Norte ocasionava. Assim era o caso dos Srs. Ramiro Bentes, abastado comerciante da zona tapajônica (52), Simão J. Benjô, Isaac A. Benchimol, Abrahão Aflalo (53), Isaac Bentes, José Benchimol, Isaac Ifrah, Samayha Elmaleh, Samuel Laredo, Elias Azulay, cujas viagens, juntamente com seus familiares, para Tanger, Tetuã, Palestina, Rabat, Casablanca (54) ficaram registradas nas páginas do "Kol Israel". Da mesma forma ficaram registradas as visitas de marroquinos do interior à capital, onde vinham tomar contato com seus correligionários, como foi o caso do Sr. Abraão Chocron, de Óbidos (55) e de Da. Júlia Nahon, de Parintins (56).

Os judeus marroquinos estiveram presentes nas Associações Comerciais tanto do Pará como do Amazonas. As duas representam a própria história do comércio, da indústria e das classes produtoras em defesa dos produtos da região amazônica.

A Associação Comercial do Pará data de 1819 (57), reorganizada em 1864, com o nome de Praça do Comér-

cio. A partir do ano de 1899, mudou o seu nome para a atual Associação Comercial do Pará e, já em 1914, em sua diretoria encontrava-se o marroquino Isaac J. Roffê, que, antes disso já vinha fazendo parte do Conselho Deliberativo. Muitos outros marroquinos atuaram dentro dessa Associação, nessa época, entre os quais Moyses E. Serfaty, Menasses Bensimon, Moyses Serfaty Levy, Jayme Benchimol, Simão Roffê, Marcos Athias..

Devemos ressaltar que até hoje a comunidade judia marroquina mantém a sua tradição de participar ativamente da vida dessa entidade (58).

Também na Associação Comercial do Estado do Amazonas estiveram atuantes os judeus marroquinos. Fundada em 1871, com o objetivo de incrementar e defender os interesses econômicos da região, contou com a participação, entre outros dos senhores Jayme Soares, Jacob Levy, Raphael Benoliel, Paulo Levy, Jacob Essabã, Ambrozio Ezaqui, Marques & Cia. Ltda, Jacob Isaac Benzaquem, S. B. Israel, A. Benoliel, B. Levy & Cia, Ezaqui Irmão & Cia, Paulo Levy & Cia, Jacob Paulo Levy Benoliel (59).

Quantos eram, finalmente, os membros dessa comunidade marroquina judia do Norte do Brasil dessa época? Um número preciso ainda é impossível de se calcular. Muitos se mesclaram com brasileiros cristãos através de casamentos, outros talvez tenham enveredado pelo imenso Brasil, perdendo-se da comunidade.

Através da seção "Notas Sociais" do jornal "Kol Israel" levantamos um total de 410 nomes (150 do sexo feminino e 260 do sexo masculino) (60). Devemos, no entanto, considerar que cada um desses nomes era parte de um grupo familiar muitas vezes composto de até dez elementos.

Todo um painel do cotidiano vivido pela comunidade marroquina ficou registrado nas notas sociais e nos anúncios do jornal comunitário "Kol Israel". Essas no-

tas e esses anúncios cumpriam duas funções: proporcionar uma leitura de lazer aos seus assinantes e, ao mesmo tempo, mantê-los informados a respeito das atividades de seus correligionários. Se na época serviram a um interesse de integração, hoje tornaram possível uma caracterização da comunidade judia marroquina brasileira, sobretudo aquela do Norte.

NOTAS

- (1) - FALBEL, Nachman - Revista Shalom nº 221, ano XVIII, maio, 1984.
- (2) - A tradição dos judeus na maçonaria do Brasil vem desde a época colonial. Embora sendo um núcleo fechado, que lutava em prol da fraternidade, tolerância, solidariedade e liberdade de consciência, é claro que os judeus sentiram-se inclinados a apoiar a sua organização, em 1723, na Inglaterra, quando então é redigido o livro de Constituições pelo pastor escocês James Anderson. No Brasil, como sabemos, a maçonaria foi a mais fervorosa concentração dos ideólogos da nossa Independência.
- (3) - Folha do Norte de 6-1-1933. Adendo nº 14.
- (4) - Primeiro Congresso de Prefeitos onde constam os nomes do Major Eliezer Levy e seu filho. Adendo nº 15.
- (5) - Estiveram presentes à inauguração além do Dr. Lauro Sodré, governador do Estado, o Major Roberto Vasconcelos, Dr. Heraclito Pinheiro, inspetor escolar que representava o senador Paulo Maranhão, Dr. Oscar Carvalho, médico da Associação Beneficente Israelita, Menasses Bensimon, presidente da Assembléia Geral da Associação Beneficente, Raymundo Vianna delegado e Grão Mestre da Maçonaria, e o Major Eliezer Levy, presidente da Associação Beneficente Israelita na ocasião.
- (6) - "Kol Israel", nº 12, ano II, 8-12-1919.
- (7) - Chaim Weizmann nasceu em Motol, província de Minsk (Bielo-Rússia), em 1874, e morreu em Rehovot, Israel, em 1952. Sua educação iniciou-se primeiramente em Prinsk, Rússia, seguindo-se depois na Universidade de Berlim. Doutorou-se em Friburgo, Suíça, terminando sua formação em Genebra, onde foi professor de química. Mais tarde lecionou bioquímica na Universidade

NOTAS

- (1) - FALBEL, Nachman - Revista Shalom nº 221, ano XVIII, maio, 1984.
- (2) - A tradição dos judeus na maçonaria do Brasil vem desde a época colonial. Embora sendo um núcleo fechado, que lutava em prol da fraternidade, tolerância, solidariedade e liberdade de consciência, é claro que os judeus sentiram-se inclinados a apoiar a sua organização, em 1723, na Inglaterra, quando então é redigido o livro de Constituições pelo pastor escocês James Anderson. No Brasil, como sabemos, a maçonaria foi a mais fervorosa concentração dos ideólogos da nossa Independência.
- (3) - Folha do Norte de 6-1-1933. Adendo nº 14.
- (4) - Primeiro Congresso de Prefeitos onde constam os nomes do Major Eliezer Levy e seu filho. Adendo nº 15.
- (5) - Estiveram presentes à inauguração além do Dr. Lauro Sodré, governador do Estado, o Major Roberto Vasconcelos, Dr. Heraclito Pinheiro, inspetor escolar que representava o senador Paulo Maranhão, Dr. Oscar Carvalho, médico da Associação Beneficente Israelita, Menasses Bensimon, presidente da Assembléia Geral da Associação Beneficente, Raymundo Vianna delegado e Grão Mestre da Maçonaria, e o Major Eliezer Levy, presidente da Associação Beneficente Israelita na ocasião.
- (6) - "Kol Israel", nº 12, ano II, 8-12-1919.
- (7) - Chaim Weizmann nasceu em Motol, província de Minsk (Bielo-Rússia), em 1874, e morreu em Rehovot, Israel, em 1952. Sua educação iniciou-se primeiramente em Prinsk, Rússia, seguindo-se depois na Universidade de Berlim. Doutorou-se em Friburgo, Suíça, terminando sua formação em Genebra, onde foi professor de química. Mais tarde lecionou bioquímica na Universidade

de Manchester na Inglaterra . Foi líder Sionista, político israelense, e um dos fundadores da Organização Sionista Mundial, defendendo um sionismo sintético, que combinava um ativismo político com ação colonizadora e cultural. Por ocasião da criação do Estado de Israel, fez parte do Governo Provisório e foi eleito pelo Parlamento primeiro Presidente do Novo País, cargo que ocupou até a sua morte em 1952.

- (8) - Carta do Major Eliezer Levy ao Dr. Chaim Weizmann. Adendo nº 16.
- (9) - Carta do Sr. Landa, editor do Boletim Sionista. Adendo nº 17.
- (10) - "Kol Israel", nº 10, ano I, 25-9-1919. "A Escola Weizmann".
- (11) - Folha do Norte, 12-1-1947. Além de um artigo mostrando toda a postura democrática do Major Eliezer Levy, percebem-se os nomes mais variados que estiveram presentes ao seu funeral. Foram representantes das mais variadas correntes políticas, além de pessoas da comunidade.
- (12) - Jornais foram encontrados no Central Archives, Op.cit. Seu formato era de 0,47 x 0,33 cm, composto de 8 páginas. A redação funcionou a princípio à Trav. São Mateus, 63, e após 1923, à Praça da República, 55.
- Dos números editados, conseguimos localizar somente os correspondentes aos anos de 1918 a 1924, com exceção dos nºs 21, 23, 24. A sua publicação a princípio foi mensal, passando, posteriormente, a apresentar algumas falhas.

Ano I, nº	1 -	8-12-1918	Ano II nº	12 -	8-12-1919
	2 -	1- 1-1919		13 -	1- 1-1920
	3 -	1- 2-1919		14 -	16- 2-1920
	4 -	3- 3-1919		15 -	4- 3-1920
	5 -	1- 4-1919		16 -	3- 6-1920
	6 -	1- 5-1919		17 -	8-1920
	7 -	1- 6-1919		18 -	11-1920
	8 -	1- 7-1919			
	9 -	1- 8-1919			
	10 -	25- 9-1919			
	11 -	2-11-1919			

Ano III nº 19 - 8-12-1920
20 -20- 1-1921

Ano VI nº 22 - 17-12-1923
25 - 25- 3-1924
26 - 21- 5-1924

- (13) - "Kol Israel", ano I, nº 4, 3-3-1919; ano II nº 14 de 16-2-1920. O jornal se manteve através da comercialização dos anúncios, da venda dos exemplares e dos serviços gráficos que prestava. Secção de Obras.
- (14) - Carta de Eliezer Levy ao Major Arthur Carlos de Barros Bastos, de 10-8-1927. Adendo nº 18.
- (15) - JEWISH ENCYCLOPAEDIA KETER, op. cit., p. 261.
- (16) - Notícia do jornal alemão. Sionismo no Brasil. Adendo nº 19.
- (17) - "Kol Israel", ano I nº 2, 1-1-1919.
- (18) - Jornais Paraenses, 1908/1918, Theodoro Braga. Revista do Instituto Histórico, Geográfico do Pará, fasc. III outubro de 1920.
- (19) - "Kol Israel" ano I, nº 2, 1-1-1919. "Pela Pátria".
- (20) - Carta de 5-2-1919 do Major Eliezer Levy ao Dr. David José Perez. Adendo nº 20.
- (21) - "Kol Israel", ano II, nº 12 de 8-2-1919. "O Primeiro Aniversário".
Rabin Chaim - Pequena História da Língua Hebraica.
São Paulo, Sumos Editorial,
- (22) - "Kol Israel", ano III nº 19, 8-12-1920. "O Nosso Aniversário".
- (23) - Idem, ibidem, "A Voz de Israel".
- (24) - Sobre a Declaração Balfour, veja WARSZAWKI, Paul - História de la Participación de Palestina. Buenos Aires, 1967 (Colección Hechos de la Historia Judia) e REVUSKY, Abraham - Jews in Palestine. New York, Vanguard Press, 1945.

- (25) - "Kol Israel", ano II, nº 16, 3-6-1920. "Confirmação da Declaração Balfour".
- (26) - Idem, nº 17, agosto de 1920. "Herbert Samuel".
- (27) - Estiveram presentes a esta Conferência, os Srs. Sokolov e Dr. Weizmann, representantes do Sionismo na Inglaterra, Jacob Hass, representando os sionistas americanos, Mr. André Apiers, Mr. Sylvain Levy, representando os sionistas franceses, Mr. Usischkin, representando os sionistas russos. "Kol Israel", ano I, nº 7, 1-6-1919. "Congresso Internacional de Sionistas em Londres".
- O programa constava de quatro itens fundamentais:
1. Os direitos históricos dos judeus sobre a Palestina;
 2. A situação da Palestina na época;
 3. A situação econômica dos israelitas após a Primeira Grande Guerra;
 4. A fundação de colônias hebraicas na Palestina.
- (28) - "Kol Israel", ano I, nº 8, 1-7-1919. "Manifesto do Conselho Administrativo do Fundo Nacional Sionista".
- (29) - Idem, nº 2, 1-1-1919. "A Palestina Hebraica".
- (30) - Idem, ano II, nº 18, novembro de 1920. Constan várias notícias sobre o desenvolvimento que se processava na Palestina.
- (31) - Idem, ano III, nº 19, 8-12-1920. "Estradas de Ferro na Palestina".
- (32) - Idem, ano I, nº 1, 8-12-1918. "Nova Universidade".
- (33) - Estavam presentes o General Allemby, libertador de Jerusalém e Comandante Chefe das tropas expedicionárias inglesas, Major General A.W. Mency, Dr. Chaim Weizmann, Chefe do Comitê Sionista, Rabino Bassi, General Clymen, Barão Rothchild entre outros. "Kol Israel", ano I, nº 1, 8-12-1918. "Nova Universidade".
- (34) - "Kol Israel", ano I, nº 16, 3-6-1920. "S. Majestade o Rei Jorge V - Sua data natalícia".
- (35) - Idem, ano II, nº 17, agosto de 1920. "S.D.M. Jorge V - responde à Colônia Israelita do Pará".

70

73

87

88

91

98

99

102

104

107

109

124

125

"É para mim uma satisfação ser o intermediário dos agradecimentos de S. M. por vocês e aproveito a oportunidade de pedir que transmita aos israelitas do Pará minha pessoal e cordial boa vontade e sympathia. Vosso dedicado George B. Michell - Cônsul de S.Majestade".

- (36) - A sociedade foi fundada pelos Drs. Guita e Jacob S. Levy e Abraham Moryusef. "Kol Israel", ano I, nº 7, 1-6-1919. "O Sionismo em Marrocos". O artigo informava que essa sociedade já contava com um número considerável de adesões.
- (37) - WOLFF, Frieda & WOLFF, Egon - Dicionário biográfico, Op. cit., pp. 331-332. A firma S. Marques é bastante antiga no Pará e, na década de 1880, componentes da família Marques solicitaram a sua naturalização como brasileiros.
- (38) - Veja anúncios classificados no "Kol Israel".
- (39) - "Kol Israel, ano VI, nº 22, de 17-12-1923. "Propaganda Sionista no Brasil".
- (40) - Estas famílias Saback ou Sabag, Cohin ou Cohen são igualmente encontradas na Amazônia. Contudo, não podemos afirmar que se trata do mesmo tronco familiar. O fato principal é que se pode confirmar a presença efetiva dos judeus no Norte e Nordeste desde os tempos mais remotos.
- (41) - Sessão presidida pelos Srs. Jacob Kusnetroff, presidente, Mathias Albalo e Nahum Tromper, vice-presidentes, Boris Cojano, Elias Judelewich, Mauricio Falvorich e Isaac Manuchewich, secretários. "Kol Israel", ano II, nº 13, 1-1-1920. "Primeiro Congresso Israelita no Chile".
- (42) - "Kol Israel", ano II, nº 14, 16-2-1920. "O Programa Sionista".
- (43) - Idem, ano I, nº 3, 1-2-1919 e ano I, nº 4, 3-3-1919. "A defesa dos Israelitas". Uma carta do Presidente

das Sociedades Sionistas do Brasil", de 15-1-1919.

- (44) - "Kol Israel", ano I, nº 11, 2-11-1919. "Lauda Sion".
- (45) - Tomamos como base os anos em que circularam os jornais "Kol Israel" e A Columna.
- (46) - S. M. Marques - proprietário dos vapores Walter e Mazaltob, Benchimol & Irmão - representantes destes dois vapores, Isaac J. Roffê, proprietário dos navios Roffê e Annita, B. Levy & Cia, armadores de navios, Marques & Benchimol, proprietários do navio Tupa.
- (47) - "Kol Israel" ano II, nº 14, 16-2-1920. "Regressaram de Pernambuco o professor Sr. Moyses Benlolo e o Sr. Jayme Zagury que para aquella cidade tinham seguido a fim de effectuarem 3 circumcizões...".
- (48) - "Kol Israel", ano II, nº 14, 16-2-1920.
- (49) - A Columna, ano II, nºs 21/24, de 9. 10, 11, 12, 1917.
- (50) - Idem, ibidem.
- (51) - Grifo nosso.
- (52) - "Kol Israel", ano III, nº 20, 20-1-1921.
- (53) - Idem, ano II, nº 12, 8-12-1919.
- (54) - Idem, ano I, nº 7, 1-6-1919.
- (55) - Idem, ano III, nº 20, 20-1-1921.
- (56) - Idem, ano II, nº 14, 16-2-1920.
- (57) - CRUZ, Ernesto - História da Associação Comercial do Pará. Belém, Imprensa Universitária do Pará, 1964 (No Centenário de sua fundação, 1864-1964).
- (58) - Aguiar L. Salomão Fibras e Pelos, Assayag Irmão & Cia, J. Assayag, Moyses Assayag, Marcos Athias & Cia, Marcos Athias Exportação e Importação S.A., Viúva Marcos Belicha & Cia, Alberto Benadahan, Benarros & Irmão, Moyses Israel Benarros, Benchimol & Irmão,

70

73

87

88

91

98

99

102

104

107

109

124

125

Samuel Benchimol, Julio Cezar Arraes Bendahan, Beneficiadora de Produtos da Amazônia Ltda (família Benzecry), Simão J. Benjô, Bermond & Cia. Ltda, A. Benoliel, Jacob Paulo Levy Benoliel, Elias Ramiro Bentes, Elias Benzecry, Benzecry Indústria e Comércio Ltda, J. Isaac Benzecry, Elias Jacob Benzecry, Isaac Jacob Benzecry, Fortunato José Benzecry, Samuel José Benzecry, Abraham Fortunato Chocron, Ezaqui Irmão & Cia, Jacob M. Ezaqui & Cia, Casa Marc Jacob S.A., Jacob & Cia, J. Kislánov & Irmão (askenazita), Paulo Levy & Cia, Samuel Levy & Cia. Ltda, Salomão Levy & Filhos, Meyxer & Cia, Nahon & Irmão, José Levy Obadia & Cia, Elias Ohana, Elias Pacha & Cia, Joaquim Abraham Pazuello, Simão Roffê & Cia, Isaac Benayon Sabbá, I. B. Sabbá & Cia. Ltda, J. B. Sabbá & Cia. Ltda, J. Sabbá & Cia, Jacob Sabbá, Moyses Gonçalves Sabbá, Perez Sabbá & Cia, Serfaty Y. Fumos S. A., Salomão Abraham Serruya, David Serruya & Cia, J. Serruya & Cia.

70

73

87

88

91

98

99

102

(59) - Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas. Manaus, Ed. Umberto Calderaro, 1971 (18-6-1971).

(60) - "Kol Israel", "Notas Sociais". Adendo nº 21.

104

107

109

124

125

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dos judeus sefaradis em solo brasileiro data de longo tempo. Já na época Colonial eles aqui chegaram como cristãos-novos, fugindo à Inquisição na Península Ibérica, e seu papel na História do Brasil foi relevante naquela época.

A mesma Inquisição que trouxe judeus para cá levou-os, também, ao Marrocos, onde viveram por alguns séculos segregados em bairros denominados "mellahs". Este fato, se por um lado favoreceu a união dos judeus em torno de seus preceitos religiosos e culturais, por outro lado foi responsável, em grande parte, por seu atraso em relação à cultura ocidental.

Entretanto, eles assim permaneceram até o final do século XVIII. A partir de então uma combinação de fatores fez com que muitos daqueles judeus emigrassem para vários países entre os quais o Brasil. Entre esses fatores estão as epidemias no final do século XVIII e início do XIX, a superpopulação nas "mellahs" existentes, a introdução de estudos seculares que trouxeram aos judeus novas perspectivas de vida e, por fim, a recusa dos mesmos em aceitar a introdução de "mellahs" em cidades como Rabat, Salé, Mogador e Tetuã por considerarem-nas uma forma de confinamento.

O Brasil do século XIX, por sua vez, vivia a necessidade emergente de povoação e desenvolvimento, sobretudo na região Norte. No plano político, despontava o liberalismo procedente da Europa que, entre outras idéias, acenava com a da liberdade religiosa, até então cerceada pela Inquisição.

Atribuímos a esses fatos a vinda dos diver—

70

73

87

88

91

98

99

102

104

107

109

124

125

soos grupos de judeus sefaradis, de procedência marroquina que, ao longo do século passado, engrossaram os inúmeros contingentes de imigrantes que aqui chegaram, em busca de seu ELDORADO.

Contrariamente à maioria dos imigrantes, engajados sob contrato, os judeus vieram anônima e espontaneamente, desvinculados de qualquer programa imigratório oficial.

Uma vez no Norte do Brasil, os "hebraicos", como eram conhecidos e como se denominam até hoje, integraram-se à sociedade brasileira e participaram ativamente da sua vida econômica, mesmo antes da abertura do rio Amazonas às nações amigas. Exerceram as atividades de regatões, foram proprietários de Casas de Aviação, armadores de navios, donos de seringais e contribuíram, juntamente com as grandes companhias nacionais e estrangeiras, para o desenvolvimento da navegação e do comércio dos produtos florestais, entre os quais a "Borracha".

Embrenhando-se pelas águas amazônicas, esses marroquinos chegaram até o Peru, onde formaram núcleos coloniais judaicos como os de Iquitos, Loreto e Letícia, este último atualmente pertencente à Colômbia.

Integrados na vida econômica do Norte do Brasil, não poderiam ficar à margem da vida da região como um todo. Assim, os marroquinos, entre os quais Isaac David Benchimol, Salomão Zagury e Abrahão Benchimol, o primeiro como Delegado de Polícia e os outros dois como Vereadores em Parintins, tiveram participação ativa no movimento abolicionista iniciado no Estado do Amazonas em 1866, e na Abolição, no Norte, ocorrida em 1884, cinco anos antes, portanto, da Abolição oficial, em 1889.

Ocuparam cargos políticos de relevância como prefeitos, vereadores, oficiais da Guarda Nacional,

secretários de governo. Muitos dos judeus marroquinos destacaram-se como médicos, juizes, literatos e jornalistas, e, muitas vezes, foram objetos de homenagens, como foi o caso do judeu Abrão Baruel, condecorado com a medalha de Cavaleiro da Ordem das Rosas, recebida das mãos da Princesa Isabel, em 1875.

Os judeus marroquinos procuraram, durante o Império, manter, ainda que de forma discreta, a sua tradição e a sua religião, de acordo com o que dispunha a Constituição de 1824 em relação à liberdade de culto. Contudo, somente a partir da primeira Constituição Republicana, ficou plenamente assegurada a liberdade de crença e proibida a discriminação religiosa.

Foi a partir daí que o grupo pôde então realmente dar vazão aos seus sonhos de formação comunitária, congregando os correligionários espalhados por toda a Amazônia brasileira em torno de seus templos, suas associações beneficentes, seus comitês e seus cemitérios. A abertura posterior de clubes, escolas, bibliotecas e jornais é a evidência do pleno exercício da sua identidade judaica.

Coube à cidade de Belém, no Pará, um papel pioneiro na formação comunitária dos marroquinos, seguida pela cidade de Manaus.

No quadro histórico dessas comunidades dois jornais tiveram papel fundamental de ligação entre os judeus dispersos pelo Brasil: "A Columna", fundada no Rio de Janeiro, em 1916, pelo marroquino David José Perez e por Alvaro de Castilho e o "Kol Israel" - Voz de Israel - Jornal Independente de Propaganda Sionista - Órgão do Comitê "Abahat Sion", fundado pelo Major Eliezer Levy, em Belém, no ano de 1918.

Ambos os jornais eram escritos em idioma português e cada qual, dentro de suas características, extra-